

**Universidade de Brasília**  
**Instituto de Letras**  
**Departamento de Linguística, Português e Língua Clássicas**  
**Programa de Pós-Graduação em Linguística**

*O EMPREGO DE DP<sub>s</sub> PLURAIS ENCAIXADOS LICENCIA(M)*  
*DUPLA CONCORDÂNCIA:*  
**CONCORDÂNCIA VERBAL COM SUJEITOS COMPLEXOS**

**Alzira Neves Sandoval**

**Brasília**  
**2018**

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE LETRAS  
DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA, PORTUGUÊS E LÍNGUAS CLÁSSICAS  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA – DOUTORADO

Alzira Neves Sandoval

*O EMPREGO DE DPs PLURAIS ENCAIXADOS LICENCIA(M)*

*DUPLA CONCORDÂNCIA:*

**CONCORDÂNCIA VERBAL COM SUJEITOS COMPLEXOS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Brasília, como requisito parcial à obtenção do título de doutora em Linguística.

**Área de Concentração:** Teoria e Análise Linguística

**Orientadora:** Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Eloisa Nascimento Silva Pilati

**Brasília, março de 2018.**

Alzira Neves Sandoval

***O EMPREGO DE DPs PLURAIS ENCAIXADOS LICENCIA(M)***

***DUPLA CONCORDÂNCIA:***

**CONCORDÂNCIA VERBAL COM SUJEITOS COMPLEXOS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Brasília, como requisito parcial à obtenção do título de doutora em Linguística.

**Área de Concentração:** Teoria e Análise Linguística

**Linha de Pesquisa:** Gramática – teoria e análise

**Orientadora:** Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Eloisa Nascimento Silva Pilati

BANCA EXAMINADORA

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Eloisa Nascimento Silva Pilati (UnB) - orientadora

---

Prof. Dr. Andrew Nevins (UFRJ) - membro externo

---

Prof. Dr. Danniell Carvalho (UFBA) - membro externo

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Rozana Naves Reigota (UnB) - membro interno

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Heloisa Maria Moreira Lima de Almeida Salles (UnB) - suplente

Brasília, 1º de março de 2018.

*Tem dias que a gente se sente  
Como quem partiu ou morreu  
A gente estancou de repente  
Ou foi o mundo então que cresceu  
A gente quer ter voz ativa  
No nosso destino mandar  
Mas eis que chega a roda-viva  
E carrega o destino pra lá*

*Roda mundo, roda-gigante  
Rodamoinho, roda pião  
O tempo rodou num instante  
Nas voltas do meu coração*

*A gente vai contra a corrente  
Até não poder resistir  
Na volta do barco é que sente  
O quanto deixou de cumprir  
Faz tempo que a gente cultiva  
A mais linda roseira que há  
Mas eis que chega a roda-viva  
E carrega a roseira pra lá*

*Chico Buarque (Roda Viva)*

À minha mãe, Lindalva, por todo amor e dedicação;  
Ao meu companheiro de vida, Caio, por ser meu grande incentivador;  
À Bela, por alegrar e iluminar minha vida com seus lindos olhos vivos verdes!

## AGRADECIMENTOS

Não sou adepta da meritocracia! Não acredito que a finalização do meu doutorado e a conclusão da minha tese sejam méritos exclusivamente meus.

O percurso de um doutorado é longo e representou muito amadurecimento pessoal, intelectual e acadêmico. Foi uma travessia difícil, penosa, mas muito, muito engrandecedora. E poderia ter sido pior se não fossem as pessoas incríveis que cruzaram meu caminho...

Sendo mãe, esposa, filha e irmã, essa conquista passa a ter um gosto ainda mais especial. Além disso, serei a primeira doutora de uma grande família e de uma família nuclear cujos pais mal concluíram o Ensino Médio. Isso me orgulha e me faz lembrar do meu pai, que sonhava em ter uma filha “doutora” (médica). Acho que nem ele imaginou que eu pudesse chegar tão longe...

A pessoa que eu sou hoje e as minhas conquistas são fruto dos encontros que eu tive pelo caminho, por isso devo gratidão a muita gente!

Sou eternamente grata à minha mãe, Lindalva, que, mesmo tendo tido uma vida difícil e com pouco estudo, resolveu investir na minha educação, ainda que isso lhe custasse muito... Agradeço também pelo amor e cuidado com minha filha durante os 4 anos de doutorado! Foram muitos dias e muitos fins de semana inteiros na casa da vovó para que a mamãe aqui pudesse estudar ou participar de congressos...

Agradeço aos meus irmãos Júnior e Tato, pela parceria e pelo cuidado com minha mãe nesse período em que estive menos presente. Sou muito grata também por toda a ajuda com relação à Bela. Sem vocês, e sem a Thamy, tudo seria mais difícil! Amo vocês!

Agradeço à minha sogra, Jane, aos cunhados, Cassius, Bia, Antony e Nadia pelo apoio e pela companhia sempre tão alegre e agradável!

Agradeço às minhas tias, amigas, primas, comadres, por terem cuidado da minha cria com tanto amor quando eu não pude estar presente: tia Cola, tia Odete, Thamy, Bibia, Silmara, Lili, Mari, Ana Paula e Celê. Nada como poder contar com a sororidade de vocês! Ter filho único em família grande é menos difícil...

Agradeço também aos primos queridos, Rafa, André, Zelo, Rodrigo, Marcelo, Ricardo, e ao meu compadre Luid, pelos momentos de descontração com música boa e cerveja gelada.

Agradeço ao amor, à torcida, ao aprendizado constante e ao apoio incondicional das mulheres que tornam minha vida mais linda: Bibia, Jana, Ju, Michell, Neli, Sara, Si, Stef e Thamy.

Agradeço aos meus primos-sobrinhos-afilhados por renovarem meu estoque de amor e por fazerem companhia pra Bela: Gabi, Lulu, Enzo, Luã, Lelê, Tarsila, Maitê, Maria Clara, Lívia, Isadora, Sofia, Luana, Luiza, Bruna, Pedro, Analu, Helena, Tiago e Lua.

Agradeço às queridas amigas Ana Cláudia e Valéria, pelo carinho e pela superajuda em momentos delicados de muito trabalho! Jamais esquecerei da nossa parceria!

Agradeço à Heloisa Salles, pelo carinho, aprendizado e incentivo durante todo o meu percurso acadêmico, desde a graduação até o doutorado! Agradeço também por ter semeado em mim, juntamente com a saudosa Lúcia Lobato, o amor pela linguística!

Agradeço à Elô por ser uma orientadora tão especial! Sem dúvidas, sem você, esse percurso teria sido muito mais difícil... Obrigada pelos ensinamentos, pelo apoio, pela confiança, pela amizade, pelas risadas rasgadas e pela acolhida na sua casa e na sua família! Você mora no meu coração!

Agradeço aos queridos professores do LEFOG que contribuíram para a minha formação: Eloisa Pilati, Marcus Lunguinho, Rozana Naves e Helena Guerra, além da já mencionada Heloisa Salles.

Agradeço aos colegas de UnB, pela companhia, pelo empréstimo de material, pelo compartilhamento de bibliografia, pelo apoio e companhia em congressos, pelo envio de dados para minha pesquisa e pela troca de experiências: Stef, Camila, Juliana, Carol, Paula, Lizandra, Laiane, Aline, Bete, Talita, Letícia, Cristiane, Bruna Elisa, Giovana, Jonathan, Manoel, Wagner, Humberto, Daniel, Bruno e Moacir.

Agradeço aos professores Andrew Nevins, Marcus Lunguinho, Daniel Carvalho, Rozana Naves e Heloisa Salles por aceitarem participar da minha banca e pelas contribuições que deram ao longo do meu doutorado, em diversas oportunidades!

Agradeço ao querido Vítor Nóbrega pelas contribuições tão generosas ao meu trabalho e pelos cursos incríveis que ofertou na UnB!

Agradeço aos amigos queridos pelo apoio, pela torcida, pela troca de experiência docente e pelas risadas via Whatsapp: Anderson, André, Henrique, Neilson e Tiago.

Agradeço à doce Mary, pela amizade e pelo Abstract feito às pressas, mas com muito carinho!

Agradeço à Orlene, que, numa tarde de muito trabalho, me tirou da inércia dizendo que eu deveria participar da seleção para o doutorado. Obrigada pelo pontapé inicial!

Agradeço ao tio Zé Henrique por ter encarado muitos quilômetros com 4 mulheres tagarelando sobre linguística durante todo o percurso. Estou muito feliz que você esteja bem!

Agradeço à Eliane, por ter ajudado a manter minha casa em ordem e a me alimentar bem! Você contribuiu muito para minha sanidade física e mental, querida!

Agradeço à educação e presteza dos servidores da secretaria do PPGL, Angela, Renata, Rachel, Vítor e Wellington, que sempre me atenderam muito bem.

Agradeço à Secretaria de Educação do Distrito Federal pela oportunidade ímpar de me proporcionar uma licença para estudos com remuneração integral, uma conquista da categoria dos professores atendida pelos governos populares do Partido dos Trabalhadores, a quem sou muito grata, porque, sem a bolsa que tive no mestrado e o afastamento remunerado durante o doutorado, seria praticamente impossível dar prosseguimento à minha vida acadêmica!

Por fim, devo um agradecimento especial a quatro pessoas que me acompanharam bem de perto nesse longo percurso do doutorado:

à Stef, amiga-irmã que encontrei durante o mestrado e que não saiu do meu lado nem na hora de a Belinha nascer! Obrigada pelo incentivo desde que começamos a pensar a voltar a estudar. Se você não estivesse junto comigo desde o início desse processo, teria sido muito mais difícil... Obrigada por me ouvir continuamente, por se preocupar comigo e por me aconselhar sempre com tanto amor, cuidado e serenidade! Compartilhar essa caminhada com uma superparceira como você só pode levar à felicidade;

à Si, que com sua doçura e sensibilidade inesgotáveis, me incentivou, me ouviu, me aconselhou, me ensinou e me ajudou de várias formas diferentes. Obrigada por me fazer feliz com seu jeitinho todo especial de me colocar pra cima e por ver tanta coisa bela em mim! Obrigada por me fazer lembrar que a gente precisa de Si! A partir de agora, eu, você e Stef poderemos nos dedicar mais intensamente a Spinoza!!! ;)

ao Caio, meu companheiro de todas as horas, que acreditou mais em mim do que eu mesma, e sempre me incentivou a investir nos estudos. Jamais vou esquecer que você, mesmo vivendo de bolsa de doutorado em outro estado, propôs “pagar o meu salário” para que eu abandonasse o estágio no final da graduação e me dedicasse a estudar para a seleção do mestrado em linguística. Sem a sua ajuda e o seu apoio eu não teria chegado tão longe! Obrigada por todo amor e por toda dedicação por mim e pela nossa filha!



Obrigada pelo seu espírito inquieto e curioso, que me estimula a ser uma pessoa melhor! Obrigada pelo seu companheirismo, pela sua generosidade e pela sua ética! Numa sociedade machista como a nossa, você torna-se notável por estimular a sua companheira a buscar crescimento pessoal e profissional, ainda que isso lhe demande mais trabalho com as obrigações cotidianas. Por mais homens como você no mundo! Te amo muito!!!

e, finalmente, à Bela, amor da minha vida, luz dos meus olhos, razão do meu viver, amo você com toda a intensidade do meu ser! Obrigada por me fazer querer ser uma pessoa sempre melhor! Obrigada por amenizar tantos momentos de angústia e de nervosismo com seu carinho, que muitas vezes era deixado nas páginas dos livros! Obrigada por me fazer ver o lado bom da vida, por comemorar cada pequena conquista, por ser leve e por rir de bobagens comigo! Obrigada por me cobrar “cosquinha” toda noite! Poucas vezes não pude te atender, mas tenha certeza que estarei do seu lado quando você precisar! Obrigada por compreender (na maioria das vezes!) a minha decisão mesmo que isso significasse ficar longe de você! Espero que um dia você compreenda a importância de uma mulher, com a minha origem e a minha história, se tornar doutora... Ah, e obrigada também por produzir muitos dados pra minha pesquisa. O melhor deles (sempre usado pela Elô nas nossas reuniões de orientação) foi: “o pum dos bois poluem o ambiente”.

## RESUMO

Esta tese investiga o fenômeno da dupla possibilidade de concordância verbal com sujeitos complexos no Português Brasileiro (PB), tal como em “*O preço das coisas muda(m) constantemente*”, em que o verbo ora concorda com o núcleo singular ora com o modificador plural. Uma das motivações para o desenvolvimento desta pesquisa é a falta de consenso sobre a gramaticalidade das construções em que se evidencia a concordância do verbo com o modificador plural. No Português Europeu, há pesquisas que descrevem tal fenômeno como agramatical, conforme Peres & Mória (1995). Já no PB, no âmbito da psicolinguística, o fenômeno é considerado como falha de processamento, conforme Rodrigues (2005, 2006). Há, por outro lado, pesquisas sociolinguísticas que o consideram não só gramatical como produtivo no PB (cf. Naro & Scherre, 1998; Scherre & Naro, 2014). Partindo dos pressupostos da Teoria Gerativa (Chomsky, 1965, 1986, 1995, 1999, 2001, entre outros), esta tese defende que orações com sujeitos complexos são produtivas no PB e que a concordância plural nesse contexto decorre das propriedades configuracionais do sujeito complexo e implica uma leitura *multiple token* (cf. Bock e Miller, 1991), segundo a qual o primeiro elemento nominal da construção faz referência a várias entidades, embora se refira a uma entidade abstrata singular. Assume-se, dessa forma, que os sujeitos complexos em questão não se estruturam como uma relação de adjunção ou de complementação convencional nos moldes da Teoria Gerativa, mas estabelecem entre si uma relação específica, representada pela estrutura predicado-especificador postulada por Den Dikken (2006), que é mediada por um núcleo *Relator*, realizado pelo conectivo “de”. Assume-se ainda que a operação Agree com o sujeito complexo ocorre como compartilhamento de traços (cf. Frampton & Gutman, 2006; Pesetsky & Torrego, 2007).

**Palavras-chave:** sujeitos complexos; dupla concordância; Português Brasileiro; *Relator Phrase*; leitura *multiple token*.

## ABSTRACT

This thesis investigates the phenomenon of the double verbal agreement possibility with complex subjects in Brazilian Portuguese (PB), such as in “*O preço das coisas muda(m) constantemente*” (“The price of things changes/change constantly”), in which the verb at times agrees with the singular noun and at times agrees with the plural modifier. One aspect that motivated the development of this research is the lack of consensus about the grammaticality of constructions in which the verb agreement with the plural noun is evident. There are researches that consider them ungrammatical in European Portuguese (Peres & Mória, 1995), or processing failures in BP (Rodrigues, 2005, 2006). On the other hand, there are sociolinguistics researches that consider them not only grammatical but also productive in BP (cf. Naro & Scherre, 1998; Scherre & Naro, 2014). Relying on Generative Theory premises (Chomsky, 1965, 1986, 1995, 1999, 2001, among others), this thesis states that complex subject sentences are indeed productive in BP. Moreover, it states the plural agreement derives from complex subject configurational properties and implies a multiple token reading (cf. Bock e Miller, 1991), according to which the first noun element in the construction refers to different entities, even though it refers to an abstract singular entity. Then, it is assumed complex subjects at hand do not relate as adjunction or conventional complementation according to Generative Theory but establish a specific relation among themselves. This relation is represented by Den Dikken (2006) predicate-specifier structure, which is measured by a *Relator*, on the form of the connector “de” (of). It is also acknowledged that the Agree Operation with complex subject occurs as a feature sharing (cf. Frampton & Gutman, 2006; Pesetsky & Torrego, 2007).

**Keywords:** complex subjects; double agreement; Brazilian Portuguese; Relator Phrase; reading multiple token.

## LISTA DE ABREVIATURAS

<b>AGR</b>	<i>Agreement</i>	Concordância
<b>A-P</b>	<i>Articulatory-Perceptual</i>	Sistema Articulatório-perceptual
<b>C-I</b>	<i>Conceptual- Intentional</i>	Sistema Conceitual-intencional
<b>CHL</b>	<i>Computational System of Human Language</i>	Sistema Computacional da Linguagem Humana
<b>D ou DET</b>	<i>Determiner</i>	Determinante
<b>DP</b>	<i>Determiner Phrase</i>	Sintagma Determinante
<b>DP1</b>	<i>Determiner Phrase 1</i>	Sintagma Determinante Singular
<b>DP2</b>	<i>Determiner Phrase 2</i>	Sintagma Determinante Plural
<b>FI</b>	<i>Full Interpretation</i>	Princípio de Interpretação Plena
<b>I</b>	<i>Inflection</i>	Flexão
<b>IP</b>	<i>Inflectional Phrase</i>	Sintagma de Flexão
<b>LF</b>	<i>Logical Form</i>	Forma Lógica
<b>NP</b>	<i>Noun Phrase</i>	Sintagma Nominal
<b>P</b>	<i>Preposition</i>	Preposição
<b>PB</b>		Português Brasileiro
<b>PE</b>		Português Europeu
<b>PF</b>	<i>Phonetic Form</i>	Forma Fonética
<b>PP</b>	<i>Prepositional Phrase</i>	Sintagma Preposicional
<b>T</b>	<i>Tense</i>	Tempo
<b>TP</b>	<i>Tense Phrase</i>	Sintagma de Tempo
<b>UG</b>	<i>Universal Grammar</i>	Gramática Universal
<b>[u]</b>	<i>Uninterpretable feature</i>	Traço não interpretável
<b><i>uFval</i></b>	<i>Uninterpretable feature valued</i>	Traço não interpretável valorado
<b><i>iFval</i></b>	<i>Interpretable feature valued</i>	Traço interpretável valorado
<b><i>uF[ ]</i></b>	<i>Uninterpretable feature unvalued</i>	Traço não interpretável não valorado
<b><i>iF[ ]</i></b>	<i>Interpretable feature unvalued</i>	Traço interpretável não valorado
<b>V</b>	<i>Verb</i>	Verbo
<b>VP</b>	<i>Verb Phrase</i>	Sintagma Verbal
<b><i>v</i></b>	<i>Light Verb</i>	Verbo Leve
<b><i>vP</i></b>	<i>Light Verb Phrase</i>	Sintagma de Verbo Leve

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	15
<b>CAPÍTULO 1 – CONCORDÂNCIA COM SUJEITOS COMPLEXOS: O ESTADO DA ARTE</b> .....	28
Introdução.....	28
1.1 Impossibilidade de Agree licenciar a concordância plural com sujeitos complexos.....	28
1.2 Concordância controlada por traços (Scherre & Naro, 2014).....	34
1.3 Concordância com sujeitos complexos como erro de atração (Rodrigues, 2006) .....	43
1.4 <i>Broken Agreement</i> (Bock & Miller, 1991) .....	53
1.5 Sujeitos com DPs complexos X sujeitos partitivos e pseudopartitivos .....	56
1.5.1 Construções partitivas e Agree como compartilhamento parcial e total de traços (Cerqueira, 2009) .....	57
1.5.2 Concordância híbrida com construções partitivas e pseudopartitivas em espanhol (Demonte e Jiménez, manuscrito).....	63
1.6 Síntese do capítulo .....	69
<b>CAPÍTULO 2 – CARACTERIZAÇÃO SINTÁTICA E SEMÂNTICA DAS CONSTRUÇÕES COM SUJEITOS COMPLEXOS E CONCORDÂNCIA VARIÁVEL</b> .	71
Introdução.....	71
2.1 Tipo de núcleo .....	72
2.2 Emprego e tipos de determinantes nos sujeitos complexos .....	74
2.3 Referencialidade e grau de concretude dos DPs .....	76
2.4 Adjacência linear entre o DP encaixado e o verbo.....	78
2.5 Modificação dos DPs.....	80
2.6 Relação de posse entre os DPs.....	81
2.7 <i>Status</i> argumental .....	81
2.8 Precedência ontológica.....	82
2.9 Leitura <i>Single token</i> X leitura <i>Multiple token</i> .....	83
2.10 Testando as leituras <i>single token</i> e <i>multiple token</i> .....	85
2.11 Síntese do capítulo .....	89
<b>CAPÍTULO 3 – CONSIDERAÇÕES SOBRE O DP E SOBRE AGREE</b> .....	90
3.1 Sobre a estrutura do DP .....	90

3.2	Concordância dentro do DP .....	92
3.3	A presença da categoria NumP no domínio nominal .....	99
3.4	Distribuição de traços interna ao DP e Agree como compartilhamento de traços .....	104
3.5	Síntese do capítulo .....	117
<b>CAPÍTULO 4 AGREE COM SUJEITOS COMPLEXOS .....</b>		<b>119</b>
	Introdução.....	119
4.1	Ordem linear X estrutura hierárquica .....	122
4.2	Abordagem como Movimento em LF .....	125
4.3	A proposta de Kayne (2000).....	128
4.4	Estrutura de predicação mediada pelo núcleo <i>Relator</i> .....	133
4.5	Modelo de análise da dupla concordância com sujeitos complexos sob a perspectiva de um Relator Phrase (RP).....	142
4.6	Síntese do capítulo .....	145
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>		<b>146</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>		<b>153</b>

## INTRODUÇÃO

### i) Apresentação do problema

A concordância é uma noção bastante intuitiva que, entretanto, é difícil de delimitar com precisão (Anderson, 1992, p. 103). Ela afeta diferentes áreas da gramática além da sintaxe, como a semântica, a morfologia e até a pragmática (conforme Corbett, 2006).

Um exemplo de que a concordância é um fenômeno sintático no Português do Brasil (doravante PB) pode ser visto nas sentenças abaixo<sup>1</sup>.

1. a. A criança leu o livro.
- b. As crianças leram o livro.

A diferença observada entre as sentenças revela que a forma verbal muda de acordo com o número do sujeito, o que leva à compreensão de que os elementos envolvidos nessa relação (sujeito e verbo) exercem um papel importante no estabelecimento da concordância. Já o número do complemento verbal (*o livro*) não afeta essa relação.

Corbett (2006, p. 1) observa que é interessante o fato de o significado gramatical poder ser deslocado, como se observa no caso em que uma palavra carrega o significado gramatical relevante para outra:

2. Bela faz panquecas.

Nessa sentença, o verbo está empregado no singular porque o sujeito se refere a um único indivíduo. A frequência com que Bela faz panquecas não é importante para a definição do número na forma verbal. O verbo nos diz quantos indivíduos há fazendo panquecas, mas não quantas vezes esse ato é realizado, por isso Corbett (2006) fala em informação de número deslocada, pois o verbo carrega informação sobre o número do sujeito, e não sobre a quantidade de ações que ele descreve.

---

<sup>1</sup> Com o objetivo de facilitar a leitura, a numeração dos exemplos será independente em cada capítulo. Isso significa que, a cada capítulo, uma nova numeração será iniciada.

Corbett (2006, p. 1) discute também que a concordância é uma questão de semântica e, para ilustrar sua afirmação, apresenta os dados abaixo, que podem variar quanto à concordância verbal em algumas variedades do inglês, principalmente no inglês britânico:

3. a. *The committee has agreed.*
- b. *The committee have agreed.*

Essa possibilidade decorre do fato de *committee* (comitê) poder ser individualizado como uma entidade ou poder ser interpretado como várias pessoas, o que sugere que a concordância ocorre de acordo com o significado do sujeito *committee*. No entanto, o significado não controla a concordância deliberadamente, como se depreende da agramaticalidade de “\**these committee*”. É a sintaxe que determina quando a concordância relacionada ao significado é possível.

A concordância pode também ser compreendida como um fenômeno morfossintático de compartilhamento de propriedades de gênero, número e pessoa entre palavras ou expressões relacionadas. Quando há compartilhamento de propriedades de gênero e número entre um nome e seus modificadores, fala-se em concordância nominal, como ocorre em (4a) e (4b). Já quando um verbo compartilha informações de número e pessoa com o sujeito da oração da qual faz parte, trata-se de concordância verbal, como em (4c) e (4d).

4. a. A mulher corajosa  
    fem/sg    fem/sg    fem/sg
- b. Os sábios professores  
        masc/pl    masc/pl    masc/pl
- c. [A mulher corajosa] enfrentou os policiais.  
            3<sup>a</sup>/sg                      3<sup>a</sup>/sg
- d. [Os sábios professores] deixam marcas indelévels nos alunos.  
            3<sup>a</sup>/pl                      3<sup>a</sup>/pl

No português padrão (na modalidade formal), no que se refere à concordância verbal – objeto de interesse desta tese –, há uma regra fundamental, segundo a tradição gramatical, que estabelece que o verbo deve concordar com o sujeito em número e pessoa.



Ou seja, quem determina a concordância verbal é o sujeito, mais especificamente, o núcleo do sujeito, como se vê em (4c) e (4d).

Entretanto, é possível verificar que há casos especiais nos quais essa regra geral não é absoluta, ou seja, há contextos, como é o caso das orações com sujeitos partitivos, em que essa regra mostra-se menos rígida, já que a concordância pode ocorrer tanto com o núcleo do sujeito, conforme (5a), quanto com o termo que o modifica, conforme (5b). Sentenças com verbos cópula também constituem exceção a tal regra, pois a concordância do verbo pode se dar também com o predicativo, como se observa em (5c).

5. a. [A **maioria** das peças] não **foi** vendida.
- b. [A maioria **das peças**] não **foram** vendidas.
- c. Na vida, [nem tudo] **são flores**.

Além desses casos de dupla possibilidade de concordância do verbo com o núcleo do sujeito, é possível encontrar no PB sentenças como as apresentadas em (6), em que se verifica um padrão de concordância divergente do considerado pela norma gramatical, pois a concordância se estabelece não com o núcleo do sujeito, mas com seu modificador.

6. a. O endereço das vítimas **caíram** em mãos erradas.
- b. A nota dos alunos **foram** péssimas.
- c. A utilização das plantas **são** para curar doenças.
- d. A grama dos vizinhos **são** sempre mais verdes do que a nossa.

Essas construções são consideradas “incorretas” sob a perspectiva da gramática tradicional e, portanto, a discussão sobre esse fenômeno não é contemplada nas gramáticas tradicionais escolares e normativas de renome.

De modo geral, as gramáticas tradicionais normativas só tratam da concordância verbal com sintagmas nominais complexos quando se referem a expressões partitivas (cf. 7), de quantificação aproximada (cf. 8) ou de porcentagem (cf. 9), como nos exemplos abaixo:

7. [A maior parte **destes quartos**] não **tinham** teto, nem portas, nem pavimento.  
(Camilo Castelo Branco).

8. [Uma porção **de moleques**] me **olhavam** admirados. (José Lins do Rego)<sup>2</sup>
9. [Trinta por cento **dos brasileiros**] **assistiram** aos jogos da Copa.<sup>3</sup>

Nos casos acima, a norma gramatical considera correto o emprego do verbo tanto no singular quanto no plural conforme a interpretação desejada:

A cada uma destas possibilidades corresponde um novo matiz da expressão. Deixamos o verbo no singular quando queremos destacar o conjunto como uma unidade. Levamos o verbo ao plural para evidenciar os vários elementos que compõem o todo. (Cunha & Cintra, 1985, p. 488)

O foco desta tese concentra-se no estudo desses casos especiais de concordância verbal não discutidos pela tradição gramatical: a concordância verbal plural com sujeito de estrutura complexa cujo núcleo é singular.

Os sujeitos complexos ou de estrutura complexa considerados neste estudo são aqueles formados por sintagmas constituídos por determinantes que antecedem núcleos nominais seguidos de modificadores introduzidos por uma preposição – em geral, a preposição “de”. Os exemplos abaixo ilustram o fenômeno a ser analisado nesta tese:

10. a. O endereço das vítimas **caíram** em mãos erradas.
- b. A nota dos alunos **foram** péssimas.
- c. O valor das coisas **mudam** constantemente.

Trataremos, em especial, de sintagmas complexos constituídos por determinante definido singular e núcleo nominal singular seguidos de modificador no plural, cuja estrutura apresenta, de modo geral, o padrão representado em (11a) e ilustrado em (11b-e), com dados de produção oral e escrita:

11. a. [ DP<sub>sing</sub> [ NP<sub>sing</sub> [ PP [ P *de* [ DP<sub>pl</sub> [ NP<sub>pl</sub> ]]]]]]]
- b. [O cabo das plantas] **são** verdes.
- c. [A forma das palavras] **estão** fixadas na língua.
- d. [O tamanho das letras] **podem** sofrer alterações para facilitar a leitura.

<sup>2</sup> Os exemplos (7) e (8) foram retirados de Cunha & Cintra, 1985, p. 488.

<sup>3</sup> Exemplo retirado de Bechara, 2009, p. 566.

e. [A união das pessoas] **precisam** acontecer neste momento de dor.

Os exemplos acima constituem alvo de interesse, pois em todas as sentenças desconsidera-se a regra geral de concordância verbal do português padrão mencionada anteriormente, isto é, observa-se um padrão de concordância alternativo em que o verbo não concorda com o núcleo do sujeito, que é singular, mas com o seu modificador, que é plural. A fim de tornar mais claras as referências aos DPs que compõem o sujeito complexo, esses serão também referidos como DP1 e DP2. A sigla DP1 irá se referir ao primeiro DP da construção e a sigla DP2 será usada para o segundo DP, o que ocorre no plural e é precedido pela preposição “de”, conforme se observa em (11a).

No âmbito da sociolinguística, Naro & Scherre (1998) e Scherre & Naro (2014) foram pioneiros ao atestar a existência dessas estruturas. Para os autores, a concordância do verbo com sujeitos complexos é variável no PB, tanto falado quanto escrito. Ou seja, nessas construções, o verbo pode ser flexionado no singular, concordando com o núcleo nominal mais alto – o que tem sido chamado na literatura de concordância canônica –, ou no plural, concordando com o núcleo nominal mais baixo (ou encaixado) – o que é denominado de concordância parcial.

12. [ DP<sub>sing</sub> [ NP<sub>sing</sub> [ PP [ P *de* [ DP<sub>pl</sub> [ NP<sub>pl</sub> ] ] ] ] ] ] [ vP [ VP [ V<sub>sing</sub> ] ] ] – **concordância canônica**

[O valor das coisas] **muda** constantemente.  
Dsg Nsg P + Dpl Npl V3sg Adv

13. [ DP<sub>sing</sub> [ NP<sub>sing</sub> [ PP [ P *de* [ DP<sub>pl</sub> [ NP<sub>pl</sub> ] ] ] ] ] ] [ vP [ VP [ V<sub>pl</sub> ] ] ] – **concordância parcial**

[O valor das coisas] **mudam** constantemente.  
Dsg Nsg P + Dpl Npl V3pl Adv

A hipótese de Scherre & Naro (2014) é de que o controle da concordância de número entre verbo e sujeito ocorre prioritariamente por meio de traços, os quais determinam a posição controladora da concordância, e não em função de uma posição

sintática específica. Nesse sentido, os autores assumem que é provável que o traço mais geral em jogo seja o traço referencial.

Sob a ótica gerativista, há autores que consideram tais construções agramaticais, como é o caso da análise de Peres & Mória (1995), para o português europeu (PE), e de Rodrigues (2005), para o PB.

Para Peres & Mória (1995), os “problemas” relativos à concordância variável são atribuídos à presença de complementos ou modificadores, os quais ou apresentam número e gênero diferentes do núcleo do sujeito ou distanciam o núcleo do verbo da oração. Segundo eles, o número gramatical do sujeito coincide com o número do núcleo do sujeito, o qual deve coincidir também com o número do verbo da oração. E essa relação não deve ser afetada pela presença de modificadores de número distinto.

Os autores reproduzem dados da modalidade escrita padrão que exemplificam a variação na concordância verbal com sujeitos estruturalmente complexos, elencando-os como “problemas” de concordância. A sentença em que o verbo concorda em número com o modificador do núcleo do sujeito é considerada agramatical, conforme mostra o exemplo abaixo.

14. a. A publicação destes decretos deu origem a um movimento de contestação.

b. \*A publicação destes decretos deram origem a um movimento de contestação.  
(Peres & Mória, 1995, p. 455)

Em nota, os autores afirmam que, segundo Rodrigues Lapa (1973 *apud* Peres & Mória, 1995, p. 455), “as construções do tipo de (14b) são um exemplo de ‘concordância atrativa’, não reconhecida pelos gramáticos no português atual, mas corrente no período clássico”.

O fato de tal fenômeno não ser reconhecido por gramáticos do PE lhe relega o *status* de erro sintático ou falha de concordância.

No âmbito da psicolinguística, a pesquisa de Rodrigues (2005) defende que, em português, o núcleo do sujeito é o termo controlador da concordância, o qual determina o valor do traço de número e pessoa do verbo. Portanto, sentenças como (15) são consideradas pela autora como agramaticais.

15. \*O álbum das fotos rasgaram.

Para a autora, esse tipo de concordância não pode ser considerado uma variante linguística licenciada pela gramática, pois, de acordo com os resultados experimentais de seu estudo, a concordância com o modificador do sujeito é em número bastante limitado e parece ocorrer somente em condições particulares, em função de fatores de ordem sintática, semântica e morfofonológica. Em vista disso, ela assume que há uma falha de processamento em sentenças como (15), que “funcionaria como uma espécie de janela para o funcionamento normal do sistema de produção, permitindo a formulação de hipóteses acerca dos fatores que podem atuar na concordância e, de modo mais abrangente, sobre a natureza modular ou não do formulador sintático das sentenças” (Rodrigues, 2005, p. 4).

Em síntese, conforme se pôde observar ao longo do que foi exposto, há duas linhas gerais de análise sobre a concordância parcial com sujeitos complexos. Há pesquisas que negam a existência dessas construções por considerarem-nas agramaticais, tais como Peres & Mória (1995), ou por considerarem-nas falhas de processamento, tais como Rodrigues (2005, 2006). Por outro lado, há pesquisas sociolinguísticas que não só defendem a existência de tais estruturas sintáticas no PB como apresentam uma análise descritiva acerca de algumas características dessas sentenças.

Tendo em vista a falta de consenso sobre as análises acerca de tais construções, consideramos necessária uma investigação mais detalhada sobre as propriedades sintáticas e semânticas de tal fenômeno a fim de propor um modelo de análise formal das orações com sujeitos complexos e concordância variável no PB.

Portanto, o objetivo principal desta tese é investigar, sob a perspectiva da Teoria Gerativa – com base nos desenvolvimentos mais recentes do Programa Minimalista (Chomsky, 1995, 1999, 2000, 2001) –, o fenômeno da dupla possibilidade de concordância verbal com sujeitos complexos a fim de avaliar o modo como ocorre, no sistema computacional, o licenciamento sintático da concordância plural com sujeitos complexos cujo núcleo é singular, uma vez que a concordância canônica com esse tipo de sujeito não constitui um problema teórico.

Constituem objetivos específicos:

- ✓ Investigar e apresentar as características sintáticas e semânticas de orações com sujeitos complexos e concordância variável no PB;

- ✓ Verificar se há semelhanças sintáticas ou semânticas entre estruturas com sujeitos complexos e estruturas partitivas e pseudopartitivas.
- ✓ Investigar se o fenômeno ocorre em outras línguas e verificar as propostas sobre o tema;
- ✓ Elaborar uma proposta formal para explicar as questões teóricas que a concordância plural com sujeitos complexos envolve, tendo como base o Programa Minimalista (1995 e suas versões mais recentes).

## ii) Metodologia

Os dados que compõem a base empírica desta tese foram retirados da literatura da área (Bock & Miller, 1991; Peres & Móia, 1995; Naro & Scherre, 1998; Rodrigues, 2005, 2006; Scherre & Naro, 2014), bem como de textos de jornais e revistas (impressos ou digitais) em contextos de uso da modalidade formal escrita da língua portuguesa. Além disso, há também dados da língua oral observados em contextos de uso da modalidade formal, como em palestras, programas de rádio e jornais televisionados. Fazem parte também do *corpus* dados da língua oral, produzidos por crianças do primeiro ciclo do Ensino Fundamental e por adultos com nível superior, em contexto informal.

Além disso, os dados utilizados no capítulo 2 desta tese, em que se realizam testes para verificação de hipóteses, foram testados com base na intuição do falante, a qual pode ser utilizada para acessar a gramática internalizada, conforme procedimento metodológico amplamente utilizado na Teoria Gerativa.

Não foram realizados experimentos sistemáticos, uma vez que este estudo pretende abordar o fenômeno sob um ponto de vista teórico, com base em dados empíricos reais, sobre a possibilidade de concordância plural com sujeitos complexos de núcleo singular, a fim de buscar o aperfeiçoamento teórico da descrição das relações de concordância no âmbito do Programa Minimalista.

### iii) Notas sobre o quadro teórico

Esta tese se insere no quadro teórico do Programa Minimalista (Chomsky, 1995) e de suas versões posteriores (Chomsky, 2000, 2001).

O Programa Minimalista (PM), por sua vez, está inserido no modelo de Princípios e Parâmetros – P&P (Chomsky, 1986), mas não é uma mera continuação desse. Ele foi denominado como programa, pois não havia pretensão de se criar um novo modelo teórico, mas sim de se estabelecer um programa de investigação científica sobre a linguagem humana, a fim de demonstrar o seu *design* ótimo, a partir do aprimoramento do modelo P&P e do abandono de postulações teóricas desnecessárias.

Segundo Chomsky (1995, p. 23-24), a ideia central do Programa Minimalista é

remover aquilo que não é estritamente necessário, quer do ponto de vista da inserção da linguagem na mente e dos seus mecanismos internos quer do ponto de vista da “parcimônia” do próprio modelo, [...] (buscando) simplificar análises, eliminar estipulações descritivas e outras soluções de “engenharia linguística”.

De acordo com esse quadro teórico, partimos do pressuposto de que o ser humano é dotado de uma faculdade da linguagem (FL), que é um sistema biológico adaptado a uma tarefa expressiva, que nos torna capazes de adquirir uma língua, bem como de produzir e compreender palavras, frases e orações.

O PM baseia-se no pressuposto de que a faculdade da linguagem consiste de um léxico e de um sistema computacional da linguagem humana (*Computational System of the Human Language* – C<sub>HL</sub>). O léxico especifica os elementos que o C<sub>HL</sub> seleciona e integra para formar as expressões linguísticas, sendo que cada elemento lexical é um sistema articulado de traços, com propriedades idiossincráticas, que é o que possibilita a variedade arbitrária que dá origem à diversidade de línguas existentes no mundo. Os itens lexicais são constituídos por traços fonológicos, semânticos e formais, e são “lidos”, respectivamente, na interface fonológica (PF), na interface semântica (LF) e no sistema computacional (C<sub>HL</sub>). Os traços fonológicos referem-se ao conteúdo sonoro dos itens lexicais, os traços semânticos dizem respeito ao significado desses itens e os traços formais são aqueles que carregam informações referentes às relações sintáticas que um item lexical deve estabelecer

com outros itens, como informações categoriais, de gênero, de número etc. Importa salientar que os traços formais podem ser interpretáveis ou não interpretáveis, o que está diretamente relacionado ao licenciamento das derivações, que só podem convergir se os traços não interpretáveis forem eliminados no curso da computação.

Os itens lexicais dividem-se em dois tipos principais: categorias lexicais e funcionais. As categorias lexicais são N(ome), V(erbo), A(djetivo) e P(reposição). Já as categorias funcionais assumidas são C (que expressa força e modo), T (que expressa tempo e estrutura do evento),  $v$  (verbo leve, que é o núcleo de construções transitivas) e D (determinante, que expressa definitude).

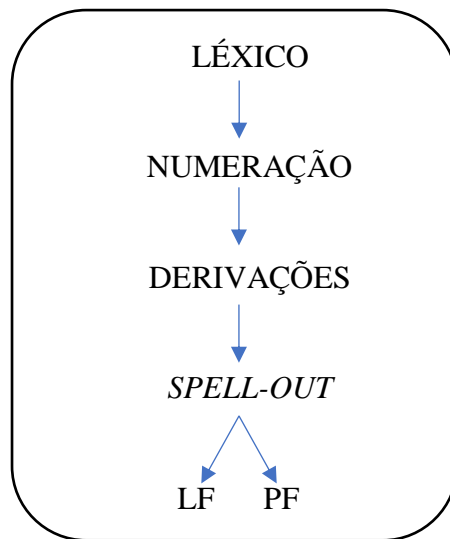
No Programa Minimalista, assume-se que a derivação de uma expressão linguística implica uma escolha de itens retirados do léxico, a qual forma uma numeração (N), e uma computação que constrói o par de representações  $(\pi, \lambda)$ , que devem ser interpretadas nos níveis linguísticos de representação, Forma Fonética (PF) e Forma Lógica (LF), como instruções para os sistemas de desempenho articulatório-perceptual (A-P) e conceitual-intencional (C-I), que são externos à linguagem, mas onde a derivação se realiza efetivamente. Esses sistemas de desempenho estão associados à combinação de som e de significado. O par  $(\pi, \lambda)$  constitui as representações formais de som e significado, que correspondem aos níveis de interface PF e LF, respectivamente.

Para produzir essas representações, o  $C_{HL}$  apresenta um conjunto de operações que atua recursivamente sobre os itens lexicais, como *Merge*, *Move* e *Agree*, entre outras.

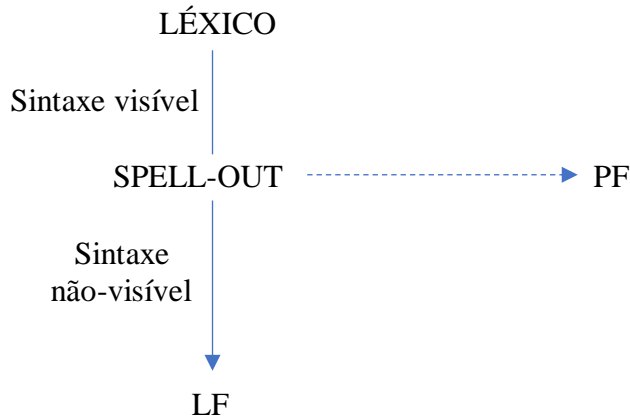
O ponto da derivação em que as representações formais de som e significado se separam e seguem para os níveis de interface correspondentes (PF e LF) é denominado de *Spell-Out*. É neste ponto da computação em que a estrutura formada na sintaxe visível dá entrada na componente fonológica (PF).

A arquitetura da linguagem a ser considerada pode ser assim representada:





*Spell-Out* é o ponto da derivação que constitui a fronteira entre a sintaxe visível e a não-visível, como mostra o esquema de Chomsky (1995, p. 27):



Aos níveis de interface aplica-se o princípio de Interpretação Plena (*Full Interpretation* - FI), o qual estabelece que todo objeto linguístico tem de ser legível nos níveis PF e LF. Uma derivação só é considerada convergente se satisfizer FI nos dois níveis, caso contrário, a derivação fracassa (*crash*). Além disso, a derivação tem de ser ótima e satisfazer condições de economia, como localidade do movimento e ausência de passos supérfluos, pois computações menos econômicas são bloqueadas ainda que sejam convergentes (Chomsky, 1995, p. 308).

#### **iv) Organização da tese**

Tendo em vista os objetivos desta tese e o quadro teórico em que ela se desenvolve, passemos para a apresentação dos capítulos que compõem o presente estudo.

Esta tese está dividida em quatro capítulos. No primeiro capítulo, são apresentados estudos prévios sobre a concordância com sujeitos complexos. O objetivo deste capítulo é situar as discussões sobre a concordância com os sujeitos complexos e apresentar com mais detalhes as questões teóricas que terão de ser explicadas. Apresentamos inicialmente a análise de Scherre & Naro (2014), no âmbito da Sociolinguística, que considera os traços dos elementos que compõem o sujeito no controle da concordância verbal. No âmbito da Psicolinguística, apresentamos a proposta de Bock & Miller (1991) para o inglês e a de Rodrigues (2005, 2006), que tratam do fenômeno da concordância variável no PB como erro de atração decorrente de fatores sintáticos e semânticos. No final do capítulo, diferenciamos as construções com sujeitos complexos que constituem foco de interesse desta tese das construções partitivas e pseudopartitivas e apresentamos as propostas de Cerqueira (2009) para as construções partitivas no PB e de Demonte & Jimenez (manuscrito) para as construções partitivas e pseudopartitivas no espanhol, com o intuito de encontrar uma análise que possa ser estendida para o fenômeno da concordância plural no PB com sujeitos complexos de núcleo singular.

O segundo capítulo traz uma análise descritiva das construções com sujeitos complexos no PB, considerando suas características sintáticas e semânticas, como referencialidade/especificidade dos DPs, relação de posse entre os DPs, *status* argumental, precedência ontológica e leitura *single token* X leitura *multiple token* dos sujeitos.

No terceiro capítulo, apresentamos algumas considerações sobre o DP, uma vez que se trata de um constituinte extremamente relevante para nossa discussão. Em seguida, discorreremos sobre os mecanismos de concordância no âmbito do DP, discutindo a proposta de Magalhães (2004), que se contrapõe a Chomsky (1999), por considerar que a operação Agree pode ser estendida também ao domínio nominal, em vez de lançar mão de Concord. Finalmente, apresentamos a proposta de Danon (2011) sobre a distribuição de traços interna ao DP, que, também se contrapõe à proposta de Chomsky (2000, 2001) ao assumir Agree como uma operação de compartilhamento de traços, seguindo as análises de Frampton & Gutman (2006) e Pesetsky & Torrego (2004).

Finalmente, o quarto capítulo traz a proposta teórica da tese. Inicialmente há uma argumentação acerca da ordem linear e da estrutura hierárquica das construções com sujeitos complexos, o que é um aspecto controverso nos estudos linguísticos sobre o tema. Em seguida, parte-se para a apresentação da fundamentação teórica que embasa a proposta da tese. Apresentamos a análise de Den Dikken (2001), que propõe uma abordagem como movimento em LF do que ele chama de concordância por atração a partir do comportamento de pronomes nulos e fracos do inglês. Apresentamos também uma proposta de análise, baseada na abordagem de Kayne (2000), de que os nomes que compõem as construções com sujeitos complexos entram na derivação formando uma *small-clause*, com a concatenação posterior da preposição. E, por fim, apresentamos a proposta de Den Dikken (2006), que trata de estruturas de predicação em que um Relator estabelece a relação entre os termos nominais dessas estruturas. A hipótese de Den Dikken (2006) foi estendida aos sujeitos complexos em análise nesta tese, visto que, em virtude de suas especificidades sintáticas e semânticas, se configuram como uma estrutura de predicação, na qual o conectivo “de” pode ser compreendido como um Relator. A finalização do modelo de análise assume a proposta de compartilhamento de traços apresentada por Danon (2011).

Nas considerações finais, retomo, de maneira breve, a discussão e a análise final sobre o fenômeno da concordância plural com sujeitos complexos de núcleo singular e apresento as próximas etapas da pesquisa, que devem considerar, entre outras coisas, a aquisição da concordância verbal com sujeitos complexos.

# **CAPÍTULO 1 – CONCORDÂNCIA COM SUJEITOS COMPLEXOS: O ESTADO DA ARTE**

## **Introdução**

Este capítulo tem o objetivo de situar as discussões sobre a concordância com os sujeitos complexos e apresentar as questões teóricas que terão de ser explicadas. Inicialmente, discutiremos, com mais detalhes, a impossibilidade de Agree licenciar a concordância plural com sujeitos complexos, e posteriormente apresentaremos, com base em estudos prévios sobre o tema, o estado da arte da pesquisa sobre a concordância com sujeitos complexos. Na seção 1.1, mostraremos que os mecanismos formais do minimalismo não são capazes de explicar o fenômeno que motivou esta tese. Na seção 1.2, apresentaremos a análise sociolinguística de Scherre & Naro (2014), que leva em conta não uma posição sintática específica no controle da concordância verbal, mas os traços dos elementos que compõem o sujeito. Na seção 1.3, apresentaremos a proposta de Rodrigues (2005, 2006), no âmbito da Psicolinguística, que trata do fenômeno aqui discutido como erro de atração decorrente de fatores sintáticos e semânticos. A seção 1.4 traz a análise de Bock & Miller (1991) para o fenômeno da concordância variável com sujeitos complexos no inglês. Na seção 1.5, faremos uma distinção das construções com sujeitos complexos, que constituem foco de interesse desta tese, das construções partitivas e pseudopartitivas, apresentando, nas subseções seguintes, as análises de Cerqueira (2009) para as construções partitivas no PB e de Demonte & Jimenez (manuscrito) para as construções partitivas e pseudopartitivas no espanhol, a fim de verificar se tais análises podem ser estendidas para o fenômeno da concordância plural com sujeitos complexos de núcleo singular no PB. E, finalmente, na seção 1.6, apresentamos a síntese do capítulo.

### **1.1 Impossibilidade de Agree licenciar a concordância plural com sujeitos complexos**

Conforme apresentado na introdução, o objetivo principal deste trabalho é investigar o licenciamento da concordância plural com sujeitos complexos cujo núcleo é singular e seguido de modificador plural, fenômeno considerado surpreendente e intrigante se se considera que o PB, num caminho inverso ao que se observa nesta tese, tem apresentado uma perda nas suas marcas de plural e, conseqüentemente, uma redução no

seu paradigma flexional, como demonstram inúmeros estudos linguísticos (cf. Galves, 1993; Duarte, 1995; Naro & Scherre, 1998; Costa & Figueiredo Silva, 2006; entre vários outros).

Do ponto de vista formal, buscamos averiguar por que o traço de número de T, após a operação Agree com o DP sujeito, pode ser valorado ora como singular, ora como plural, concordando ora com o DP1 (núcleo singular) ora com o DP2 (modificador plural). Em outras palavras, buscamos saber como o sistema computacional viabiliza a concordância parcial identificada nos exemplos abaixo.

1. a. O endereço das vítimas **caíram** em mãos erradas.
- b. A nota dos alunos **foram** péssimas.
- c. A utilização das plantas **são** para curar doenças.
- d. A grama dos vizinhos **são** sempre mais verdes do que a nossa.
- e. A política de bagagem das companhias aéreas **são** bem rígidas.
- f. A descrição dos cargos não **são** tão complexos assim.
- g. A compra das passagens não **apareceram** pra mim.
- h. O homem das cavernas **viviam** em sociedade.
- i. Kit flagrante de PMs **são** legitimados pelo nosso sistema de justiça.

No Programa Minimalista, Chomsky (1995, 1999) assume que há dois mecanismos de concordância entre elementos sintáticos: Concord e Agree<sup>4</sup>. O primeiro mecanismo refere-se à concordância interna ao DP na qual a checagem/valoração dos traços não interpretáveis se dá por meio da operação Merge. Já Agree é uma operação sintática na qual um elemento portador de traços não interpretáveis, denominado sonda, empreende uma busca por traços interpretáveis de mesma dimensão para checar/valorar seus traços não interpretáveis, que, uma vez valorados, devem ser apagados. O elemento portador de traços interpretáveis, denominado alvo, deve ser c-comandado pela sonda e deve possuir um conjunto completo de traços- $\phi$ . É a partir dessa operação que os traços não interpretáveis conseguem ser eliminados pelo sistema computacional para que a derivação seja concluída com sucesso. Chomsky (1995, 1999) assume que os determinantes apresentam traços- $\phi$  não interpretáveis, ao passo que os nomes apresentam traços- $\phi$  interpretáveis, além de traço de Caso não interpretável.

---

<sup>4</sup> Esses mecanismos de concordância serão discutidos mais detalhadamente no capítulo 3.

Para compreender como tal operação ocorre, a noção de c-comando (comando categorial) e de endocentricidade são imprescindíveis e devem ser comentadas. A primeira se refere a uma relação estrutural que se estabelece entre dois constituintes e envolve as noções de irmandade e dominância<sup>5</sup> e é assim definida, segundo Hornstein, Nunes & Grohmann (2005, p. 224):

## 2. C-comando

$\alpha$  c-comanda  $\beta$  sse

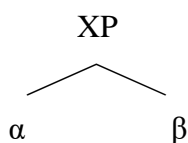
i.  $\alpha$  é irmã de  $\beta$  ou

ii.  $\alpha$  é irmã de  $\gamma$  e  $\gamma$  domina  $\beta$

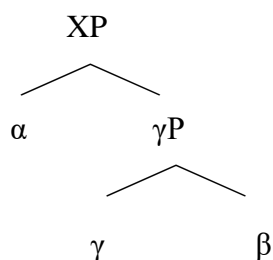
Essa relação pode ser simétrica ou assimétrica, conforme ilustram as estruturas abaixo:

## 3.

a. c-comando simétrico



b. c-comando assimétrico



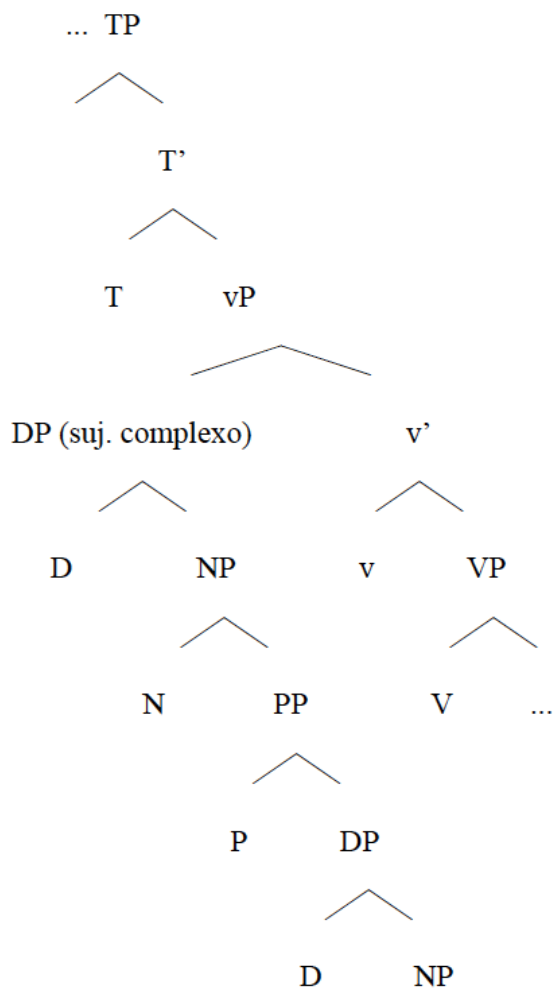
Em (3a),  $\alpha$  c-comanda  $\beta$  e  $\beta$  c-comanda  $\alpha$ . Já em (3b),  $\alpha$  c-comanda  $\beta$ , mas  $\beta$  não c-comanda  $\alpha$ . Cumpre esclarecer que, de acordo com Kayne (1994), a ordem linear de uma estrutura sintática é estabelecida com base nas relações de c-comando assimétrico.

Já a noção de endocentricidade relaciona-se ao pressuposto de que sintagmas são projeções de seus núcleos, ou dito de outra forma, todo núcleo projeta um sintagma. Essa propriedade, desenvolvida a partir da Teoria X-barras, levou ao abandono das ramificações ternárias de estágios iniciais da Teoria Gerativa.

<sup>5</sup> Dominância: Uma categoria  $\alpha$  domina  $\beta$  se e somente se todo segmento de  $\alpha$  domina  $\beta$  (Hornstein, Nunes & Grohmann, 2005, p. 148).

Considere a estrutura arbórea básica de uma oração com sujeito complexo representada em (4):

4.



No que tange à derivação dessa estrutura, considerando-se a proposta de Chomsky (1995, 1999), os traços não interpretáveis do determinante mais baixo combinam-se com suas contrapartes interpretáveis do nome que o complementa e são apagados; já o traço de Caso não interpretável do nome é valorado pela relação estabelecida com a preposição, que lhe transmite Caso oblíquo. Em seguida, o determinante mais alto tem seus traços- $\phi$  não interpretáveis valorados pelos traços- $\phi$  do nome que constitui o núcleo do sujeito. O traço de Caso do nome, entretanto, ainda permanece subespecificado, o que torna o DP sujeito ativo para entrar numa relação de Agree com a sonda T, que possui traços- $\phi$  não interpretáveis, além do traço EPP. Quando essa relação se estabelece, os traços não

interpretáveis de T são valorados e o DP tem seu traço de Caso valorado como Nominativo. Como o traço de número do nome que tornou o DP ativo era singular, o verbo também passa a ser marcado com singular. Em virtude do traço EPP da sonda T, o DP se desloca para o especificador de TP, ocupando a posição típica do sujeito no PB, que apresenta a ordem SVO.

Nessa derivação, tem-se, então, a concordância canônica com um sujeito complexo, na qual o verbo é flexionado no singular concordando com o núcleo do sujeito. Essa relação reflete a propriedade do periscópio, induzida pelo princípio da endocentricidade, segundo a qual a concordância sujeito-predicado pode olhar para o NP sujeito e ver apenas seu núcleo, mas nada mais (Hornstein, Nunes & Grohmann, 2005, p. 178).

Considerando a análise discutida e o emprego de concordância plural com sujeitos complexos no PB, surge uma questão: como explicar, com base na proposta de Agree de Chomsky (1995, 1999), a concordância com o DP encaixado plural? Ou, em outras palavras, o que torna o DP plural acessível a T – uma vez que ele se encontra em uma posição mais baixa do que o DP singular – a ponto de controlar a concordância?

De acordo com o mecanismo de Agree proposto por Chomsky (1995, 1999, 2000, 2001), não é possível explicar a concordância plural com sujeitos complexos no PB. A impossibilidade de análise decorre do fato de que o DP plural, encaixado no PP, tem seu traço de Caso valorado pela preposição, tornando-se, assim, inativo para estabelecer Agree com a sonda T. Além disso, a sonda T não pode estabelecer uma relação com o DP plural, pois isso violaria o princípio de localidade, segundo o qual uma sonda deve buscar o alvo mais próximo, bem como violaria o princípio de intervenção, que estabelece que não deve haver, entre a sonda e o alvo, núcleos intervenientes com traços não interpretáveis que poderiam ser valorados pela sonda.

Considerando esse problema teórico e a produtividade atestada das construções com sujeitos complexos e concordância variável, buscamos nesta tese explicar formalmente, no âmbito da Teoria Gerativa, como o sistema computacional tem atuado de modo a licenciar a concordância plural com sujeitos complexos.

Nesse sentido, importa ressaltar que, embora a concordância seja um fenômeno amplamente estudado pela linguística, a concordância com sujeitos complexos ainda é um tema pouco explorado no âmbito da Teoria Gerativa no Português do Brasil.



O fenômeno da concordância parcial, ou seja, a concordância do verbo com o modificador do núcleo do sujeito, ainda é considerado, tanto por gramáticos quanto por alguns linguistas, como agramatical ou como erro.

Peres & Mória (1995), por exemplo, tratam da concordância com sujeitos estruturalmente complexos no português europeu (PE) e atribuem os “problemas” relativos à concordância variável à presença de complementos ou modificadores, os quais ou apresentam número e gênero diferentes do núcleo do sujeito ou distanciam o núcleo do verbo da oração. Segundo eles, o número gramatical do sujeito coincide com o número do núcleo do sujeito, o qual deve coincidir também com o número do verbo da oração, relação que não deve ser afetada pela presença de modificadores de número distinto.

Os autores reproduzem dados da modalidade escrita padrão que exemplificam a variação na concordância verbal com sujeitos complexos e os classificam como problema de concordância, como se observa na oração agramatical exemplificada em (5b).

5. a. A publicação destes decretos deu origem a um movimento de contestação.  
b. \*A publicação destes decretos deram origem a um movimento de contestação.

Conforme Rodrigues Lapa (1973 *apud* Peres & Mória, 1995, p. 455), “as construções do tipo de (5b) são um exemplo de ‘concordância atrativa’, não reconhecida pelos gramáticos no português atual, mas corrente no período clássico”.

Em inglês, esse fenômeno também se verifica e recebe o nome de concordância por proximidade (*proximity concord*, Quirky et al., 1972) ou concordância por atração (*agreement attraction*, Den Dikken, 2001).

No âmbito da Psicolinguística, em um artigo intitulado *Broken Agreement* (“Concordância Quebrada”), Bock & Miller (1991) afirmam ser frequentes os casos de “erros de concordância” no inglês falado e, inclusive, na mídia impressa, como se vê nos exemplos abaixo, em que o verbo não concorda com o núcleo do sujeito, que está sublinhado:

6. [*The time for fun and games*] **are** over.

3<sup>a</sup>/sg

3<sup>a</sup>/pl

‘O tempo para diversão e jogos terminaram.’

7. [*Efforts to make English the official language*] *is* gaining strength throughout the U.S.

3<sup>a</sup>/pl

3<sup>a</sup>/sg

‘Esforços para tornar o inglês a língua oficial está ganhando força em todo o país.’

Os casos analisados pelas autoras referem-se a construções em que há concordância verbal com o modificador de sujeitos complexos, mas abrangem também orações em que o núcleo do sujeito é plural e o modificador é singular. Esse tipo de oração não será analisado nesta tese, inicialmente, pois, de modo geral, não configura um caso especial de concordância uma vez que variadas pesquisas linguísticas tratam da perda de marcas de plural e da redução do paradigma flexional do PB (cf. Galves, 1993; Duarte, 1995; Naro & Scherre, 1998; Costa & Figueiredo Silva, 2006; entre outros). Casos de sujeitos complexos com núcleo plural e modificador singular com concordância singular são, aparentemente, pouco comuns no PB. Esse fenômeno ficará como uma perspectiva de trabalho futuro, tendo em vista que nossa seleção de dados não contemplou exemplos relevantes para análise.

Feita essa breve exposição sobre a concordância com sujeitos complexos, passamos a apresentar algumas análises sobre o tema, realizadas sob abordagens distintas da que será empreendida ao longo desta tese.

## **1.2 Concordância controlada por traços (Scherre & Naro, 2014)**

Scherre & Naro (2014, p. 21) afirmam que, no PB falado, ocorre variação ampla e sistemática na concordância de número entre verbo e sujeito tanto em construções com sujeito plural de estrutura simples (em que há apenas um núcleo) quanto em construções com sujeito plural de estrutura complexa (em que há um sintagma nominal plural seguido de um sintagma preposicionado plural ou singular – *os irmão(s) dele(s) nunca chegaram/as lei(s) dele(s) não permite*). Para os autores, essa variação é decorrente de variáveis linguísticas e não linguísticas, entre as quais se destacam a saliência fônica da oposição singular/plural do verbo, o paralelismo discursivo (marcas no discurso), o paralelismo oracional (marcas nos últimos elementos do sujeito plural e/ou nos elementos do SP), a

posição e a distância do sujeito em relação ao verbo, o traço humano/não humano do sujeito, os anos de escolarização, o sexo/gênero, a faixa etária e o contato com a mídia.

Scherre & Naro (2014) atestam que, no PB escrito revisado, não ocorre variação com sujeito de um só núcleo plural de estrutura simples, como em “As mulheres lutam por respeito”, mas com sujeitos de estrutura complexa com núcleo do sujeito singular, a variação é sistemática, conforme se observa nos exemplos a seguir (Scherre & Naro, 2014, p. 22).

8. a. A **vida** dos miseráveis se **tornou** mais miserável ainda. (*Folha de S.Paulo*, 26/6/1994)
- b. O salário dos **familiares** **oscilam** entre R\$ 1687 a R\$ 7.503. (*Correio Braziliense*, 24/3/2005)
9. a. A **maioria** dos deputados **encenou** um espetáculo de oportunismo político explícito. (*Istoé*, 30/6/1993)
- b. A maioria dos **pais** **impõem** restrições à prática das crianças de assistir televisão. (*Folha de S.Paulo*, 6/3/1994)
10. a. 10% da **população** ativa do país **está** desempregada. (*Istoé*, 15/9/1993)
- b. **75%** da população **apoiam** a entrada de Erundina no ministério. (*Folha de S.Paulo*, 3/2/1993)

Nos exemplos apresentados, verifica-se que a concordância pode ser controlada ora pelo núcleo do sujeito (hierarquicamente mais alto), ora pelo nome do sintagma nominal<sup>6</sup> (NP) encaixado no sintagma preposicional (PP) (hierarquicamente mais baixo do que o núcleo do sujeito).

Nas sentenças em (8), o núcleo do sujeito é um nome não quantitativo singular (*vida* e *salário*) e o núcleo do sintagma nominal encaixado é um substantivo não quantitativo

---

<sup>6</sup> Seguirei nesta seção a terminologia adotada por Scherre & Naro (2014), que se referem a sintagmas nominais, e não a sintagmas determinantes.

plural (*miseráveis* e *familiares*); nelas, o verbo pode ser flexionado tanto no singular quanto no plural.

Nas sentenças em (9), o núcleo do sujeito é um substantivo quantitativo singular (*maioria*) e o núcleo do sintagma nominal encaixado é um substantivo não quantitativo plural (*deputados* e *país*). Nessas construções, o verbo também pode ser flexionado tanto no singular quanto no plural.

Nas sentenças em (10), o núcleo do sujeito é uma expressão percentual e o núcleo do sintagma nominal encaixado é um substantivo não quantitativo singular (*população*). De maneira semelhante aos demais contextos, o verbo pode ser flexionado ora no singular, concordando com “população”, ora no plural, concordando com o numeral.

Segundo Scherre & Naro (2014, p. 22), no que se refere à escrita, a tradição gramatical de língua portuguesa registra variação tanto para os casos de (9) quanto para os casos de (10) (cf. Almeida, 1992; Silva, 1997; Scherre, 2008), mas a variação em sentenças como (8), que representam o fenômeno sintático investigado nesta tese, só é registrada pela tradição estilística (cf. Lapa, 1991). Com relação à língua falada, casos variáveis tanto com sujeito plural de estrutura simples quanto com sujeito plural de estrutura complexa não são mencionados pela tradição gramatical, tampouco pela tradição linguística.

Os autores consideram que a concordância de número entre verbo e sujeito é, na maioria dos casos, regida pelo traço morfológico de número do núcleo do sujeito e, em vista disso, buscam discutir as condições que determinam o controle da concordância de número pelo núcleo do sujeito e que permitem o deslocamento desse controle para o núcleo do NP encaixado, em dados do PB, especialmente nos da escrita monitorada. Além disso, Scherre & Naro (2014) buscam também investigar se as três variáveis linguísticas que influenciam a concordância na língua falada (traço humano do sujeito, saliência da oposição singular/plural do verbo e paralelismo oracional) são também influentes no que diz respeito ao mesmo fenômeno na língua escrita<sup>7</sup>.

---

<sup>7</sup> A análise de Scherre & Naro (2014) é pautada pela Teoria da Variação e Mudança Linguística, segundo a qual a noção de heterogeneidade ordenada é uma condição natural, inerente e necessária do conceito de língua. A teoria em questão trabalha com pesos relativos fornecidos por programas que oferecem tratamento quantitativo aos dados coletados. Os pesos relativos são associados a diversos fatores dos grupos de variáveis independentes consideradas e demonstram a relevância estatística desses fatores para a compreensão da variação, indicando o efeito que cada um dos fatores tem sobre as variantes do fenômeno linguístico em questão (que é chamado de variável dependente) (2014, p. 23).

Scherre & Naro (2014) analisaram aproximadamente 1500 dados do PB, retirados de jornais e revistas, livros técnicos e documentos oficiais, escritos por pessoas escolarizadas e submetidos a revisão. As construções apresentadas em (8), (9) e (10) foram nomeadas pelos autores, respectivamente, de sujeito mais forte, sujeito menos forte e sujeito mais fraco.

- Sujeito mais forte: núcleos não-quantitativos

Os casos com sujeito mais forte apresentam um NP sujeito cujo núcleo é um substantivo não-quantitativo que pode apresentar um conjunto de traços do subconjunto *a*, *b* ou *c* abaixo:

- a) [- comum]; [+/- animado]; [+/- humano];
- b) [+ comum]; [+/- contável]; [+/- abstrato];
- c) [+ comum]; [+/- contável]; [+/- animado]; [+/- humano] (Chomsky, 1965, p. 83 *apud* Scherre & Naro, 2014, p. 24).

Segundo os autores, o traço humano tem papel importante na variação da concordância entre verbo e sujeito no PB. Scherre & Naro (1998) e Naro & Scherre (2000) verificam que, se o sujeito plural for [- humano], o uso de plural no verbo é menos provável; por outro lado, se for [+ humano], a presença de plural é mais provável.

Em estruturas com NP encaixado plural, a tendência de variação se evidencia com a presença de traço [- humano] no núcleo do sujeito singular. Sendo assim, em estruturas do tipo “a **mulher** dos grandes centros urbanos **trabalha** fora”, em que o núcleo do sujeito apresenta traço [+ humano], é rara a ocorrência de verbo no plural.

Scherre & Naro (2014) afirmam que o traço [+ humano] do sujeito singular não quantitativo tende a reter o controle absoluto da concordância no núcleo do sujeito, pois esse traço salienta o traço morfológico de número do sujeito mais forte (no caso, o número singular do núcleo do sujeito) e impede o deslocamento do controle da concordância para o núcleo plural do NP encaixado. Além disso, a presença do traço [+ humano] no NP encaixado plural desfavorece o verbo no plural nas construções em questão, como se observa nos exemplos a seguir (cf. Scherre & Naro, 2014).

11. A **vida** dos miseráveis se **tornou** mais miserável ainda. (*Folha de S.Paulo*, 26/6/1994)
12. O preço das **dedetizações** de apartamentos **variam** entre R\$ 30,00 e R\$ 45,00. (*Correio Braziliense*, 23/2/1996)

Nos exemplos acima, os autores afirmam que o plural tende a ocorrer mais nas estruturas semelhantes a (11) do que nas semelhantes a (12), uma vez que o traço [- humano] favorece o uso do verbo no plural ao passo que o traço [+ humano] desfavorece o plural.

Para Scherre & Naro (2014), embora seja possível a concordância do verbo com o núcleo plural encaixado com traço [+ humano], como em “O salário dos **familiares oscilam** entre R\$ 1.687 a R\$ 7.503”, “o traço humano continua cumprindo de forma consistente o seu papel de tornar mais saliente o elemento da construção que primordialmente controla a concordância de número, que é o núcleo nominal do sujeito não quantitativo” (2014, p. 26).

De maneira resumida, nas estruturas de sujeito mais forte, considera-se que o núcleo do sujeito [+ humano] impede que o controle da concordância passe para o núcleo do NP encaixado, evitando assim a flexão de plural do verbo. Considera-se também que o NP encaixado [+ humano] faz com que o controle da concordância seja mantido no núcleo do sujeito, o que também evita a flexão de plural do verbo. O núcleo do sujeito [- humano], por sua vez, permite que o NP encaixado passe a controlar a concordância, permitindo a flexão plural do verbo, o que também ocorre quando o NP encaixado apresenta o traço [- humano], o qual, de acordo com os autores, acentua o controle da concordância pelo núcleo do NP encaixado.

Uma questão que se coloca em relação a essa análise diz respeito ao fato de o traço [+ humano] ser o elemento responsável pelo controle da concordância de número em construções com sujeito mais forte. Se a presença do traço [+ humano] no núcleo do sujeito controla a concordância, mantendo o verbo no singular, por que, quando esse mesmo traço encontra-se no NP encaixado plural, ele não passa a controlar a concordância fazendo com que o verbo seja flexionado no plural? Em outras palavras, por que a presença do traço [+ humano] controla a concordância em uma posição do sintagma (núcleo do sujeito), mas não em outra (NP encaixado)?

A saliência fônica da oposição singular/plural do verbo também foi outro aspecto observado pelos pesquisadores no que tange às construções com sujeito complexo.

Segundo eles, a maior saliência fônica da oposição verbal aumenta as chances de concordância plural em estruturas com sujeito sintaticamente plural na língua falada (Naro, 1981; Naro & Scherre, 1996). A oposição singular/plural menos saliente evidencia-se com a nasalização da vogal átona final na língua falada, como em “vende/vendeM” (cf. exemplo 13). Já a oposição singular/plural mais saliente implica mudança de sílaba tônica e apresenta mudança de vogal temática com acréscimo de segmentos, como em “atrapalhou/atrapalhARAM” (cf. exemplo 14).

13. A **ponta** dos corredores, conhecida no ramo supermercadista como ponta de gôndola, **vendem** até três vezes mais que em prateleiras comuns. (*Jornal do Brasil*, 28/03/1993)

14. Em apenas uma semana, a **frota** de aviões da FAB utilizada para o transporte de autoridades **atrapalharam** a vida dos ministros do governo Fernando Henrique. (*Folha de S.Paulo*, 10/09/1995)

Nos dados analisados, Scherre & Naro (2014) verificaram que, nas estruturas com sujeito mais forte, a oposição verbal [+ saliente] dificulta o controle da concordância pelo NP encaixado plural, ou seja, se há maior saliência fônica na oposição verbal, a tendência é de que haja concordância com o núcleo do sujeito, que é singular (diferentemente do que se observa em (14)). Por outro lado, quando a oposição é [- saliente], há maior tendência à concordância no plural com o NP encaixado, como mostra o exemplo (13).

A análise de Scherre & Naro (2014) revelou que, nas construções com sujeito mais forte, há três traços que exercem influência sobre a concordância plural com o NP encaixado: núcleo do sujeito [- humano], NP encaixado [- humano] e verbo de oposição [- saliente], o que pode ser observado nos exemplos a seguir:

15. Lembramos que [**a estipulação dos prazos acima**] **decorrem** da necessidade de melhor aproveitamento dos recursos disponíveis para o exercício de 1994. (Ofício circular, MEC/SISU, 17/03/1994)

16. Sabemos que [**a sobrecarga nos pés**] **danificam** outras estruturas, inclusive a coluna. (*O Globo*, 10/12/1995)

13. [**O pagamento das despesas** acima referidas] **destinam-se**, exclusivamente, à pessoa do professor convidado. (Carta da UEL, 11/02/2005)

- Sujeito menos forte: núcleos quantitativos

Os casos com sujeito menos forte envolvem núcleos quantitativos, do tipo “maioria/grupo/parte”, os quais, conforme Scherre & Naro (2014), são assim classificados por não apresentarem propriedades sintáticas e semânticas plenas de substantivos, e, por essa razão, a especificação dos traços comum, animado ou humano também não se mostra pertinente. No entanto, o traço humano pode ser analisado no que se refere ao substantivo do NP encaixado. Os dados revelam que, tal como nas construções com sujeito mais forte, o traço [+ humano] dificulta a concordância com o NP encaixado, como se vê no exemplo (17), ao passo que o traço [- humano] a favorece, como mostra o exemplo (18). Contudo, os autores salientam que esse efeito é mais polarizado nas estruturas de sujeito mais forte, nas quais se evidencia maior diferença entre os pesos relativos.

17. [Um **grupo** de artistas] **estava** sábado à noite no Cine Ricamar. (*Jornal do Brasil*, 20/07/2007)

18. Mas acho que [**boa parte** de suas reflexões] se **adaptam** aos impasses da imprensa brasileira. (*Correio Braziliense*, 25/12/1994)

Quanto à saliência verbal, os autores observaram que seus efeitos não influem no controle da concordância nos casos de sujeito menos forte.

- Sujeito mais fraco: núcleos percentuais

Nas estruturas com núcleos percentuais acompanhados de sintagmas preposicionados, o número morfológico do NP encaixado tende a controlar a concordância verbal.

No que tange ao efeito do traço [+ humano] no NP encaixado, verifica-se que o efeito é o oposto ao observado nas construções com sujeito mais forte e menos forte, ou seja, o traço [+ humano] favorece o verbo no plural.



Scherre & Naro (1993) afirmam que, na língua falada, o traço de número nos últimos elementos do sujeito plural de 3ª pessoa (de natureza não quantitativa e formados ou não por sintagmas preposicionados) é um dos fatores que controlam a concordância verbal.

Trata-se do efeito do paralelismo linguístico no plano da oração, uma das manifestações de um princípio cognitivo mais geral, subjacente à tendência de formas semelhantes ocorrerem juntas no discurso, que funciona ao lado de outros princípios de uso, como o da economia linguística de base funcionalista. (Scherre & Naro, 2014, p. 33)

De acordo com os autores, na escrita do PB, os fatores *tipo de sujeito, traço morfológico de número, traço humano e saliência da oposição singular/plural do verbo* influem no controle da concordância pelo núcleo do sujeito ou pelo substantivo do NP encaixado.

A análise de Scherre & Naro (2014) estende-se também a dados do português arcaico (cf. 19) e do português do século XX (cf. 20), o que revela que a variação no controle da concordância na língua escrita não é específica do PB. Aliás, há dados dos pesquisadores que evidenciam que esse fenômeno é translinguístico, como se observa em sentenças do francês (cf. 21) e do inglês (cf. 22).

19. **O jugo** das minhas maldades **vigiom** contra mi. (Boosco, 1515, p.228)
20. A **interpretação** semântica atribuída às expressões derivadas pelo sistema formal **podem** ser determinadas por regras “tardias” do próprio sistema (Raposo, 1992, p. 29).
21. **Le chien** des voisins **arrivent** (au lieu de: le chien des voisins arrive) (Blanche-Benveniste, 1999, p. 21)
22. **The vast majority** of surviving species **are stable**, and intermediate forms are relatively rare (Labov, 1994, p. 595)

Para Scherre & Naro (2014), no que se refere à concordância verbal, não há uma posição sintática específica com a função de controlar a concordância, por isso que a tradição gramatical, além de registrar muitos casos de variação da concordância verbal,

registra também que a concordância pode se dar até mesmo com um elemento que não faz parte do sujeito, como o predicativo.

Como frequentemente os traços controladores da concordância verbal de número ocorrem no núcleo lexical que se encontra na posição canônica de sujeito (à esquerda do verbo), o núcleo do sujeito parece ser o controlador da concordância, o que leva a considerar que a concordância com outros sintagmas constitui um caso especial por fugir da regularidade.

A hipótese dos autores é de que o controle da concordância de número entre verbo e sujeito ocorre prioritariamente por meio de traços, os quais determinam a posição controladora da concordância, e não em função de uma posição sintática específica. Nesse sentido, assumem que é provável que o traço mais geral em jogo seja o traço referencial.

Para o sujeito mais forte, adota-se a hipótese de que há uma hierarquia de traços, ainda não quantificada, do [+ próprio], em que se verifica o grau máximo de referencialidade, que passa pelos traços [+ humano], [+animado] e [- animado, - abstrato], e chega aos traços [- humano], [- animado, + abstrato]. Na ausência de sujeito mais forte, ou seja, na ausência de sujeitos com núcleos não-quantitativos, passam a controlar a concordância os traços que podem se localizar em outras posições estruturais, como no NP encaixado ou no predicativo, que vão seguir a mesma hierarquia prevista para o núcleo do sujeito mais forte, quando for o caso (Scherre & Naro, 2014, p. 40).

O fato de Scherre & Naro (2014) atribuírem o controle da concordância ao traço de referencialidade dos nomes, considerando juntamente sua posição específica (núcleo do sujeito), pode ser visto como um problema para essa proposta, pois ela não explica os casos em que há concordância plural com sujeitos complexos cujos nomes encaixados apresentem traço [+ humano], como nos exemplos abaixo:

23. a. [O endereço das **vítimas**] caíram em mãos erradas.
- b. [A nota dos **alunos**] foram divulgadas.
- c. [Esse casal de **americanos**] adotaram quatro irmãos de Pernambuco para mantê-los sempre unidos. (*site Muita Brisa*)

### 1.3 Concordância com sujeitos complexos como erro de atração (Rodrigues, 2005, 2006)

O estudo de Rodrigues (2006) trata dos erros de atração<sup>8</sup> e tem o objetivo de identificar os fatores que interferem no processamento da concordância sujeito-verbo, a fim de apresentar uma proposta que esteja circunscrita aos pressupostos da Psicolinguística e do Programa Minimalista.

Rodrigues (2005) afirma que, em português, o núcleo do sujeito é o termo controlador da concordância, o qual determina o valor do traço de número e pessoa do verbo. Portanto, sentenças como (24) são consideradas pela autora como agramaticais.

24. \*O álbum das fotos rasgaram.

Ao comparar a sentença (24) com uma construção partitiva, como a observada em (25), a autora questiona-se sobre o que determina a escolha do termo controlador da concordância no caso de (25) e sobre o que diferencia as construções partitivas de sentenças como (24), em que apenas a concordância com o núcleo é permitida.

25. A maioria das fotos rasgou/rasgaram.

Nesse estudo, a autora pretende verificar se, em termos de processamento, os falantes da língua tratam, de modo distinto, as partitivas de outras construções semelhantes no que se refere à concordância com um termo do sintagma modificador, bem como pretende diferenciar estruturas licenciadas pela gramática da língua de outras cuja produção pode ser decorrente de falhas de processamento.

Rodrigues (2005, p. 3) reporta que, com relação a construções partitivas e DPs complexos não-quantitativos, Scherre & Naro (1998) consideram que “a gramática da língua licencia tanto a concordância do verbo com o núcleo do sujeito quanto a concordância com um termo do modificador, não constituindo erro a concordância com o modificador nos DPs complexos”. De acordo com a autora, Scherre (2002 *apud* Rodrigues,

---

<sup>8</sup> Rodrigues (2006, p. 15) esclarece que a noção de “erro” no âmbito da Psicolinguística não se refere a um desvio da norma culta, mas a um lapso ou a uma falha de processamento que ocorre de modo recorrente na língua, sendo, inclusive, algumas vezes imediatamente corrigido pelo falante. A noção de “erro de atração” se refere à concordância do verbo com um núcleo interveniente de um sujeito complexo.

2005, p. 3) assume a hipótese de que, no português, o núcleo do sujeito não é o controlador da concordância verbal, mas sim traços de naturezas distintas, que também podem estar presentes em outras funções sintáticas, como no núcleo do adjunto ou do complemento nominal.

Diferentemente de Scherre & Naro (1998) e Scherre (2002 *apud* Rodrigues, 2005), que sugerem que a concordância com o núcleo ou com o modificador sejam variantes linguísticas tanto nas partitivas como nas demais estruturas, Rodrigues (2005) afirma que esse tipo de concordância não pode ser considerada uma “variante” linguística licenciada pela gramática, pois, de acordo com resultados experimentais, a concordância com o modificador do sujeito é em número bastante limitado e parece ocorrer somente em condições particulares, em função de fatores de ordem sintática, semântica e morfofonológica. Em vista disso, ela assume que

haveria uma falha de processamento, falha essa que funcionaria como uma espécie de janela para o funcionamento normal do sistema de produção, permitindo a formulação de hipóteses acerca dos fatores que podem atuar na concordância e, de modo mais abrangente, sobre a natureza modular ou não do formulador sintático das sentenças (Rodrigues, 2005, p. 4).

A pesquisadora realizou um experimento de julgamento de gramaticalidade, a partir da apresentação visual de itens experimentais (exemplificados nos preâmbulos abaixo), com o intuito de verificar se havia diferenças entre construções partitivas e DPs complexos não-quantitativos no que tange à concordância do verbo com um elemento nominal de um sintagma modificador do núcleo do sujeito.

*Construção partitiva/verbo sing.:* A maioria dos livros da estante QUEIMOU.

*Construção partitiva/verbo pl.:* A maioria dos livros da estante QUEIMARAM.

*DP complexo não-quantitativo/verbo sing.:* A pasta dos documentos do escritório RASGOU.

*DP compl. não-quantitativo/verbo pl.:* A pasta dos documentos do escritório RASGARAM.

O procedimento experimental consistia na apresentação de sentenças para o participante, que era informado de que lia um conjunto de sentenças produzidas por

estrangeiros que tinham o português como segunda língua. Ao final de cada sentença, o participante deveria julgar se o estrangeiro que havia produzido aquela sentença dominava bem o português. Os participantes da pesquisa eram estudantes de graduação da PUC-Rio.

O resultado com relação às partitivas mostra uma preferência pelo verbo no singular, ou seja, pela concordância com o núcleo do sujeito. Segundo Rodrigues (2005, p. 7), “essa preferência nas partitivas talvez possa ser atribuída a uma interferência do ensino formal, em que a concordância canônica é avaliada como mais ‘correta’ em termos prescritivos do que a chamada concordância estilística com o modificador do sujeito”.

No que se refere ao cruzamento das variáveis tipo de modificador e número do verbo, os resultados mostraram uma diferença significativa entre partitivas e DPs complexos, pois há maior ocorrência de plural com construções partitivas do que com DPs complexos, o que, segundo a autora, parece indicar que os participantes tendem a julgar como agramaticais sentenças do tipo *A pasta dos documentos do escritório rasgaram*. A análise dos resultados indica que a dupla concordância no caso das partitivas é uma possibilidade oferecida pelo sistema computacional da língua, o que não se estende para o caso da concordância com o modificador de DPs complexos, que seria resultado de uma falha de processamento.

A interferência do ensino formal mencionada pela autora é, de fato, real e pode ter enviesado os resultados do experimento realizado. Embora gramáticas tradicionais e livros didáticos de língua portuguesa, de modo geral, não tratem explicitamente do caso em análise nesta tese – concordância plural com sujeitos complexos de núcleo singular, a regra referente à concordância do verbo com o núcleo do sujeito é bastante disseminada no ambiente escolar. Sendo assim, acredito que a seleção do público participante do teste experimental (estudantes universitários) contribuiu para os resultados que mostram que não há dupla possibilidade de concordância com o modificador plural de DPs complexos e que o uso do plural nessas construções seria decorrente de uma falha de processamento.

A fim de desvelar os fatores que levam a tal falha e de distinguir estruturas responsáveis por erros de atração de estruturas que admitem a concordância com um nome plural de um PP modificador, Rodrigues (2005, 2006) realiza uma série de experimentos, bem como apresenta alguns trabalhos voltados ao estudo de erros de atração em construções com sujeitos complexos, os quais investigam os fatores que geram interferência no processamento da concordância e o momento em que se dá essa interferência, com vistas a

verificar se o formulador sintático<sup>9</sup> atua de forma autônoma ou integrada em relação a outros componentes do sistema de produção.

Como fatores que podem atuar no processamento da concordância, foram considerados fatores sintáticos, morfológicos e semânticos, como distância hierárquica e linear entre os núcleos nominais e o verbo, tipo de modificador, tamanho do DP sujeito, número do núcleo do sujeito (DP1) e do núcleo interveniente (DP2), *status* argumental do PP e distributividade do DP.

Com relação ao efeito da distância hierárquica no processamento da concordância em contraposição a um efeito de distância linear (Bock & Miller, 1991; Vigliocco & Nicol, 1998; Franck, Vigliocco & Nicol, 2002), observou-se que a posição de um núcleo interveniente na estrutura hierárquica do DP sujeito pode ser fator de interferência na concordância, ou seja, quanto mais próximo o núcleo interveniente estiver do núcleo do DP sujeito, maior a possibilidade de este núcleo afetar a concordância, não importando sua posição linear em relação ao verbo – se imediatamente antes ou não do verbo. Dessa forma, Rodrigues (2006) afirma que preâmbulos como (26) geram mais erros de atração do que (27).

26. A tinta dos **cartuchos** da impressora...

27. A tinta do cartucho **das impressoras**...

Com relação à distância linear entre o núcleo do sujeito e o verbo, os resultados de Rodrigues (2006) sugerem que o efeito da distância linear pode afetar a concordância sujeito-verbo na medida em que a ampliação da distância entre o núcleo do sujeito e o verbo prejudica a retomada da informação de número do núcleo do sujeito, o que, nesse sentido, corrobora a afirmação de Jespersen (1924, p. 345 *apud* Bock & Miller, 1991, p. 54): “Pode ser que se o verbo chega muito depois de seu sujeito, não há mais energia mental para lembrar qual era o número do sujeito”.

Já com relação à distância linear entre o núcleo interveniente e o verbo, considera-se que a chance de haver interferência na concordância é maior quanto menor a distância linear entre os dois elementos (cf. Vigliocco & Nicol, 1998; Rodrigues, 2006).

---

<sup>9</sup> O formulador sintático é o responsável pela codificação gramatical da sentença, em que ocorre a organização hierárquica e a ordenação dos constituintes conforme a ordem linear da língua (Rodrigues, 2006, p. 19).

Quanto ao tipo de modificador, observou-se que núcleos intervenientes em sintagmas preposicionados geram mais erros de atração do que em orações relativas encaixadas, o que, segundo Rodrigues (2005), pode ser interpretado como um efeito de distância hierárquica, visto que os núcleos intervenientes nos sintagmas preposicionados estariam mais próximos do núcleo do DP sujeito do que nas relativas (cf. Bock & Miller, 1991).

No que tange ao efeito do tamanho do DP sujeito, observou-se que há maior possibilidade de erro de concordância na produção quando o DP é longo, pois o núcleo do sujeito está linearmente mais distante do verbo e é mais difícil para a memória de trabalho manter a informação relativa ao número desse núcleo (cf. Bock & Cutting, 1992; Deutsch, 1998; Kaan, 2002).

No que tange à interferência morfofonológica associada à informação de número dos núcleos nominais, verifica-se uma assimetria entre singular e plural na indução de erros de atração, com mais erros quando o núcleo do sujeito é singular e o núcleo interveniente plural. Segundo Bock & Eberhard (1993), esse efeito seria decorrente do modo como a informação de número é representada (singular não marcado e plural marcado). Com base em uma proposta de ativação de traços, os autores explicam a assimetria singular-plural no processamento da concordância afirmando que, em preâmbulos com núcleo singular (NP1) e núcleo interveniente plural (NP2), este último estaria ativado, podendo se sobrepor ao núcleo singular, o que induziria um erro na seleção da forma verbal correta.

No entanto, Rodrigues (2005) reporta que foram realizadas pesquisas experimentais com falantes de francês que apontam para o efeito de um núcleo interveniente singular em DPs complexos constituídos por um núcleo nominal seguido de dois sintagmas preposicionados (Franck, Vigliocco & Nicol, 2002). Os resultados obtidos com falantes de inglês e de francês foram cotejados e verificou-se que, em inglês, havia uma diferença no total de erros de atração entre a condição N1sing N2pl N3sing (*The threat to the presidents of the company*) e a condição N1pl N2sing N3pl (*The threats to the president of the companies*), diferentemente do que foi observado no francês, o que os autores atribuíram à complexidade da morfologia verbal de cada língua. No experimento realizado por Rodrigues (2005), considerou-se a hipótese de o efeito de marcação ser função da visibilidade e regularidade da marca de número no NP. Nesse sentido, o português pode constituir uma alternativa interessante para opor as duas hipóteses, já que se aproxima do

francês em termos da morfologia verbal e se assemelha ao inglês no que diz respeito à visibilidade e regularidade da marca de número no NP.

A autora afirma que é necessário esclarecer, no que concerne ao efeito de marcação, se ele é um efeito estritamente morfológico, relacionado à informação de número codificada, em termos de traço formal, ou se é um efeito de natureza morfofonológica, isto é, em que a expressão fonológica associada ao traço formal de número é levada em consideração. Há trabalhos que sugerem ser o efeito de natureza morfológica, independentemente de uma marca explícita de número, não havendo diferença significativa quanto ao total de erros de atração com preâmbulos cujo núcleo interveniente é uma forma regular de plural (como em *The cage for the spotted rats*) e com preâmbulos cujo núcleo interveniente é um plural irregular (como em *The cage for the spotted mice*).

Em contrapartida, a autora observa que, quando mais de um fator está em jogo na computação da concordância (como nos pares *The family of the rats versus The family of the mice*), a forma regular de plural pode induzir um maior número de erros (Haskell & MacDonald, 2003). Nos preâmbulos em questão, além da regularidade morfológica do núcleo interveniente, a incongruência entre número conceitual e número gramatical do núcleo do sujeito (*family*) também é um potencial fator de interferência. Nesse caso, o plural regular (*rats*) provoca mais erros do que a forma irregular (*mice*). Investigando o efeito de número conceitual com diferentes tipos de substantivos, Bock *et al.* (2001) observaram que, embora não haja uma interferência de fatores semânticos no processamento da concordância, a informação relativa ao tipo de traço formal de número é levada em consideração, o que significa que há mais erros de atração com nomes que apresentam possibilidade de flexão de número do que com nomes que apresentam um traço intrínseco de número plural. Para Rodrigues (2005), isso parece evidenciar que não basta ser morfológicamente marcado como plural, o tipo de plural é também levado em consideração no processamento.

Quanto ao *status* argumental do PP modificador (PP argumento ou PP adjunto), os experimentos de Rodrigues (2006) evidenciaram mais erros induzidos por núcleos intervenientes em PPs argumentos. Esse resultado sugere que o núcleo interveniente em um PP argumento está mais acessível do que o que está em um adjunto, já que argumentos estão mais estreitamente associados à projeção do NP do que os PPs adjuntos, os quais estão mais marginais na estrutura e, por isso, menos acessíveis.



A distributividade do DP sujeito parece ser um fator semântico que interfere na concordância de número em várias línguas, sobretudo quando há presença de um nome local plural. Rodrigues (2006) realizou experimentos com DPs distributivos com o operador “cada” (a maçaneta de cada porta) e com o núcleo interveniente plural (a maçaneta das portas), os quais induziram mais erros de atração que os primeiros. Ao ampliar o tamanho dos DPs distributivos em outro experimento, a autora evidenciou maior número de erros. Para ela, seus resultados sugerem que o efeito semântico da distributividade não pode ser localizado em um momento pré-sintático, quando da codificação da mensagem em termos de traços lexicais, ou seja, a interferência semântica da distributividade se manifestaria após o *parsing* do DP1, quando a informação morfofonológica está disponível para o processador.

Segundo Rodrigues (2005, 2006), os resultados obtidos em experimentos de julgamento de gramaticalidade indicam que os falantes da língua avaliam diferentemente a concordância com construções partitivas e DPs complexos não-quantitativos. Apesar de em ambos os casos haver uma preferência pela chamada concordância canônica com o núcleo do sujeito, é significativa a diferença entre essas estruturas no que tange à concordância do verbo com um núcleo nominal do modificador. Os falantes tendem a considerar como gramatical a concordância com o modificador quando o sujeito contém uma expressão partitiva e como agramatical quando o sujeito é um DP complexo. Para explicar a dupla possibilidade de concordância com construções partitivas, a autora propõe que os termos partitivos “maioria” e “parte” apresentam natureza híbrida (lexical e funcional) e que cada alternativa de concordância apresenta uma representação estrutural distinta<sup>10</sup>.

A concordância verbal no singular estaria associada à representação em que “maioria” e “parte” são NPs cujo complemento é um PP que contém o DP definido. Nessa estrutura, ressalta-se que os termos “maioria” e “parte” são considerados verdadeiros

---

<sup>10</sup> Rodrigues (2006) adota um modelo de produção monitorada por *parser* (PMP), que tem como características a produção moderadamente incremental e a monitoração concomitante à fala por um *parser*. Segundo ela, a ideia de uma produção moderadamente incremental é compatível com a hipótese de que a concordância verbal no caso das construções com DPs complexos seria computada antes de o DP sujeito ser enviado para a codificação morfofonológica com vistas a sua articulação. Já a proposta de um *parser* monitorador permite manter a autonomia do formulador sintático e explicar efeitos sintáticos e morfofonológicos no processamento da concordância. Nesse modelo, os erros de atração são atribuídos a uma interferência na codificação morfofonológica do verbo, que é provocada por uma representação do DP sujeito gerada pelo *parser*, ou seja, assume-se que tais erros não afetam a computação sintática, uma vez que seriam decorrentes de operações pré ou pós-sintáticas, e não de operações do sistema computacional propriamente dito.

nomes e o DP plural está inserido em um PP que complementa o primeiro nome e, por isso, não pode interferir na computação interna da concordância do DP partitivo. Essa análise nos parece um pouco controversa, uma vez que “maioria” e “parte” não parecem constituir verdadeiros nomes semanticamente, pois não designam seres, objetos ou sentimentos, mas apenas denotam quantidade ou partes de um todo, que é especificado pelo seu modificador. Tais palavras não podem, por exemplo, ser usadas isoladamente em contextos *out of the blue*:

28. a. A maioria dos trabalhadores recebeu o salário.  
b. \*A maioria recebeu o salário.
29. a. Parte dos candidatos foi aprovada.  
b. \*Parte foi aprovada.

De acordo com Rodrigues (2006), a concordância verbal no plural estaria associada à representação em que “maioria” e “parte” constituem elementos funcionais, modificando o DP definido plural. Nessa análise, esses termos funcionariam como quantificadores e a concordância verbal seria determinada pelo número do DP plural. Nesse caso, a explicação seria assumir que “maioria” e “parte”, sendo funcionais, não teriam um traço formal de número associado. Portanto, o elemento que poderia valorar o traço não-interpretável de número da sonda T seria o DP plural. Outra possível explicação, segundo a autora, seria assumir que as construções partitivas apresentam uma estrutura de adjunção semelhante à proposta por Avelar (2005) para constituintes preposicionados nucleados por “de” (sintagmas-*de*). A partir de um conjunto de evidências de que sintagmas-*de* comportam-se, semântica e morfossintaticamente, de forma distinta de outros constituintes preposicionados na função de adjunto adnominal, o autor propõe para esses sintagmas uma configuração de adjunção de DP a DP, na qual um DP com caso inerente genitivo seria adjungido a outro DP. A realização de “de” ocorreria depois que um morfema associado fosse conectado ao DP genitivo (cf. modelo de Morfologia Distribuída de Embick & Noyer, 2001). Nesse caso, a concordância ocorreria entre a sonda T e o DP plural, que está em posição de adjunção e apenas contido pelo DP complemento (e não dominado). A preposição “de”, conforme mencionado, seria inserida apenas na morfologia e estaria associada à expressão de partitividade. Considera-se que a concordância não ocorre com o DP partitivo (“maioria” ou “parte”), pois ele não estaria com traços ativos por ser uma

categoria híbrida (semi-lexical ou semi-funcional); portanto, não estaria visível para a sonda T.

A proposta de Rodrigues (2006) de adotar um caráter híbrido (lexical e funcional) para os elementos que encabeçam as estruturas partitivas parece apropriada visto que considera numerações distintas; entretanto, tal análise mostra-se, de certa forma, incômoda ao se considerar as condições de economia do Programa Minimalista, já que é inevitável ter em conta o custo das derivações que se utilizam de categorias híbridas. Convém recordar que, segundo o quadro teórico assumido, mesmo que duas estruturas sejam convergentes, somente a mais econômica será exitosa. Além disso, acreditamos ser imprescindível considerar também as características dos nomes que constituem o sintagma sujeito, os quais parecem exercer influência no estabelecimento da concordância com o verbo.

No que tange aos erros de concordância, a autora apresenta três alternativas de explicação que faz referência a uma escala de acessibilidade das representações geradas pelo *parser*. A que nos interessa aqui, por razões de maior conformidade teórica, é a que considera que uma representação semântica do DP sujeito pode ser retomada na forma de um elemento pronominal nulo, cuja informação de número levaria à concordância entre o sujeito e o verbo. Tal elemento pronominal seria capaz de codificar a informação de número associada à representação semântica do DP sujeito, o que, segundo Rodrigues (2006), é capaz de explicar efeitos de distributividade, pois a ideia de pluralidade do DP seria retomada pelo pronome. Com base nessa hipótese, o traço de número do verbo seria valorado levando em consideração o traço de número do elemento pronominal nulo e, dessa forma, não haveria erro de concordância<sup>11</sup>.

Rodrigues (2006, p. 183-184) afirma que, de acordo com as explicações do modelo de produção monitorada por *parser*,

é possível sustentar a ideia de que a computação sintática da concordância na produção não seria em si afetada por informação de natureza semântica

---

11 Segundo Rodrigues (2006, p. 173-174), essa ideia foi originalmente proposta por Corrêa (2005b, 2006) para explicar efeitos semânticos na concordância de gênero sujeito-predicativo. Foi considerada a hipótese de o DP inicial, que é processado como tópico, ser fechado como uma unidade semanticamente independente antes de o verbo ser introduzido na formulação, o que demandaria o emprego de um elemento pronominal nulo que retomasse seu referente como sujeito do verbo. Dessa forma, esse elemento pronominal recuperaria os traços semânticos do referente do DP inicial fechado como uma unidade semanticamente autônoma e a concordância se daria com o predicativo concordando com o sujeito nulo recém-incorporado à formulação do enunciado. Ao se evidenciar a concordância entre o predicativo e o sujeito nulo, o resultado sugere um erro de concordância entre este e o DP processado como tópico.

ou morfofonológica. Os erros seriam decorrentes de questões de acessibilidade, na memória, da representação do DP sujeito gerada pelo *parser* e, nesse sentido, o erro seria posterior ao *parsing* do DP sujeito.

Ainda que a proposta explique a concordância plural com sujeitos complexos de núcleo singular, defendendo que o “erro” de concordância não se deve à formulação sintática da sentença, mas a limitações da memória de processamento, assumir uma proposta com base no processamento da linguagem foge ao escopo desta tese. Além disso, considera-se inapropriada a afirmação de que a concordância não é afetada por informação de natureza semântica, uma vez que o elemento pronominal nulo estipulado carregaria a informação de número com base na pluralidade do DP a que faz referência. Conforme discutido por Corbett (2006), a semântica exerce influência no estabelecimento da relação de concordância, o que também será discutido nos próximos capítulos.

Outro ponto que merece ser destacado refere-se à adequação descritiva da hipótese de Rodrigues (2006), que parece desconsiderar a existência de um fenômeno bastante recorrente no PB (cf. Scherre & Naro, 2014; Sandoval & Pilati, 2016). Mais um ponto que merece atenção é o fato de se assumir Agree e considerar que a sonda T enxerga o DP/elemento pronominal nulo plural como alvo ativo, o que parece estar em desacordo com a propriedade do periscópio, associada ao princípio da endocentricidade, segundo a qual a concordância sujeito-predicado, ao olhar para o NP sujeito, vê apenas seu núcleo e nada mais (Hornstein, Nunes & Grohmann, 2005, p. 178).

No que tange ao experimento de julgamento de gramaticalidade realizado por Rodrigues (2005, 2006), como já mencionado, consideramos que o fato de ter sido feito com estudantes universitários pode ter enviesado o estudo e, conseqüentemente, sua análise, já que se pressupõe que estudantes universitários têm conhecimento formal sobre as regras normativas de concordância verbal. Talvez um estudo com crianças do primeiro ciclo do Ensino Fundamental, no qual não há ainda a formalização das regras de concordância, seja mais revelador sobre a concordância com construções partitivas e sujeitos complexos no PB, o que, aliás, constitui uma perspectiva de trabalho futuro como verificação da análise proposta nesta tese.

Por fim, assumir que a concordância plural com DPs complexos é decorrente de operações pós-sintáticas parece não contribuir diretamente para os propósitos minimalistas da Teoria Gerativa em termos de adequação explicativa.

#### 1.4 *Broken Agreement* (Bock & Miller, 1991)

Um dos trabalhos pioneiros sobre a concordância oracional, no âmbito da linguística experimental, foi realizado por Bock & Miller (1991). As autoras consideram sentenças com concordância parcial, como as apresentadas nos exemplos abaixo, como falhas de concordância decorrentes de erros sintáticos.

30. a. [*The readiness of our conventional forces*] **are** at an all-time low.

b. [*The learning skills people have entering college*] **is** less than it should be.

Para elas, casos de concordância verbal como esses são “aberrações” e podem revelar algo sobre os componentes naturais da produção de linguagem (Bock & Miller, 1991, p. 46). Para isso, elas realizaram alguns experimentos de indução de erros de concordância.

O primeiro contrastava o número do núcleo do sujeito com o número do modificador (denominado nome local) e os resultados mostraram um maior número de erros de concordância verbal quando o núcleo era singular e o modificador plural. Nesse experimento, o tamanho do modificador também foi manipulado (*The bridge to the islands* X *The bridge to the popular coastal islands*) e as autoras verificaram que isso teve pouco impacto na ocorrência de erros.

O segundo experimento evidenciou que a animacidade do nome local (como em *the blanket on the girl*) não aumenta a ocorrência de erros de concordância, ou seja, a animacidade do modificador do sujeito é indiferente no que diz respeito à ocorrência do número de erros de concordância.

O terceiro experimento utilizou construções do inglês nas quais o segundo dos dois sintagmas nominais pré-verbais é o sujeito do primeiro verbo produzido (como em *The king that the colonies oppose is a tyrant*), ou seja, construções com sujeitos modificados por orações relativas. Nesse experimento, diferenças de animacidade tiveram um efeito consistente, o que sugere, segundo Bock & Miller (1991), que a animacidade é importante para a designação de sujeito, o que, por sua vez, importa para a concordância. Os resultados desse experimento demonstraram que relações estruturais são uma parte necessária do

processo de concordância, excluindo uma interpretação mais simples que apela somente para a pluralidade e a posição de sintagmas nominais pré-verbais.

Bock & Miller (1991) afirmam que os resultados indicam que os mecanismos de concordância são bastante seletivos sobre os tipos de informação que usam, apontando para uma restrição notável sobre as interações entre informações e processos na produção da linguagem: o traço de animacidade que está disponível e é usado na seleção de sujeitos de sentenças não é usado para a implementação da concordância entre sujeitos e verbos. Isso se evidencia na comparação entre os experimentos 2 e 3. O experimento 2 sugeriu que a animacidade não influi na concordância. Contudo, no experimento 3, com pares de substantivos idênticos aos do experimento 2, os resultados indicaram que as variações de animacidade desempenharam um papel mais consistente no número de erros de concordância. A diferença foi que no experimento 2, embora existissem problemas de concordância, não houve problema na seleção de sujeitos; já no experimento 3, havia problemas na seleção de sujeitos. Quando a seleção do sujeito não é um problema, a animacidade não afeta a frequência de erros; quando a seleção de sujeitos é um problema, os erros de concordância aumentam em frequência e a animacidade correlaciona-se a esse aumento.

Para as autoras, a variabilidade do julgamento e a relativa invariabilidade da concordância em uso sugerem que diferenças dialetais nos padrões de concordância não são uma explicação suficiente para o padrão de concordância observado nos experimentos realizados, o que afasta a hipótese de erros como desvios dialetais.

Os três experimentos sugeriram que é algo relacionado à pluralidade que é responsável pelos erros de concordância, já que a pluralidade do sintagma nominal modificador (nome local) sempre está associada a problemas de concordância, ao passo que a singularidade não. Isso parece poder ser estendido também aos dados do PB, em que a concordância parcial não é comum quando o DP1 é plural e o DP2 é singular, razão pela qual optamos por deixar esse fenômeno fora do escopo de análise desta tese por considerar que esses casos não constituem uma controvérsia conforme os pressupostos teóricos adotados. A análise desse fenômeno requer uma busca mais aprofundada de dados, o que pode constituir uma perspectiva de trabalho futuro.

A fim de explicar por que a implementação do número é problemática na presença de um plural estranho, especialmente num ponto em que a relação entre o verbo e o núcleo

nominal é irrelevante para o processamento, Bock & Miller (1991) assumem uma hipótese fonológica para o problema das “aberrações” de concordância, segundo a qual a seleção do plural em um nome pode dificultar a criação de uma forma homófona no verbo, uma vez que as flexões de plural e terceira pessoa do singular são idênticas (/s/, /z/ e /əz/). Assumindo um mecanismo de checagem de afixos de Stemberger & MacWhinney (1986), elas explicam a preferência pelo emprego de sentenças como *The bridge to the islands need to be repaired* em vez de *The bridge to the islands needs to be repaired*, em razão de na primeira sentença o afixo aparecer apenas uma vez.

O que as autoras verificaram é que o que controla a concordância é a relação sintática abstrata do sujeito, e não as propriedades e posições nocionais dos sintagmas nominais. Nesse sentido, a animacidade de um sintagma nominal pré-verbal, por si só, demonstrou pouca influência na ocorrência de erros de concordância verbal. Para elas, juntamente com outras aberrações da produção de sentenças, os erros de concordância sugerem restrições fortes e interessantes sobre o uso de informações que, em princípio, estão à disposição do falante.

A proposta fonológica de Bock & Miller (1991) não tem alcance no que diz respeito aos dados do PB, já que não há marca fonológica semelhante no PB na forma verbal singular de 3ª pessoa e nos nomes plurais, como ocorre no inglês. Além disso, os fonemas que marcam o plural em nomes e verbos em nossa língua são distintos, como se vê na tradução dos exemplos apresentados pelas autoras:

31. a. *The bridge to the islands needs to be repaired*

A ponte para as ilhas precisa ser consertada.

b. *The bridge to the islands need to be repaired*

A ponte para as ilhas **precisam** ser consertadas.

Embora os experimentos realizados tenham chamado atenção para certos aspectos das estruturas com sujeitos complexos, a hipótese de base fonológica de Bock & Miller (1991) não pode ser estendida ao português.

## 1.5 Sujeitos com DPs complexos X sujeitos partitivos e pseudopartitivos

Nesta seção, iremos apresentar as propriedades sintáticas e semânticas de construções partitivas e pseudopartitivas que parecem ser análogas ao objeto de nossa investigação e que também permitem dupla concordância verbal. O objetivo da seção é compreender as propriedades relevantes para a possibilidade de dupla concordância nessas construções, para que se avalie se é possível estabelecer comparações entre as orações com DPs complexos estudadas nesta tese e as construções de sujeitos partitivos.

Uma construção partitiva é uma estrutura bipartida, articulada em cabeça e coda, ligada pela preposição “de”. A cabeça é formada por elemento quantificador e a coda por um sintagma determinante encabeçado por um determinante definido. A coda expressa um conjunto de indivíduos (extensionalmente determinado ou pressuposto) do qual a cabeça extrai um subconjunto próprio de elementos (Brucart, 1997, *apud* Demonte e Jiménez, manuscrito).

32. [A maioria d[as crianças]] **dormiu/dormiram** tarde ontem.  
*cabeça coda*

As estruturas pseudopartitivas, por sua vez, apresentam núcleo nominal quantitativo e diferenciam-se das partitivas por apresentarem como modificador um sintagma nominal indefinido<sup>12</sup>.

33. [Um grupo de estudantes de escolas públicas] **foi aprovado/foram aprovados** em universidades internacionais.

A tradição gramatical não faz distinção entre orações partitivas e pseudopartitivas. Em geral, quando se trata de concordância verbal, só são mencionados os casos de sujeitos representados com expressões partitivas do tipo de “a maioria de, a maior parte de, grande parte de, parte de”, seguidos de modificador no plural (Cunha & Cintra, 1985, p. 487; Bechara, 2009, p. 557). Almeida (2009, p. 443) até apresenta algumas sentenças com

---

<sup>12</sup> A diferença entre as construções partitivas e pseudopartitivas não se limita à ocorrência de um determinante no PP partitivo, deve-se a comportamentos distintos em relação a um conjunto de fenômenos, que serão apresentados na próxima seção, quando da abordagem da análise de Stickney (2004) apresentada por Cerqueira (2009).



sujeitos pseudopartitivos, como em (34), mas os classifica como coletivos partitivos juntamente com os encabeçados pelas expressões citadas acima.

34. a. [Um troço de soldados] enchia o pavimento do edifício.

b. [Um grande número de chefes] prejudica a disciplina.

As orações com DPs complexos diferenciam-se das construções partitivas e pseudopartitivas porque não apresentam como núcleo nominal nome com valor partitivo ou quantitativo (*maioria, parte, metade, porção, grupo, monte* etc.). Nos DPs complexos, os sintagmas nominais não são constituídos de nomes quantificadores nem partitivos, ou seja, não denotam quantidade. São nomes compostos por um conjunto de traços, tais como [+/-humano], [+/-animado], [+/-comum] e [+/-contável], conforme Scherre & Naro (2014).

Apesar das diferenças semânticas (já que não fazem menção à quantificação), as construções com DPs complexos guardam semelhanças estruturais com as estruturas partitivas e pseudopartitivas. Tendo em vista a semelhança estrutural e o fato de tais construções licenciarem concordância variável (concordância canônica e parcial), além da escassez de estudos sobre o foco desta tese no âmbito da literatura gerativista, consideramos que o estudo dessas estruturas pode revelar um caminho em busca da explicação formal do modo como ocorre, no sistema computacional, o licenciamento sintático da concordância parcial com DPs complexos.

Diante disso, apresento a seguir duas análises sobre concordância com construções partitivas: a de Cerqueira (2009) sobre o PB e o português europeu (PE) e a de Demonte & Jiménez (manuscrito) sobre o espanhol.

#### 1.5.1 Construções partitivas e Agree como compartilhamento parcial e total de traços (Cerqueira, 2009)

O objetivo central da tese de Cerqueira (2009) é oferecer uma explicação para os mecanismos sintáticos envolvidos na relação de concordância de número no domínio das construções partitivas no PB e no PE, mais especificamente em relação aos casos de concordância parcial, como em (35), nos quais a concordância se estabelece entre os traços-

$\phi$  não interpretáveis de T e os traços- $\phi$  interpretáveis do núcleo nominal do DP mais encaixado na estrutura.

35. [A maioria **dos professores**] **compareceram** à reunião.

A autora inicialmente apresenta alguns estudos sobre a estrutura interna das expressões partitivas, bem como estabelece a distinção entre essas e as pseudopartitivas, a fim de averiguar como a análise da estrutura interna das partitivas pode contribuir para compreender a relação que se estabelece no âmbito da concordância encontrada nas construções em questão.

Cerqueira (2009) observa que enquanto a leitura partitiva do primeiro tipo se dá independentemente do tipo de determinante que o precede (definido ou indefinido), o segundo tipo só apresenta tal leitura se não for precedido de determinante definido.

A hipótese de Stickney (2004), de acordo com Cerqueira (2009), é de que a diferença crucial entre as estruturas partitivas e pseudopartitivas consiste no fato de que a preposição “of” nas pseudopartitivas não é, de fato, uma preposição, mas um sintagma funcional (*Functional Phrase*). Além disso, o núcleo mais alto na estrutura pseudopartitiva não possui propriedades de um nome, mas constituiria um *Measure Phrase* (Sintagma de Medida). As partitivas apresentam uma estrutura com um NP modificado por um PP que seleciona um DP como complemento, tal como a construção com sujeito complexo. Essa análise sugere um tratamento não-binário para os itens lexicais e funcionais, apostando na ideia de que haveria graus de semilexicalidade.

Cerqueira (2009) aponta que as diferenças entre as partitivas e as pseudopartitivas observadas por Stickney (2004) podem ser resumidas com base na possibilidade de extraposição (partitivas permitem, pseudopartitivas não), na recursividade (partitivas são recursivas, pseudopartitivas não) e na modificação adjetival e s-seleção (na partitiva, quando um adjetivo precede um partitivo, tem-se a modificação do primeiro nome; contrariamente, em uma construção pseudopartitiva, o adjetivo que antecede o elemento nominal irá modificar o segundo).

A autora apresenta os resultados de dois testes de gramaticalidade realizados com falantes portugueses e brasileiros. Tais testes contribuíram para demonstrar, ainda que superficialmente, que a concordância sujeito-verbo em construções partitivas se dá de

forma sistemática, obedecendo às mesmas restrições sobre condições de concordância apontadas por Béjar (2003). Com relação à manifestação dessa concordância interlinguística, a autora verificou que no PE, de uma forma geral, há maior “resistência” por parte dos falantes quando o verbo ocorre no plural, contrariamente ao PB, cujos resultados apontam maior aceitação da forma no plural.

Cerqueira (2009) argumenta que, no caso da concordância parcial em questão, não basta apenas analisar as propriedades dos nomes partitivos contidos nos DPs sujeitos, razão pela qual sua análise vai de encontro à proposta formulada por Rodrigues (2006), segundo a qual os nomes partitivos *maioria* e *parte* apresentariam natureza híbrida, funcionando ora como itens lexicais ora como itens funcionais. Para ela, a análise não deve estar restrita apenas a esses itens, mas também às propriedades dos nomes contidos nos núcleos nominais do DP encaixado, já que, em grande parte dos dados, são os traços desses nomes que entram em relação de concordância com os traços do verbo.

Contrariamente à proposta de Rodrigues (2006), a autora assume que as propriedades dos traços envolvidos na relação *probe-goal* determinam a concordância parcial nas construções partitivas. Tal proposta, na linha do que defende Béjar (2003), parece ter um maior alcance explicativo e preditivo, uma vez que pode dar conta de explicar um maior número de casos de concordância atestado nas línguas particulares. Cerqueira (2009) salienta que é importante compreender as propriedades dos nomes partitivos envolvidos na concordância em questão, mas que isso não é suficiente para dar conta de um fenômeno que é, sobretudo, sintático.

Partindo da proposta assumida por Miguel (2004 *apud* Cerqueira, 2009), para o PE, de que o DP encaixado em *de* carrega os traços de definitude e referencialidade de todo o DP, Cerqueira (2009) afirma parecer viável estender tal ideia aos casos em que a concordância se estabelece entre o DP encaixado e o verbo nas construções partitivas. De maneira complementar, passa a assumir também a hipótese de subespecificação *versus* especificação do traço de definitude do DP, segundo a qual o traço de definitude presente em D, estando totalmente especificado, seria o responsável por ativar a realização morfológica de concordância com o verbo; estando subespecificado, o traço de definitude estaria “inativo” para desencadear a concordância, ficando essa a cargo do DP não encaixado.

Considerando a ideia de que o mecanismo sintático de concordância deva ser estabelecido com base nos traços que constituem as categorias que entram na relação *probe-goal*, Béjar (2003) formula uma proposta estritamente sintática para provar que até mesmo os casos de concordância não canônicos devem ter uma explicação sintática. Para isso, a pesquisadora analisa alguns casos de concordância NP-verbo nas línguas Georgian e Nishnaabemwin, que, segundo ela, constituem *Context-sensitive agreement* (CSA – concordância sensível ao contexto).

Os sistemas de CSA são caracterizados por condições intrincadas sobre a identificação de um controlador dentro de um paradigma, com referência crucial às propriedades- $\phi$  de outros argumentos no domínio da concordância. Os diferentes sistemas de concordância sensíveis ao contexto (CSA) são caracterizados por uma espécie de deslocamento, em que a mesma concordância pode ocorrer com diferentes alvos, combinando-se ora com um NP ora com outro. Dessa forma, em alguns casos, a concordância ocorre exclusivamente com o sujeito, mas em outros, com o objeto e, ainda, em outros casos, com ambos, dependendo das restrições impostas pelos contextos nos quais tal concordância ocorre.

Béjar (2003) compreende traços formais como subcategorias que entram em relações intrínsecas inevitáveis umas com as outras, o que implica que esses traços não são formados *a priori*. Assim, os casos de concordância apontados refletem a ideia de que traços se combinam para concordar, o que descarta a ideia de que a concordância se estabeleça entre categorias. A proposta consiste no fato de que a concordância não canônica se dá em ambientes em que ocorre falha no estabelecimento de uma concordância canônica, por razões independentes. Dessa forma, a hipótese central de Béjar (2003) é de que os efeitos CSA surgem como uma consequência de falha em *match* ou *value*, conforme observa Cerqueira (2009).

Para explicar os casos de concordância CSA, Béjar propõe que as noções de *match* ou *value* sejam reinterpretadas e reformuladas no âmbito da operação Agree. Dessa forma, as restrições que ocorrem sobre as duas operações devem ser explicitadas. Essas restrições se aplicam uniformemente em todos os sistemas de concordância e fazem parte da arquitetura básica da computação. Os fenômenos de concordância, conseqüentemente, passam a ser investigados do ponto de vista exclusivamente sintático.

Nesse sentido, passa a considerar que a formulação de *match* provê uma base uniforme para a computação de localidade ao passo que a formulação de *value* provê uma base uniforme para a determinação de efeitos de (anti)intervenção.

Considerando que a visão de traços- $\phi$  como arranjos de traços não dá conta de toda a complexidade dos traços- $\phi$ , Béjar (2003) adota a ideia de decomposição de traços formais e propõe uma teoria de traços- $\phi$  capaz de lidar com assimetrias sistemáticas baseando-se em diferentes combinações- $\phi$  do ponto de vista estritamente sintático.

Com o intuito de adotar a proposta de Béjar (2003), Cerqueira (2009) passa a analisar também a relação entre o sincretismo do sistema pronominal do PB e sua relação com a concordância com base em Carvalho (2008), o qual propõe que o sincretismo encontrado no PB é decorrente de propriedades da estrutura interna dos pronomes, que devem ser analisados e decompostos em elementos mínimos.

Para Carvalho (2008), alguns fenômenos associados ao sistema pronominal em PB, como a variação entre as formas *eu* e *mim*, decorrem da subespecificação de traços dos elementos envolvidos, ou seja, quanto mais subespecificado for um pronome, maiores serão as chances de a concordância ser parcial.

Estendendo a proposta de Carvalho (2008) para o caso da concordância nas partitivas em PB e PE, Cerqueira (2009) levanta a hipótese de que um DP sujeito cujos traços do núcleo nominal sejam deficientes também poderia entrar em relação de concordância com um verbo totalmente especificado.

Partindo do princípio de que concordância é uma operação sintática que envolve compartilhamento de traços, conforme propõem Frampton & Gutmann (2000), Pesetsky & Torrego (2004), a autora assume que um nó sintático transmite seus valores a um traço desprovido de tal propriedade. Essa ideia é compatível com a proposta defendida por Béjar (2003), segundo a qual as condições de concordância *match* (combinação) pressupõem acarretamento de traço, e não identidade, ao contrário do que defende Chomsky (1999).

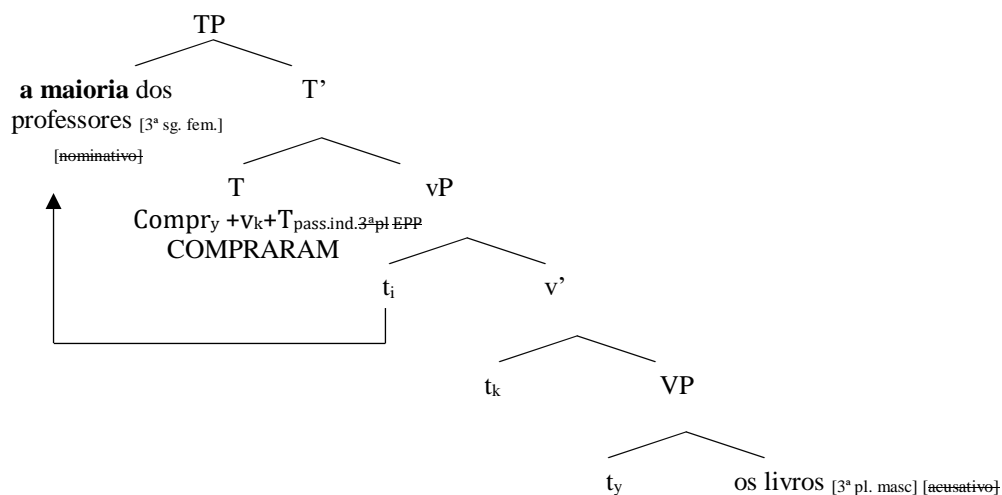
Dessa forma, quando a concordância é parcial, considera-se que há uma instância de traço comum entre os elementos que entram nessa relação e essa instância seria o nó raiz.

Adotando a proposta de Carvalho (2008) para a subespecificação dos pronomes com base na noção de “deficiência”, postulada em Cardinaletti & Starke (1999), Cerqueira (2009) propõe a hipótese de que um nome é deficiente se carece pelo menos de um traço.

Nesse sentido, essa deficiência explicaria os casos em que não há concordância visível entre o nome partitivo e o verbo. Já os nomes absolutos, que trazem em si o traço de referencialidade e são mais enriquecidos em termos de traços, desencadeariam a concordância com o verbo.

Cerqueira (2009) defende que o núcleo nominal do DP mais encaixado é, de fato, o nome mais enriquecido do ponto de vista da estrutura de traços, ou seja, carrega traços como definitude, referencialidade, animacidade e pluralidade, o que o torna mais especificado que o nome partitivo, que, de acordo com a autora, é deficiente em sua estrutura de traços. Consequentemente, assume-se que quanto mais especificado for o nome que entra em relação de concordância com o verbo, mais concordância morfologicamente visível ele irá desencadear. De modo oposto, quanto menos especificado for o nome, menos concordância visível acarretará.

Seguindo a ideia de Frampton & Gutmann (2000a) de que um único traço pode ser compartilhado por dois terminais sintáticos distintos, Cerqueira (2009) apresenta uma hipótese adicional, a de que os traços do DP sujeito são compartilhados com o verbo no sentido de que há uma transmissão dos valores do nome mais especificado do DP sujeito para o verbo, como se observa na estrutura abaixo, onde o verbo apresenta o traço plural em virtude do compartilhamento desse traço com o nome mais especificado (“professores”). A autora assume que quando não há total compartilhamento de traços, a concordância ocorre de forma parcial.



A ideia de compartilhamento parcial e compartilhamento total de traços assumida na proposta de Cerqueira (2009) coaduna-se com as propostas de Béjar (2003, 2008) e Carvalho (2008), segundo as quais um traço é um arranjo de instâncias e pode ser decomposto em elementos mínimos, já que não pode ser compreendido como unidade formada *a priori*, mas como elemento que deve ser construído.

Para Cerqueira (2009), a concordância como mecanismo sintático opera de forma satisfatória mesmo quando a concordância morfológicamente visível “falha” em algum ponto. Isto significa que, independentemente dos *outputs* morfofonológicos visíveis em Forma Fonética, a operação sintática é uniforme no sistema computacional. Nesse sentido, a proposta de Cerqueira (2009) distingue-se da de Rodrigues (2006), que atribui a concordância variável à natureza híbrida dos nomes partitivos (“maioria” e “parte”), e, por isso, alcança maior adequação explicativa já que não se limita às construções partitivas. No entanto, a análise de Cerqueira (2009) não é capaz de ser estendida às construções com sujeitos complexos, uma vez que seria estipulatório afirmar que dois elementos de mesma natureza (dois DPs), como no caso das estruturas em análise nesta tese, ora possuem traços especificados ora possuem traços subespecificados que licenciam a dupla concordância.

#### 1.5.2 Concordância híbrida com construções partitivas e pseudopartitivas em espanhol (Demonte e Jiménez, manuscrito)

Demonte e Jiménez (manuscrito) analisam a dupla possibilidade de concordância de número que ocorrem com sujeitos constituídos de estruturas partitivas, como em (36), e pseudopartitivas, como em (37), em espanhol. As autoras apresentam um duplo objetivo: oferecer novas generalizações sobre a concordância nessas construções e oferecer uma análise formal da variação na concordância com as construções mencionadas. A análise desse trabalho mostra-se interessante em vista da possibilidade de a hipótese adotada poder ser aplicada aos dados em exame nesta tese.

Tal análise baseia-se nas seguintes hipóteses: a) a existência de traços formais de concordância – traços *concord* (traços-c) e traços *index* (traços-i) –, que funcionam como módulos independentes na sintaxe e são interpretáveis na Forma lógica e na Forma fonética;

b) a concordância como um processo de valoração de traços não valorados; c) a possibilidade de distintas especificações lexicais dos nomes em relação ao seu conteúdo em traços ou em relação à valoração/não valoração de seus traços no léxico, especificações que, nos casos dos traços *index*, estão associadas às características semânticas específicas dos termos que encabeçam as construções partitivas e pseudopartitivas.

### 36. Partitivas

- a. La mayoría de las víctimas opuso resistencia a los delincuentes.
- a'. La mayoría de los poetas son poco cuidadosos.
- b. La mayor parte de los nativos tomó la misma dirección.
- b'. ...la mayor parte de las acciones sociales solo habían sido pagadas en parte...

### 37. Pseudopartitivas

- a. ...han venido un montón de huéspedes.
- b. Un puñado de películas permanecen para dar testimonio de una época vital...
- c. Un grupo de jóvenes se encaramó ayer a la verja de acceso.
- c'. Un grupo de jóvenes lanzaron las botellas inflamables por una ventana.

As autoras adotam a definição de construção partitiva de Brucart (1997), já apresentada no início desta seção, segundo a qual uma construção partitiva é uma estrutura bipartida, articulada em cabeça e coda, ligada pela preposição “de”. A cabeça é formada por um elemento quantificador e a coda por um DP nucleado por um determinante definido. A coda se refere a um conjunto de indivíduos do qual a cabeça extrai um subconjunto próprio de elementos.

Segundo as gramáticas descritivas do espanhol, podem aparecer na cabeça das construções partitivas as classes de elementos elencadas abaixo:

- a. Quantificadores existenciais: *alguno/a, ninguno/a, cualquiera*
- b. Substantivos numerais fracionários (que expressam partes de conjuntos): *mitad, tercio, cuarto, resto, mayoría, totalidad, etc.*



- c. Substantivos numerais multiplicativos: *doble, triple, etc.*
- d. Substantivos numerais coletivos (também chamados cardinais coletivos) que expressam uma quantidade convencional: *centenar, millar, millón, docena, etc.*
- e. Substantivos de medida fixa: *kilo, tonelada, etc.*
- f. Substantivos quantificadores de grupo: *grupo, conjunto, etc.*

Demonte e Jiménez (manuscrito) ressaltam que a distinção categorial entre cabeças que são quantificadores (a) e substantivos (b-f) é teoricamente relevante.

As construções pseudopartitivas (denominadas também de construções de medida) são sintagmas nominais que indicam a quantidade de uma substância. Nessas estruturas aparece um nome que expressa medida/quantidade na cabeça e, na coda, um NP sem determinante (nu), que deve ser ou um nome de massa (*um litro de água, um quilo de tomate*) ou um plural (*um saco de lentilhas, um quilo de tomates*). A coda indica o tipo de unidades que são quantificadas, não é um DP que faz referência a um conjunto delimitado de entidades, como no caso das partitivas.

Na construção partitiva, especifica-se um conjunto particular de entidades e efetua-se uma seleção em seu interior para obter um subconjunto dele; já na construção pseudopartitiva, não há referência a uma parte de um objeto múltiplo, a coda designa um tipo de entidade e a cabeça introduz uma expressão quantificadora que estabelece partições desse domínio.

As autoras apresentam dados quantitativos e estatísticos relativos à frequência de concordância singular/plural para itens lexicais representativos dos tipos de núcleos que encabeçam as estruturas partitivas e pseudopartitivas e, a partir disso, estabelecem generalizações sobre os fatores que desencadeiam uma ou outra concordância. Os seguintes fatores foram considerados: a) categoria gramatical do elemento que encabeça a construção; b) a posição pré-verbal ou pós-verbal do sujeito; c) o tipo de determinante que aparece na estrutura; d) a existência de adjetivos qualificativos na estrutura; e) a interpretação da construção ('grupo' *versus* 'pluralidade (sub)atômica' ou 'coletiva' *versus* 'distributiva', no caso das partitivas, e leitura de 'grupo' *versus* leitura de 'unidade de partição', no caso das pseudopartitivas).

Com relação às construções partitivas, destacam que há duas classes no que se refere ao seu comportamento em relação à concordância verbal: partitivas encabeçadas por quantificadores existenciais (*alguno/a, ninguno/a, cualquiera*) e encabeçadas por substantivos.

Com os quantificadores existenciais, segundo os dados apresentados, a concordância singular prevalece, mas há ocorrência, ainda que baixa, de concordância plural. As autoras avaliam esses casos como erros de processamento, uma vez que o plural seria favorecido pela distância entre a cabeça partitiva e o verbo ou por fatores de proximidade, como nos exemplos em (38):

38. a. Quiere que alguna de las personas *que han de hablar* sean frailes, unos Dominicanos, otros Agustinos...
- b. Cualquiera de los modelos *anteriormente citados* se basan en la realización de encuestas...

Os exemplos em (39), embora constem do *corpus* analisado, são julgados como agramaticais por falantes consultados:

39. a. Alguna de las ovejas aún agonizan.
- b. Ninguna de esas explicaciones me convencían.
- c. Cualquiera de estos métodos afectan en definitiva al componente faunístico...

As pesquisadoras sugerem que, excluindo-se os dados que são interpretados como erros de processamento ou tidos como agramaticais, a concordância singular seria categórica com quantificadores existenciais. Quanto às sentenças em (36), afirmam que não existe distância entre o sujeito e o verbo, mas é importante salientar que há distância entre o quantificador e o verbo, o que pode influenciar a concordância plural (esse fator não foi considerado pelas autoras, pois consideram que ele atua mais no terreno do processamento do que no da execução gramatical). No que tange ao PB, os dados apresentados em (36) são considerados gramaticais.

Com relação às partitivas encabeçadas por substantivos, a concordância é, segundo as autoras, de fato, híbrida, com tendência ao plural. Na análise dos dados, foram

consideradas as construções encabeçadas por substantivos numerais de fração e as construções encabeçadas por substantivos numerais coletivos, de medida e de grupo; no entanto, as autoras verificaram que essa divisão nocional não é determinante para a variação de concordância, apenas a distinção categorial quantificador *versus* substantivo.

No que diz respeito às estruturas pseudopartitivas, os substantivos numerais coletivos (*centenar, millar, millón, docena, veintena*) e os multiplicativos (*doble*; não foram encontrados exemplos de *triple* como cabeça de pseudopartitiva no *corpus*) parecem comportar-se como uma classe unitária diante da possibilidade de dupla concordância, embora a concordância plural seja mais numerosa.

Os substantivos de medida fixa (*kilo, tonelada*), de grupo (*alud, aluvión, hilera, rebaño*), de forma (*grupo, legión, puñado*) e os “contenedores” (*platô, cajá, cucharada, taza, saco*) apresentam forte tendência à concordância singular. Nos dados com “contenedores”, por exemplo, o singular foi categórico.

Com relação aos fatores desencadeadores de concordância elencados, verificou-se que a posição do sujeito, o tipo de determinante que aparece na estrutura e a existência de adjetivos qualificativos não são relevantes para a concordância. Diferentemente, a interpretação de ‘grupo’ *versus* ‘pluralidade (sub)atômica’, para as partitivas, e de ‘grupo’ *versus* ‘unidade de partição’, para as pseudopartitivas, revela-se determinante para a concordância. Esse fator liga os dois padrões de concordância às duas interpretações distintas do sintagma sujeito, o que pode decorrer da natureza semântica dos nomes que designam quantificação, cardinalidade, fração, medida e grupo. Essas diferenças se refletem na valoração dos traços.

As autoras assumem que, nas construções partitivas e pseudopartitivas, a cabeça da construção está ocupada por um N e é estruturalmente mais alta que a coda, que é um complemento. A cabeça das pseudopartitivas denota, por definição, uma medida quantificada de uma entidade. Por isso, alguns autores propõem que a pseudopartitiva é um sintagma de medida ou que o determinante domina um sintagma de medida (MP – *Measure Phrase*), que, sintaticamente, comporta-se como um sintagma nominal.

Essa concepção identifica-se com a ideia de que a sintaxe proporciona estruturas simples e de que muitas das diferenças externas são deriváveis de propriedades do significado, tanto por propriedades dos elementos lexicais quanto por propriedades da representação semântica.

Alguns autores, como Rodrigues (2006, 2011), se baseiam na dupla concordância para propor duas estruturas diferentes para as partitivas e pseudopartitivas, fundamentando essas duas estruturas em uma duplicação do léxico.

Demonte e Jiménez (manuscrito) afirmam que, no modelo minimalista, há dois modos de explicar a existência de dois padrões de concordância nas construções (pseudo)partitivas. O primeiro modo de análise é o que defende que a cada padrão de concordância corresponde uma estrutura diferente. No caso da concordância singular, a cabeça seria o núcleo sintático da construção e, no caso da concordância plural, a coda seria o núcleo da construção e a cabeça funcionaria como especificador. O segundo modo de análise atribui à natureza semântica da cabeça o acesso a traços de diferentes pesos na derivação, que são os que determinam as duas formas de concordância. Essa opção não considera, contudo, que um mesmo termo possa ser, em diferentes contextos, núcleo e especificador, nem considera que existam diferenças de estrutura sintática correspondentes à concordância singular e plural.

Num estudo sobre as alternâncias de concordância em construções partitivas do hebreu, Danon (2011a), segundo Demonte e Jiménez (manuscrito), apresenta uma análise na qual a composição de traços- $\phi$  do elemento que aparece como cabeça da construção partitiva é distinta em cada um dos padrões de concordância. A alternância da concordância depende da composição dos traços dos núcleos, mais especificamente no que se refere aos traços semântico-formais (traços- $\phi$  *index*) e morfológico-formais (traços- $\phi$  *concord*).

A hipótese das autoras para as construções partitivas é a de que existem dois tipos de traços formais (traços- $\phi$ ) que estão ativos na operação de concordância: traços formais relativos a propriedades morfo-flexionais de N (traços  $\phi$ -*concord*) e traços relativos a propriedades léxico-semânticas de N (traços  $\phi$ -*index*), os quais são interpretados na Forma Lógica. Esse sistema enriquecido de traços permite sustentar que o que desencadeia a concordância singular/plural nas construções partitivas é o conteúdo diferente de traços dos elementos que as encabeçam, considerando que o núcleo ou a cabeça dessas construções é sempre o N mais alto.

As pesquisadoras realizam uma análise semântica detalhada das construções partitivas e pseudopartitivas, explicando a relação parte-todo que se dá entre o núcleo e o complemento dessas construções, a qual se baseia na natureza semântica das expressões de medida e grupo, que podem denotar o total ou os (sub)átomos que o integram. Além disso,

apresentam uma proposta que evita lançar mão da duplicidade lexical ou estrutural vista em outras propostas. O estudo realizado revela que o único fator que controla a dupla concordância nas (pseudo)partitivas é o conteúdo, mais especificamente, as propriedades léxico-semânticas das expressões numerais, de medida e de grupo que encabeçam essas construções. Embora as autoras afirmem que os dados analisados sejam inequívocos, há dados que foram descartados da análise, ainda que observados no *corpus*, devido a possíveis erros de processamento e a julgamentos de gramaticalidade de alguns falantes, o que afeta, de certa forma, a análise proposta.

A proposta de Demonte e Jiménez (manuscrito) de que há dois tipos de traços- $\phi$  nos nomes não parece poder ser aplicada aos dados com sujeitos complexos em análise nesta tese, tendo em vista que o conteúdo semântico dos nomes (N1 e N2) que compõem o DP complexo é bastante, diferentemente do que ocorre nas (pseudo)partitivas, o que seria suficiente para tornar estipulatória a proposição de que ambos possuem traços- $\phi$  distintos.

## 1.6 Síntese do capítulo

Neste capítulo, foram apresentados alguns estudos sobre a concordância com sujeitos complexos, que parece ser ainda um tema pouco controverso, pois ora é analisado como um fenômeno agramatical, como a descrição apresentada por Peres & Mória (1995), ora como falha pós-sintática no processamento linguístico, de acordo com a análise de Rodrigues (2005, 2006), segundo a qual o tipo de concordância em questão não pode ser considerada uma “variante” linguística licenciada pela gramática, pois, conforme seus resultados experimentais, a concordância com o DP2 é em número bastante limitado e parece ocorrer somente em condições particulares. Discordamos dessas abordagens, uma vez que estruturas com concordância plural com sujeito complexo de núcleo singular apresentam propriedades sintáticas e semânticas sistemáticas, além de constituírem um fenômeno recorrente no PB, tanto escrito quanto falado, conforme mostrou a análise sociolinguística de Naro & Scherre (1998) e Scherre & Naro (2014). Bock & Miller (1991) mostram que esse é um fenômeno existente também no inglês e apresentam uma proposta fonológica para sua ocorrência, o que não pode ser estendido ao PB. Além disso, também discutimos neste capítulo sobre a distinção entre as construções (pseudo)partitivas e as construções foco de interesse desta tese, que, embora semelhantes estruturalmente, diferenciam-se quanto ao conteúdo semântico do DP1, o que será discutido mais

detalhadamente no capítulo a seguir. As propostas apresentadas para as construções partitivas e pseudopartitivas no PB e no PE (Cerqueira, 2009) e no espanhol (Demonte & Jiménez, manuscrito), ainda que tenham lançado luz sobre a importância da composição de traços dos nomes que compõem tais estruturas, não contribuíram diretamente para a análise formal do fenômeno da dupla concordância com sujeitos complexos em vista de hipóteses que se baseiam, sobretudo, na especificidade dos nomes partitivos.

## CAPÍTULO 2 – CARACTERIZAÇÃO SINTÁTICA E SEMÂNTICA DAS CONSTRUÇÕES COM SUJEITOS COMPLEXOS E CONCORDÂNCIA VARIÁVEL

### Introdução

Neste capítulo, apresentaremos as características sintáticas e semânticas das construções com sujeitos complexos consideradas relevantes para o licenciamento sintático da dupla concordância.

O objetivo dessa análise é testar nossa hipótese inicial de que as estruturas com sujeitos complexos de núcleo singular têm propriedades semânticas e sintáticas específicas que licenciam a dupla possibilidade de concordância no PB.

Para realizar tal análise, serão aplicados testes com foco nos sujeitos complexos a fim de investigar, de modo mais aprofundado, as propriedades sintáticas e semânticas das estruturas em questão. Elencamos, a seguir, os aspectos a serem avaliados, que serão discutidos em seções independentes: i) tipo de núcleo; ii) emprego e tipos de determinantes; iii) referencialidade e grau de concretude dos DPs; iv) adjacência linear entre o DP encaixado e o verbo; v) modificação dos DPs; vi) relação de posse entre os DPs; vii) *status* argumental; viii) precedência ontológica; ix) leitura *single token* X leitura *multiple token*. Na última seção, testaremos as leituras *single* e *multiple token* com alguns dos aspectos avaliados.

A base empírica deste capítulo é composta, em sua maioria, por dados reais da língua escrita, na modalidade formal, bem como da língua oral, na modalidade formal e coloquial. Assumindo que a intuição do falante pode ser utilizada para acessar sua gramática internalizada, também compõem o *corpus* dados de base intuitiva, os quais passaram por testes informais de aceitabilidade por outros falantes, uma vez que se considera que o saber assentado na mente do falante pode ser acessado por meio desses testes.

## 2.1 Tipo de núcleo

As construções partitivas e pseudopartitivas, exemplificadas em (1), em que os termos destacados constituem um núcleo quantitativo, como “maioria”, “parte” e “grupo”, distinguem-se das construções com sujeitos complexos que constituem o foco de interesse desta tese, apesar da semelhança estrutural, ilustrada em (2), e da possibilidade de concordância variável observada nas duas formas verbais dos exemplos. Essa diferença entre as estruturas em questão deve-se justamente ao emprego do núcleo quantitativo.

1. a. A **maioria** das pessoas acredita/acreditam que o impeachment de Dilma foi golpe.  
b. Uma **parte** das crianças não pôde/puderam comer o bolo da festa.  
c. O **grupo** dos rodoviários paralisou/paralisaram as atividades logo cedo.
2. [ DP1 [ NP1 [ PP [ P *de* [ DP2 [ NP2 ]]]]]]

Além das propriedades sintáticas das partitivas, observadas no capítulo anterior, uma explicação tradicional para a dupla possibilidade de concordância com esse tipo de sentença decorre da intenção de se dar ênfase ao conjunto dos elementos dados (representados pelo núcleo do sujeito) ou de se evidenciar os elementos que compõem a unidade (que estão explícitos no sintagma modificador), de acordo com nota de Cunha & Cintra (1985, p. 488), como exposto no capítulo 1. Essa opcionalidade na concordância é denominada pela tradição gramatical de “silepse”, ou concordância pelo sentido, que pode ser observada nas sentenças abaixo.

3. a. A **maioria** dos alunos **leu** o livro indicado.  
Quando se quer dar ênfase à “maioria”, ou seja, ao conjunto formado pelos alunos, a concordância do verbo ocorre com o núcleo.
- b. A maioria **dos alunos leram** o livro indicado.  
Quando se quer dar ênfase a “os alunos”, ou seja, a cada um dos indivíduos que compõem o todo, a concordância do verbo ocorre com o modificador.



Já os núcleos (DPs 1) dos sujeitos complexos em análise são nomes comuns (abstratos ou concretos) e contáveis, mas sem ideia de quantificação, como se observa nos exemplos a seguir.

4. a. A **limpeza** dos quartos foram eficientes e boas.
- b. A **compra** das passagens não apareceram pra mim.
- c. O **impacto** das denúncias influenciaram a decisão dos parlamentares.

As sentenças ilustradas acima, embora licenciem a dupla concordância, não permitem as duas leituras que são possíveis nas construções partitivas. A alternância na interpretação verificada com relação às partitivas, em (3), em que se dá ênfase ao DP1 ou ao DP2, não produz a mesma leitura com os sujeitos complexos investigados aqui, pois a relação entre os DPs é diferente. O DP1, nas sentenças acima, não quantifica nem faz referência a elementos de um determinado grupo. Portanto, é possível afirmar que construções contendo núcleos quantitativos na posição do DP1 comportam-se de modo diferente das sentenças com sujeitos complexos em análise nesta tese.

Seguindo a etapa de verificação dos tipos de núcleo das sentenças investigadas aqui, é possível observar que nomes coletivos na posição do DP1 também não compõem os sujeitos dessas construções, pois, embora sua interpretação semântica seja singular, eles designam um conjunto de entidades, o que, em geral, não licencia a concordância plural no PB.

5. a. \*[O álbum das fotos] rasgaram.
- b. \*[O cardume dos peixes] nadaram entre nós.
- c. \*[O enxame de abelhas] atacaram as crianças.

O exemplo (5a), de Rodrigues (2005), não constitui, assim, um bom exemplo do fenômeno de concordância com sujeitos complexos uma vez que apresenta um núcleo coletivo que parece bloquear a concordância plural.

## 2.2 Emprego e tipos de determinantes nos sujeitos complexos

Outro ponto que deve ser levado em conta na análise das construções com sujeitos complexos é a presença quase categórica dos determinantes tanto no DP1 quanto no DP2. A ausência de determinante antecedendo o núcleo do sujeito complexo torna as sentenças agramaticais, ainda que o verbo seja empregado no singular.

6. a. \*[cabo das plantas] **são/é** verde(s).
- b. \*[forma das palavras] **estão/está** fixada(s) na língua.
- c. \*[tamanho das letras] **podem/pode** sofrer alterações para facilitar a leitura.
- d. \*[guerra civil dos países mais afetados] **ocorrem/ocorre** entre facções do mesmo país.
- e. \*[grama dos vizinhos] **são/é** sempre mais verde.

Isso, na verdade, está associado à definitude do sintagma nominal, e não à relação de concordância com o verbo. O PB, nesse contexto, não aceita nomes nus.

Quanto ao DP2, a presença de determinante não é obrigatória, como se vê abaixo, mas é mais raro observar a concordância plural com esse tipo de estrutura.

7. a. [A vida de pessoas inocentes] devem ser preservadas nas áreas de conflito.
- b. [O livro de contos infantis] estão à venda.
- c. [A luta de classes] afetam toda a sociedade.

Evidencia-se também dupla concordância em estruturas com ambos os DPs nus, embora seja uma estrutura pouco comum no PB, sobretudo na língua falada.

8. a. [Alta incidência de escorpiões] afetam a vida de moradores do entorno.
- b. [Vida de inocentes] estão em perigo.
- c. [Excesso de informações pessoais nas redes sociais] favorecem diversos crimes.

O tipo de determinante usado nas estruturas com sujeito complexo também deve ser levado em consideração, pois, para o objetivo deste trabalho, importam estruturas que possibilitem a dupla concordância com o verbo. Construções com determinantes como

pronomes demonstrativos ou possessivos no DP1 parecem não viabilizar a dupla concordância em razão da maior definitude do sintagma:

9. a. \*[Esse livro de contos infantis] estão à venda.
- b. \*[Meu livro de contos infantis] estão à venda.
- c. \*[Nosso livro de contos infantis] estão à venda.
- d. \*[Esse tamanho das letras] podem sofrer alterações para facilitar a leitura.
- e. \*[Aquele cabo das plantas] são verdes.

Os dados mostram que parece haver uma diferenciação na relação estabelecida por diferentes determinantes. Possessivos e demonstrativos especificam mais o DP1, não permitindo o licenciamento da concordância com o DP2, ao passo que artigos estabelecem uma relação mais genérica com aquele constituinte, o que licencia a dupla concordância.

Por outro lado, nos DPs encaixados, o emprego de demonstrativos e possessivos não inviabiliza a concordância plural com o verbo. Parece-nos, inclusive, que a maior determinação do DP2 facilita a flexão de plural do verbo, o que se verifica de modo inverso na situação em que o emprego desses determinantes no DP1 parece forçar o singular do núcleo, não licenciando, assim, a dupla concordância.

10. a. [O cabo dessas plantas] são verdes.
- b. [O livro daqueles contos infantis] estão à venda.
- c. [O tamanho dessas letras] podem sofrer alterações para facilitar a leitura.
- d. [O cabo das minhas plantas] são verdes.
- e. [O livro dos nossos contos infantis] estão à venda.
- f. [O tamanho das nossas letras] podem sofrer alterações para facilitar a leitura.

É necessário fazer também uma distinção entre determinantes definidos e indefinidos nas construções foco deste estudo, visto que o emprego de indefinidos gera sentenças agramaticais. Nesse caso, é possível que a homonímia entre o indefinido e o numeral “um/uma” seja o fator responsável por inviabilizar o plural do verbo nas orações abaixo.

11. a. \*[Um livro de contos infantis] estão à venda.

- b. \*[Um cabo das plantas] são verdes.
- c. \*[Uma luta de classes] afetam toda a sociedade.

De maneira análoga ao comportamento de demonstrativos e possessivos nos sujeitos complexos, o emprego de indefinidos no DP2 gera sentenças gramaticais e licencia a concordância plural.

- 12. a. [O endereço de uns clientes] caíram em mão erradas.
- b. [O cabo de umas plantas] são verdes.
- c. [O tamanho de umas letras] podem sofrer alterações para facilitar a leitura.

A análise do emprego e do tipo de determinantes nas construções com sujeitos complexos nos permite supor que a maior definitude do DP1 não permite o verbo no plural, concordando com o DP2, como observado nos dados em (9) e (11). Por outro lado, quando o DP2 apresenta maior definitude ou está mais especificado, a concordância plural parece não causar estranheza.

Isso pode nos remeter à hipótese de Scherre & Naro (2014) de que há uma hierarquia de traços que controla a concordância de número entre sujeito e verbo, na qual o traço [referencial] seria o mais proeminente, partindo do traço [+ próprio], em que se verifica o grau máximo de referencialidade, e passando pelos traços [+ humano], [+ animado] e [- animado, - abstrato] até chegar aos traços [- humano], [- animado, + abstrato]. Poderíamos supor que, se houver um traço [+referencial], ou [+específico], no DP1, a concordância se estabelece com ele e o verbo é flexionado no singular. Porém, se esse mesmo traço se encontra no DP2, a concordância ocorre com esse último, e o verbo é flexionado no plural.

Vejamos as demais categorias de análise para avaliar se essa hipótese deve ser levada em consideração.

### **2.3 Referencialidade e grau de concretude dos DPs**

Scherre & Naro (2014) consideram que a presença do traço humano tem um papel relevante no estabelecimento da concordância com o verbo, conforme já explicitado. Para eles, o emprego de nomes comuns no singular como núcleos de sujeitos complexos não parece ter peso na concordância com o verbo, mas o fato de esses nomes apresentarem ou

não o traço humano influi na flexão do verbo. Ou seja, há preferência pelo verbo singular quando o núcleo do sujeito tem o traço [+ humano]:

13. A **mulher** dos grandes centros urbanos **trabalha** fora. (Scherre & Naro, 2014, p. 25)

Isso também se evidencia quando há a presença do traço humano no DP2:

14. A vida dos **miseráveis** se **tornou** mais miserável ainda. (*Folha de S.Paulo*, 26/6/1994) (Scherre & Naro, 2014, p. 25)

Em síntese, havendo o traço [+ humano], no DP1 ou no DP2, há maior tendência de o verbo ser flexionado no singular, como se depreende de Scherre & Naro (2014).

No entanto, é possível encontrar dados, como (15) e (16), que revelam que a tendência verificada pelos pesquisadores – verbo no singular diante da presença de traço [+ humano] no DP1 ou no DP2 –, embora possa ser predominante, não é categórica.

15. O **homem** das cavernas **viviam** em sociedade.

16. O salário dos **familiares oscilam** entre R\$ 1.687 a R\$ 7.503. (Scherre & Naro, 2014, p. 22)

Reforçando essa tendência observada, sentenças com traço [+ humano] no núcleo e/ou no DP encaixado como (17) são agramaticais:

17. a. \*[O professor dos alunos de Letras] chegaram.  
b. \*[O aluno dos cursos de exatas] são mais conservadores.  
c. \*[A mulher dos dias atuais] estão sobrecarregadas.  
d. \*[O filho dos vizinhos] são muito mal-educados.

Embora os núcleos nominais de (17) também sejam comuns e apresentem o traço [+ humano], “professor”, “aluno”, “mulher” e “filho” parecem ser mais referenciais e concretos se comparados com “homem” e “familiares”, nos exemplos (15) e (16). O que

parece estar em jogo, nesse caso, é a referencialidade, como supõem Scherre & Naro (2014), ou o grau de concretude do núcleo.

Para Eberhard (1999 *apud* Rodrigues 2006, p. 41), o grau de concretude dos NPs está relacionado à maior ou menor facilidade de um dado sintagma evocar uma imagem mental do seu referente. Nesse sentido, “professor”, “aluno”, “mulher” e “filho”, em (17), apresentam maior grau de concretude se comparados a “homem” e “familiares”, em (15) e (16), pois é possível evocar mais facilmente a imagem mental de elementos individuais do que de agrupamentos de elementos.

Sentenças com sujeitos complexos cujos núcleos sejam nomes próprios ou epítetos, como no exemplo abaixo, revelam a impossibilidade de concordância do verbo com o modificador plural ainda que a estrutura aparente seja idêntica à dos sujeitos complexos que apresentam concordância plural. Seria o grau de referencialidade ou de concretude desses núcleos o bloqueador da flexão plural do verbo?

18. a. \*[A Maria dos Remédios] trabalham na farmácia.
- b. \*[A moça das cocadas] acabaram de passar por aqui.
- c. \*[O homem dos queijos] não vieram receber o pagamento.
- d. \*[São Miguel dos Milagres] ficam próximo de Maceió.
- e. \*[O São João dos nordestinos] são muito famosos.<sup>13</sup>

#### **2.4 Adjacência linear entre o DP encaixado e o verbo**

Um aspecto que, à primeira vista, parece ser determinante para a concordância verbal com sujeitos complexos refere-se à adjacência linear entre o DP encaixado e o verbo. Esse é um fator já amplamente observado em testes experimentais de estudos concernentes ao processamento da linguagem, mas que gerou resultados controversos. Para alguns, a proximidade entre o DP2 e o verbo influencia a concordância plural (Rodrigues, 2006), entretanto, para outros esse não é um fator determinante (cf. Bock & Miller, 1991; Vigliocco & Nicol, 1998).

---

<sup>13</sup> Os dois últimos exemplos, embora não apresentem o traço [+ humano], possuem grau de concretude elevado, pois fazem referência a uma cidade e a uma festa regional, respectivamente.

Ainda que a proximidade entre o DP plural e o verbo pareça gerar efeitos de atração, é possível verificar sentenças com verbos no plural cujos sujeitos apresentam núcleo singular e modificadores longos, constituídos de DPs de número diferente, nos quais o mais próximo linearmente ao verbo é singular. Isso revela que a proximidade linear de um sintagma pode não determinar a marcação de número do verbo, como se observa abaixo:

19. a. Cada vez mais, [a bancada dos **deputados** da oposição no Congresso] **votam** a favor de leis conservadoras.
- b. [Essa onda de conservadorismo das **manifestações** do ano passado] **são** de arrasar.
- c. A ponta dos **corredores**, conhecida no ramo supermercadista como ponta de gôndola, **vendem** até três vezes mais que em prateleiras comuns. (*Jornal do Brasil*, 28/03/1993, *apud* Scherre & Naro, 2014, p. 27)
- d. A interpretação semântica atribuída às **expressões** derivadas pelo sistema formal **podem** ser determinadas por regras tardias do próprio sistema. (Teoria da gramática e faculdade da linguagem, Eduardo Raposo, 992, p. 29 *apud* Scherre & Naro, 2014, p. 38)

Kayne (1998 a, b *apud* Den Dikken, 2001, p. 23) mostra que o mesmo ocorre em inglês, o que reforça o argumento de que a adjacência linear não deve ser considerada nos casos de concordância parcial. No exemplo abaixo, observa-se um sintagma nominal singular (nucleado por *promise*) e um PP contendo outro sintagma nominal singular (*the Red Seal vault*) intervindo entre o desencadeador (*CDs*) e o verbo finito.

20. !The firm's promise of 12 **CDs** a month from the Red Seal vault **are** causing a lot of mouths to water. (Reid 1991: 203 *apud* Den Dikken, 2001, p. 23, nota 4)

Kayne (1998 a, b *apud* Den Dikken, 2001) observa também que atração não é somente um efeito de adjacência linear, pois também pode ser desencadeada por genitivos pronominais, como em (21).

21. a. The participants' **identity is** to remain a secret.

b. **!The participants'** identity **are** to remain a secret.

Além disso, Den Dikken (2001) afirma que a adjacência linear entre o “atrator de concordância” e o verbo finito não é essencial para a atração ocorrer, tal como observado em Vigliocco & Nicol (1998), pois também pode ocorrer em construções de inversão como (22).

22. Is/**are** the helicopter for **the flights** safe?

Portanto, a adjacência linear entre o DP2 e o verbo é um fator que não será levado em consideração em nossa análise, que – cabe ressaltar – lida com a noção de que uma dada sentença apresenta uma estrutura de constituintes, que obedece ao princípio da endocentricidade e à noção de c-comando, noções que se referem à hierarquia dos itens lexicais na estrutura no âmbito da Teoria Gerativa. Dessa forma, não podemos assumir que a proximidade linear é determinante para a definição do número do verbo nas orações em análise nesta tese.

## 2.5 Modificação dos DPs

Com base na estrutura padrão das construções que representam o fenômeno da concordância plural com sujeitos complexos, apresentada na introdução desta tese, é possível observar que os DPs não aparecem modificados. Contudo, a modificação adjetival tanto do DP1 quanto do DP2 parece não influenciar a ocorrência da concordância plural, como se observa a seguir:

23. a. [O endereço correto dos clientes] caíram em mãos erradas.  
b. [A nota baixa dos alunos] foram divulgadas.  
c. [O alto índice de assaltos] amedrontam a população.  
d. [A voz de certos atores] são usadas para causar fascínio.  
e. [Excesso de informações pessoais nas redes sociais] favorecem diversos crimes.  
f. [A política de bagagem das companhias aéreas] são bem rígidas.  
g. [A onda crescente de ameaças terroristas] tornam os países que têm fronteiras abertas alvos fáceis.



Portanto, a modificação dos DPs não é um fator a ser considerado na marcação de número do verbo em sentenças com sujeitos complexos.

## 2.6 Relação de posse entre os DPs

Um ponto que também deve ser considerado em algumas das construções em análise nesta tese é a relação de posse que existe entre os elementos que compõem os sujeitos complexos. Nas orações abaixo, o DP1 representa o elemento possuído e o DP2, o elemento possuidor.

- 24. a. [O endereço das vítimas] caíram em mãos erradas.
- b. [A nota dos alunos] foram divulgadas.
- c. [O cabo das plantas] são verdes.
- d. [O tamanho das letras] podem sofrer alterações para facilitar a leitura.
- e. [A vida de pessoas inocentes] devem ser preservadas nas áreas de conflito.
- f. [A voz de certos atores] são usadas para causar fascínio.
- g. [O valor das coisas] mudam constantemente.

Tal relação não se verifica em todos os dados com sujeitos complexos, como mostram os exemplos abaixo, o que não impede de haver concordância plural quando se observa ou não uma relação de posse entre os DPs.

- 25. a. [A compra das passagens] não apareceram pra mim.
- b. [A prática de atividades físicas] possibilitam a homeostase.
- c. [A descrição dos cargos] não são tão complexos assim.

## 2.7 Status argumental

A discussão sobre o *status* argumental dos sintagmas preposicionados (PPs) dos sujeitos complexos não será relevante para o objetivo central desta tese, pois consideramos

que, independentemente de se identificar um argumento ou um adjunto<sup>14</sup>, a concordância plural é licenciada da mesma forma. Nesse sentido, pretendemos assumir uma hipótese abrangente e unificada que abarque os casos em que o PP é tanto um adjunto, como em (26), quanto um argumento, como em (27).

26. a. [O endereço das vítimas] caíram em mãos erradas.  
b. [A nota dos alunos] foram divulgadas.  
c. [O cabo das plantas] são verdes.
27. a. [A compra das passagens] não apareceram pra mim.  
b. [A prática de atividades físicas] possibilitam a homeostase.  
c. [A escolha dos pratos] não foram as melhores.

## 2.8 Precedência ontológica

Uma propriedade interessante observada a partir dos dados abaixo refere-se ao que nomeamos de precedência ontológica. Não se trata da noção de precedência vista nas relações estruturais dos sintagmas, ou no Axioma da Correspondência Linear (LCA) (cf. Kayne, 1994), mas de uma precedência existencial. Isso pode ser observado na relação entre os DPs que constituem os sujeitos complexos abaixo, em que os DPs sublinhados precedem ontologicamente os DPs em negrito.

28. a. [O **cabo** das plantas] são verdes.  
b. [O **resultado** das provas] não foram divulgados ainda.  
c. [A **escolha** dos pratos] não foram as melhores.  
d. [A **forma** das palavras] estão fixadas na língua.  
e. [A **utilização** das plantas] são para curar doenças.  
f. [A **política** de bagagem das companhias aéreas] são bem rígidas.  
g. [A **descrição** dos cargos] não são tão complexos assim.

---

<sup>14</sup> O termo argumento se refere aos constituintes que satisfazem uma exigência temática de um núcleo. Já o termo adjunto faz referência ao constituinte que não está previsto na estrutura argumental de um núcleo. “A ocorrência de argumentos numa sentença é inteiramente determinada pela seleção de certo item lexical e a ocorrência de adjuntos em nada está relacionada aos traços do Léxico.” (Kennedy, 2013, p. 154-155)

- h. [A **compra das passagens**] não apareceram pra mim.
- i. [O **homem das cavernas**] viviam em sociedade.

Em (28a), deve-se observar que, no sujeito complexo, verifica-se primeiramente a existência de “plantas”, para depois se considerar a existência de “cabo das plantas”. De modo mais simples e informal, podemos dizer que o sintagma “as plantas” existe antes de “o cabo”, ou ainda que só se fala em “o cabo das plantas” se antes se assume a existência de “as plantas”. Em (28b), consideramos primeiro a existência das “provas” para que depois passemos a considerar “o resultado das provas”. Em (28c), para que haja “a escolha dos pratos”, é necessário que antes existam “os pratos”. Esse mesmo raciocínio se aplica às demais orações.

## 2.9 Leitura *Single token* X leitura *Multiple token*

Um importante aspecto que deve ser levado em conta na nossa análise da concordância é o tipo de leitura que se faz do sujeito complexo, mais especificamente a leitura do DP1<sup>15</sup>. Essa noção pode ser mais bem compreendida quando fazemos referência aos preâmbulos *single token* e *multiple token*, observados inicialmente no trabalho de Bock & Miller (1991, p. 56), ao tratar de erros de concordância com sujeitos complexos.

Segundo as pesquisadoras, quando há referência a uma única entidade de um dado referente, tem-se o núcleo denominado *single token*, exemplificado em “*the bridge to the islands*” (a ponte para as ilhas) ou em “*the key to the cabinets*” (a chave para os armários). Em estruturas desse tipo, o núcleo é um referente individual de um tipo conceitual pouco provável de ser interpretado como distribuído pelos múltiplos objetos mencionados no sintagma preposicional. Em PB, por exemplo, para que as expressões *single token* “a ponte para as ilhas” e “a chave para os armários” sejam assim consideradas, elas devem se referir a uma só ponte que dá acesso às ilhas e a uma só chave que abre e fecha todos os armários.

Por sua vez, estruturas cujos núcleos fazem referência a várias entidades, embora se refiram a uma entidade abstrata singular, são denominadas de *multiple token*, como se

---

<sup>15</sup> Optamos por empregar o termo “leitura” em vez de “interpretação”, mas assumindo que se trata de algo inerente à sintaxe e independente da pragmática. Agradecemos à observação de Danniell Carvalho (c.p.) quanto a isso.

verifica nas sentenças “*the picture on the postcards*” (a imagem nos cartões postais) ou “*the label on the bottles*” (o rótulo nas garrafas). Nesse caso, tem-se um referente, representado pelo núcleo singular, que ocorre em cada um dos múltiplos objetos mencionados no sintagma preposicional, ou seja, o núcleo é lido de uma maneira distribuída. Em PB, as construções *multiple token* “a imagem nos/dos cartões postais” ou “o rótulo nas/das garrafas” tratam de uma mesma imagem que se repete em vários cartões postais e de um rótulo que é utilizado em várias garrafas.

Em inglês, conforme já observado no capítulo 1, em sentenças com sujeitos *multiple token*, o verbo tende a ser flexionado no plural, o que, para Bock & Miller (1991, p. 57), gera mais erros de concordância por atração (“*attract agreement errors*”)<sup>16</sup>.

No PB, a tendência de concordância plural com sujeitos *multiple token* também se verifica, como é possível observar nos dados a seguir, em que os DPs 1 sublinhados podem ser interpretados como elementos que se repetem nos DPs 2.

28. a. [A imagem dos cartões postais] ficaram borradas.
- b. [O rótulo das garrafas] estão com erros de português.
- c. [A porta dos armários] estão quebradas.
- d. [O volante dos carros] ressecam por causa do sol.
- e. [A ponta dos corredores, conhecida no ramo supermercadista como ponta de gôndola], vendem até três vezes mais que em prateleiras comuns. (Scherre & Naro, 2014, p. 27, ex. 8)

Por outro lado, sujeitos *single token* com concordância plural geram sentenças agramaticais:

29. a. \*[A chave para os armários] desapareceram<sup>17</sup>.
- b. \*[A ponte para as ilhas] estão fechadas.
- c. \*[O acesso para as praias] estão interditados.

---

<sup>16</sup> Nesta tese, defendo a hipótese de que não há erro nos casos de concordância plural com DPs complexos, mas que esse fenômeno decorre de fatores sintáticos e semânticos inerentes a essa estrutura.

<sup>17</sup> Importa esclarecer que a gramaticalidade de “A chave dos armários desapareceram” decorre da leitura *multiple token* do sujeito da sentença.

Parece razoável assumir a concordância plural com sujeitos *multiple token*, uma vez que o núcleo desses sujeitos faz referência a um elemento que, semanticamente, é plural. Nesse sentido, observa-se que, em (28) acima, por exemplo, todos os núcleos dos sujeitos poderiam apresentar marca de plural sem prejuízo de sentido para a oração, já que não constituem referentes únicos, mas referentes que ocorrem em cada um dos múltiplos objetos que compõem o DP2.

Por outro lado, há sentenças com sujeitos *multiple token* que podem ser ambíguas, uma vez que pode haver um único referente para o DP1, como exemplificado a seguir.

- 30. a. [O endereço das vítimas] caíram em mãos erradas.
- b. [A nota dos alunos] foram divulgadas.

Em (30a), as vítimas podem ter endereços diferentes, o que constituiria um sujeito *multiple token*, ou podem ter um mesmo endereço, no caso de formarem um casal, por exemplo. Em (30b), a ambiguidade decorre do fato de a nota dos alunos poder ter sido individual ou em grupo.

Embora possa se argumentar que há duas interpretações para essas sentenças, a relação de posse existente entre os DPs permite a leitura múltipla do DP1. Em (30a), mesmo que as vítimas formem um casal, cada uma delas possui um endereço, ainda que seja o mesmo endereço. Em (30b), ainda que o trabalho tenha sido feito em equipe, cada um dos alunos recebeu uma nota. Portanto, considerando qualquer das interpretações, a ideia de pluralidade do DP1 se mantém, o que parece influenciar a concordância verbal plural.

## **2.10 Testando as leituras *single token* e *multiple token***

Considerando a análise dos aspectos elencados, pudemos observar que a leitura que se faz do núcleo do sujeito complexo subjaz à discussão sobre grande parte dos casos de sujeitos complexos e parece estar intimamente associada à possibilidade de dupla concordância verbal. Para avaliar a plausibilidade dessa hipótese, retomaremos algumas discussões e alguns exemplos apresentados neste capítulo para avaliar a propriedade semântica em questão.

Na seção que trata dos tipos de núcleo, afirmamos que as estruturas (pseudo)partitivas apresentam concordância variável conforme a ênfase que se pretende dar a cada um dos nomes (N1 e N2) que compõem o sintagma sujeito. Com esse tipo de estrutura, não é possível ter um sujeito *single token* ou *multiple token*, devido à presença do núcleo quantificacional, que parece impedir a leitura distributiva.

31. \*A **maioria** dos alunos **leu** o livro indicado.

Uma leitura *single token* do exemplo acima deveria considerar “maioria” como uma unidade, e não como um conjunto composto por elementos unitários.

32. \*A maioria dos **alunos leram** o livro indicado.

Já a leitura *multiple token* do dado acima deveria considerar que houvesse mais de uma “maioria”.

As estruturas em foco nesta tese comportam-se de modo diferente. As orações apresentadas na primeira seção, e repetidas abaixo, podem expressar a leitura *multiple token* (além, obviamente, da leitura *single token*, que seria a *default*). Analisemos a seguir os três exemplos apresentados:

33. [A limpeza dos quartos] foram eficientes e boas.

A leitura *multiple token* significa que os quartos em questão foram limpos mais de uma vez e que essas limpezas foram eficientes e boas.

34. [A **grama** dos vizinhos] são sempre mais verdes do que a nossa.

A leitura *multiple token* significa que os vizinhos em questão possuem jardins (com cada vizinho sendo proprietário de um jardim) com grama verde e que as gramas desses jardins são mais verdes do que a grama do jardim do emissor da sentença.

35. [O impacto das denúncias] influenciaram a decisão dos parlamentares.

A leitura *multiple token* significa que houve mais de uma denúncia e que cada uma delas causou impacto, os quais, por sua vez, influenciaram a decisão dos parlamentares.

Ainda com relação ao tipo de núcleo, percebe-se que as sentenças com coletivo repetidas abaixo são agramaticais em vista de não poderem ter uma leitura *multiple token*:

- 36. a. \*[O álbum das fotos] rasgaram.
- b. \*[O cardume dos peixes] nadaram entre nós.
- c. \*[O enxame de abelhas] atacaram as crianças.

Contudo, se se considera, em (36), que se trata de diferentes álbuns de fotos – o que enseja a leitura *multiple token* –, a sentença passa a ser aceitável.

- 37. [O álbum das fotos dos aniversários das crianças] rasgaram.

Portanto, o que bloqueia a concordância plural com coletivos é a leitura *single token* geralmente associada a esse tipo de nome. Quando a oração com coletivo permite uma leitura *multiple token*, observamos a concordância plural ocorrer sem estranheza.

No que tange ao emprego e aos tipos de determinantes, podemos perceber que o que singulariza o núcleo do sujeito tem o efeito de impedir a concordância plural com o verbo, como mostram os exemplos abaixo:

- 38. a. \*[Esse livro de contos infantis] estão à venda.
- b. \*[Meu livro de contos infantis] estão à venda.
- c. \*[Aquele cabo das plantas] são verdes.
- d. \*[Um cabo das plantas] são verdes.
- e. \*[Esse tamanho das letras] podem sofrer alterações para facilitar a leitura.

Isso revela que o emprego de determinantes que expressam um maior grau de definitude, como os demonstrativos e possessivos, não permite a leitura *multiple token*, por isso as sentenças tornam-se agramaticais, o que não acontece quando essas mesmas sentenças são iniciadas por determinantes definidos. Como o emprego e o tipo de

determinantes no DP2 não afeta a leitura referente à distributividade do sujeito, não nos alongaremos nesse ponto.

No que diz respeito à referencialidade e grau de concretude dos DPs, é possível perceber que quanto mais referencial ou concreto, menor é a possibilidade de leitura *multiple token*.

39. a. \*[O professor dos alunos de Letras] chegaram.  
b. \*[O aluno dos cursos de exatas] são mais conservadores.  
c. \*[A mulher dos dias atuais] estão sobrecarregadas.  
d. \*[O filho dos vizinhos] são muito mal-educados.
40. a. \*[A Maria dos Remédios] trabalham na farmácia.  
b. \*[A moça das cocadas] acabaram de passar por aqui.  
c. \*[O homem dos queijos] não vieram receber o pagamento.  
d. \*[São Miguel dos Milagres] ficam próximo de Maceió.

As sentenças acima divergem das ilustradas a seguir, não em virtude do traço [+humano] ou da referencialidade presente no DP1, como supõem Scherre & Naro (2014), mas da possibilidade de o sujeito poder apresentar uma leitura *multiple token*.

41. O **homem** das cavernas **viviam** em sociedade.  
42. O **salário** dos familiares **oscilam** entre R\$ 1.687 a R\$ 7.503. (Scherre & Naro, 2014, p. 22)

Diante de todo o exposto, assumimos que a possibilidade de leitura única ou múltipla do núcleo do sujeito (DP1) parece ser uma característica fundamental no estabelecimento da concordância, o que revela que a ideia de singularidade ou pluralidade associada ao DP1 é determinante para a expressão da informação de número do verbo da sentença. Sendo assim, deixamos de lado a hipótese de que a referencialidade ou o grau de concretude determinam a concordância do verbo em orações com sujeitos complexos.



## 2.11 Síntese do capítulo

Em resumo, entre os aspectos sintáticos e semânticos que caracterizam as construções com sujeitos complexos e que fundamentam a hipótese de que são as propriedades gramaticais dessas sentenças o que, de fato, licencia a dupla possibilidade de concordância, e não algum tipo de falha no processamento, estão os seguintes: i) tipo de núcleo; ii) emprego e tipos de determinantes; iii) referencialidade e grau de concretude dos DPs; iv) adjacência linear entre o DP encaixado e o verbo; v) modificação dos DPs; vi) relação de posse entre os DPs; vii) *status* argumental; viii) precedência ontológica; ix) leitura *single token* X leitura *multiple token*. Na penúltima seção, testamos as leituras *single token* e *multiple token* com alguns dos aspectos selecionados e vimos que essa parece ser uma propriedade relevante das construções em análise no que se refere ao estabelecimento da concordância plural.

Ao considerarmos as propriedades semânticas e sintáticas discutidas neste capítulo, é possível afirmar que parece haver mais que uma relação trivial de adjunção ou complementação entre os DPs que formam os sujeitos complexos, tornando-se, assim, necessário buscar uma estrutura especial que seja capaz de captar tais propriedades.

## CAPÍTULO 3 – CONSIDERAÇÕES SOBRE O DP E SOBRE AGREE

Neste capítulo, apresentaremos algumas considerações sobre o DP, bem como sobre a operação Agree a fim de avaliarmos as possibilidades teóricas que poderão contribuir para a formulação do modelo de análise da dupla concordância com sujeitos complexos. A seção 3.1 trará uma breve descrição da proposta de Abney (1987), a qual é amplamente adotada nos estudos gerativistas e constitui um dos nossos pressupostos teóricos. Na seção 3.2, discutiremos sobre os mecanismos de concordância no âmbito do DP, considerando principalmente as abordagens de Chomsky (1995, 1999) e Magalhães (2004), que se contrapõe ao primeiro, pois considera que a operação Agree pode ser estendida também ao domínio nominal, em vez de se lançar mão de Concord, como propõe Chomsky (1995). Na seção 3.3 apreciaremos a proposta de Augusto, Ferrari Neto e Corrêa (2006) de que número constitui um núcleo nominal independente no domínio do DP. Na seção 3.4, será apresentada a proposta de Danon (2011) sobre a distribuição de traços interna ao DP, que, em detrimento da proposta de Chomsky (2000, 2001), assume Agree como uma operação de compartilhamento de traços, seguindo as análises de Frampton & Gutman (2006) e Pesetsky & Torrego (2004).

### 3.1 Sobre a estrutura do DP

Num estágio inicial da Teoria Gerativa, anterior à Teoria X-barra, os determinantes eram elementos que ocupavam a posição de especificador do NP e apenas desempenhavam uma relação gramatical de determinação, mas sem constituir uma categoria funcional. A partir dos desenvolvimentos da teoria X-barra (cf. Chomsky, 1986), D passou a ser considerado um núcleo funcional, que toma NPs como complementos.

Seguindo essa linha, Abney (1987) defende a hipótese de que o sintagma nominal tem como núcleo um elemento funcional D, identificado como determinante. Dessa forma, a estrutura do NP assemelha-se à estrutura da sentença, que tem como núcleo Infl (a categoria funcional *Inflection*).

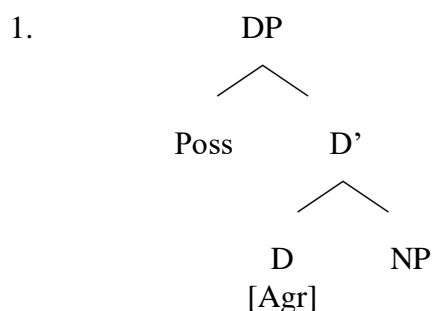
O problema empírico central observado por Abney (1987) é o gerúndio em inglês, chamado de Poss-ing. Essa construção tem, simultaneamente, muitas propriedades de sentenças e muitas propriedades de sintagmas nominais. O problema de captar esse aspecto dual da construção Poss-ing é acentuado pelas visões restritivas da Teoria X-barra, que, em

particular, desconsidera a estrutura óbvia para Poss-ing, [<sub>NP</sub> NP VP<sub>ing</sub>], em virtude da exocentricidade.

Ao considerar línguas nas quais nomes mostram concordância com seus possuidores, como húngaro e turco, Abney (1987) aponta para uma análise do NP tendo como núcleo um elemento similar a Infl, o qual provê uma posição para AGR. O autor chama esse elemento análogo a Infl de D. D, tal como Infl, pertence à classe das categorias não lexicais, ou categorias funcionais.

A proposta de Abney (1987) fornece uma solução para o problema do gerúndio Poss-ing, pois essa construção apresenta uma estrutura mais semelhante à sentença do que se imaginava: [<sub>DP</sub> DP's D VP<sub>ing</sub>]. Em NPs não gerundivos, VP é substituído por uma projeção de N.

Adotamos a proposta de Abney (1987), conhecida como DP-Analysis (“Análise DP”), segundo a qual o sintagma nominal tem como núcleo uma categoria semelhante a Infl em muitas línguas e que possivelmente é universal. O autor propõe a estrutura abaixo para o sintagma nominal com base no fato de que, em línguas como turco, húngaro e esquimó, o núcleo nominal concorda morfologicamente em número e pessoa com os possessivos de seus sintagmas de modo semelhante ao que ocorre com o verbo e seu sujeito.



A categoria sintática D, para Abney (1987), é distinta de Infl e Comp, pois ela pertence ao sistema nominal, e não ao sistema verbal. D é o local de Agr no sintagma nominal. Sob a “Análise DP”, o sintagma nominal é DP, não NP, o que, para o autor, apresenta uma série de vantagens para a análise padrão de estruturas nominais.

The DP-analysis permits us to preserve the same restrictive characterization of X-bar theory which motivates the IP-analysis of the

sentence, and the Det-as-head analysis involves assigning determiners an analysis which parallels current analyses of other functional elements, such as complementizers and modals. Further, the Det-as-Head analysis provides 'room' for the full range of specifiers found in the noun phrase. (Abney, 1987, p. 351)<sup>18</sup>

A proposta de que o DP é a projeção máxima de sintagmas nominais também é defendida por Longobardi (1994), para o qual ainda que o determinante não ocorra, sua projeção funcional está presente na estrutura, visto que há a formação de uma cadeia entre a posição do nome e do determinante, produzindo um movimento de N para D.

### 3.2 Concordância dentro do DP

Chomsky (1999) considera que há dois mecanismos de concordância no sistema computacional, um referente à concordância no âmbito da sentença, denominado *Agree*, e outro que abrange a concordância no nível do DP, denominado *Concord*. No nível da sentença, a checagem de traços ocorre por *Agree* e, no nível do DP, envolve apenas *Merge*.

Em uma abordagem diferente, Magalhães (2004) busca mostrar que é possível realizar a checagem de traços de concordância dentro do DP lançando mão também de *Agree*, o que evita a postulação de uma nova relação de checagem para explicar a concordância dentro do DP.

Segundo Chomsky (1995-2001), um item lexical possui traços formais interpretáveis e não-interpretáveis. Para que a derivação possa convergir em Forma Lógica (LF), os traços não-interpretáveis devem ser checados (e então eliminados), exigência que não se aplica aos traços interpretáveis, pois eles podem ser lidos por LF.

Na proposta de Chomsky (1995), a checagem dos traços ocorre por meio do movimento de traços interpretáveis de um alvo, os quais são atraídos por uma sonda, que

---

<sup>18</sup> A análise DP nos permite preservar a mesma caracterização restritiva da Teoria X-barrá que motiva a análise IP da sentença, e a análise Det-como-núcleo envolve atribuir a determinantes uma análise que é paralela às análises atuais de outros elementos funcionais, tais como complementizadores e modalizadores. Além disso, a análise Det-como-núcleo fornece espaço para a gama completa de especificadores encontrados no sintagma nominal. (Abney, 1987, p. 351. Tradução minha)

tem traços não-interpretáveis. Após a checagem, os traços interpretáveis permanecem ativos, ou seja, não são eliminados.

Em Chomsky (1998), considera-se que as relações de checagem ocorrem todas na sintaxe aberta, ou seja, não há checagem de traços no componente encoberto. As relações se estabelecem via operação *Agree*, que ocorre entre uma sonda (*probe*) e um alvo (*goal*). Para que haja combinação (*matching*) entre os traços- $\phi$  (traços formais com informações de número, gênero e pessoa) da sonda e do alvo e *Agree* apague os traços não-interpretáveis, o alvo deve estar na posição de complemento da sonda, ambos devem ser completos e o alvo deve estar ativo, isto é, deve possuir um traço não-interpretável para ser checado.

Já em Chomsky (1999), propõe-se que a interpretabilidade dos traços é determinada no léxico, pela Gramática Universal, e que a distinção entre eles é estabelecida em termos de valor. A partir de então, fala-se em valoração de traços, e não mais em checagem. Os traços interpretáveis entram na derivação com seus valores especificados e os não-interpretáveis entram sem valor. Esses últimos são valorados por meio da operação *Agree*, na qual a sonda, que tem traços- $\phi$  não-interpretáveis, se combina com um alvo, que tem traços- $\phi$  interpretáveis e um traço de Caso subespecificado. Esse último só será definido a depender da categoria funcional com a qual concordar, se for T, o Caso será nominativo; se for v, o Caso será acusativo.

Para a análise de Magalhães (2004), é fundamental que *Spell-Out* seja aplicado só no CP ou no vP (ou seja, na fase forte), pois assim os traços- $\phi$  do DP, mesmo depois de valorados, continuarão ativos para que o DP possa valorar seu traço de Caso através da operação *Agree* com uma sonda. Segundo Chomsky (1999), os traços que são valorados só serão apagados no nível da fase forte (vP ou CP) quando *Spell-Out* for aplicado e o objeto sintático for mandado para o componente fonológico (PF).

Em relações de concordância que envolvem modificadores, determinantes e o nome dentro de DPs, a concordância aparece sobre os modificadores e determinantes e, aparentemente, é controlada pelos traços do nome, como mostra o exemplo abaixo de Magalhães (2004):

2. a. As **casas** brancas (Português)
- b. Las **casas** blancas (Espanhol)
- c. Le mie **case** belle (Italiano)

Diante desses dados e considerando que, de acordo com Chomsky (1995-2001), os traços- $\phi$  somente são interpretáveis nos nomes e que os modificadores e determinantes dentro de DPs contêm traços- $\phi$  não interpretáveis que precisam ser valorados para que a derivação não fracasse, Magalhães (2004) levanta a questão de como realizar a checagem de traços não interpretáveis dos modificadores e determinantes dentro de um DP utilizando a operação *Agree*.

A autora observa que Cartens (2000) propõe, para o DP {*le mie case belle*} do italiano, que o determinante (*le*), o possessivo (*mie*) e o adjetivo (*belle*) têm traços não-interpretáveis e podem funcionar como sondas tomando N (*case*) como alvo. Para ela, a exigência de que o alvo tem de ter Caso é satisfeita uma vez que o Caso nominativo ou acusativo de um DP é uma propriedade morfológica do seu núcleo N. Sendo assim, *Agree* é aplicado ciclicamente, primeiramente entre Poss (*mie*) e N, depois entre A (*belle*) e N e finalmente entre D (*le*) e N. De acordo com o sistema de Chomsky (1998), o Caso de N deveria ser apagado. No entanto, se se considera tal apagamento, N se torna inativo para entrar em novas relações de checagem tanto dentro do DP, com A e D, por exemplo, quanto com as sondas v ou T. Sendo assim, Cartens (2000) afirma que o apagamento do Caso de N não é possível e assume a teoria de checagem de Chomsky (1995), propondo que os núcleos dentro do DP (D, Num e N) possuem traços- $\phi$  interpretáveis que checam os traços- $\phi$  não-interpretáveis dos seus concordantes numa relação de especificador-núcleo.

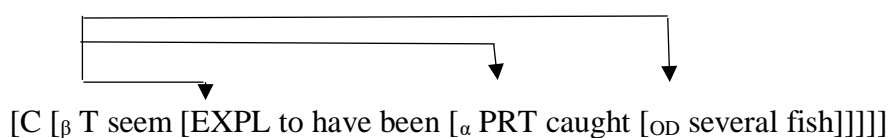
Por sua vez, Magalhães (2004) propõe que a checagem de traços não interpretáveis dentro de DPs pode ser realizada assumindo-se o sistema *Agree* de Chomsky com as adaptações propostas em 1999 e 2001. Para ela, primeiramente, os traços- $\phi$  dos concordantes são valorados entre eles e, posteriormente, o DP tem seu Caso valorado por uma sonda. Tal hipótese baseia-se na proposta de Chomsky (1999) para valoração de traços em construções participiais.

Chomsky (1999) propõe que a valoração dos traços em construções como (3) é realizada em duas etapas – uma etapa  $\alpha$  em que PRT tem seus traços- $\phi$  valorados pelo OD e uma etapa  $\beta$  em que o Caso de PRT e o do OD são valorados pela sonda.

3. [C [ $\beta$  T seem [EXPL to have been [ $\alpha$  PRT caught [OD several fish]]]]]

Na etapa  $\alpha$ , o particípio tem traços- $\phi$  não interpretáveis e não valorados e é valorado por OD via *Agree*. Magalhães (2004) observa que, para Chomsky, se o PRT tivesse seus traços- $\phi$  apagados quando valorados, ele ficaria invisível para a combinação com a sonda, não poderia ter seu Caso valorado na próxima etapa e a derivação não convergiria. Para que os traços não-interpretáveis, já valorados, permaneçam visíveis para o PRT ter seu Caso valorado, Chomsky (1999) assume que os traços valorados só são apagados na fase forte (vP ou CP) quando ocorrer *Spell-Out* e o objeto sintático for enviado para PF. Enquanto *Spell-Out* não acontecer, os traços- $\phi$  do PRT, mesmo valorados, permanecem visíveis para a etapa  $\beta$  do ciclo, na qual o Caso será valorado.

4.



Na etapa  $\beta$ , representada acima, T sonda o EXPL e seu traço não-interpretável de pessoa (do EXPL) é apagado. Em seguida, T sonda o alvo PRT e valora seu traço de Caso. Por fim, T sonda o alvo OD, valora seu traço de Caso e tem também seus traços- $\phi$  valorados já que OD tem um conjunto completo de traços- $\phi$ .

Magalhães (2004) observa que, para Chomsky (1999), não há nenhum efeito de minimalidade produzido por EXPL e nem por PRT na combinação da sonda T com o alvo OD em (4), pois tanto o EXPL quanto o PRT são defectivos, ou seja, a sonda só se combina em alguns traços com eles (a saber, os traços de pessoa para EXPL e gênero/número para PRT), dessa forma, os outros traços ficam livres para procurar outro alvo. Isso faz com que os traços de gênero e número de T passem pelo EXPL e se combinem com o PRT e também permite que os traços de pessoa de T passem por PRT, possibilitando a sondagem de OD. Então, em (4), podemos observar a ocorrência de três relações de concordância: sonda e EXPL, sonda e PRT e sonda e OD. O PRT e o OD concordam diretamente um com o outro para gênero e número e indiretamente para Caso estrutural, já que cada um concorda com a sonda.

Com relação à interpretabilidade dos traços no DP, Magalhães (2004) assume que o determinante possui traços de número interpretáveis e de gênero não interpretáveis e que o nome possui traços de gênero interpretáveis e de número não interpretáveis; os demais itens dentro do DP possuem traços não-interpretáveis. Essa proposta vai de encontro à de Chomsky (1995-2001), para o qual o traço de número só é interpretável no nome; nos outros itens, esse traço é não interpretável.

A autora observa que o fato de os traços de número do DP serem interpretáveis no determinante e não no nome, como propõe Chomsky (1995-2001), pode esclarecer o que acontece em alguns dialetos do PB, no qual o morfema de plural não aparece em todos os itens dentro do DP, sendo realizado, muitas vezes, somente no determinante (cf. Scherre, 1988; Lobato, 1994; Costa e Figueiredo Silva, 2006), como mostra o exemplo abaixo:

5. As casa (s) bonita (s)

Pode-se pensar que o desaparecimento ou enfraquecimento da flexão de número no PB em estruturas como (5) decorre do fato de traços de número serem interpretáveis nos argumentos, e não nos predicados, conforme ilustra (6).

6. Nós vai.

Tais fatos sugerem que a presença de traços de número nos argumentos pode estar associada ao fato de os traços de número serem interpretáveis nos argumentos. Diante disso, e havendo uma perda da realização da flexão de número nos itens do sintagma, a realização fonológica dos traços se dá, exatamente, no elemento em que o traço é interpretável.

Magalhães (2004), então, propõe que os elementos internos a DP têm seus traços valorados da mesma maneira como é realizada a valoração de traços formais em construções participiais. Em um DP como “As casas brancas”, os elementos concordam entre si, inicialmente, com a valoração dos traços- $\phi$  dos concordantes do DP e depois com a valoração do traço de Caso, tal como acontece com o PRT e o OD.

Os determinantes possuem traços de gênero não interpretáveis e precisam se combinar com um alvo que possa valorar esses traços. Então, N, que tem traço de gênero interpretável, se combina com D, que, por sua vez, valora o traço de número de N. O traço de Caso do DP (D e N possuem traço de Caso estrutural não interpretável) só será valorado



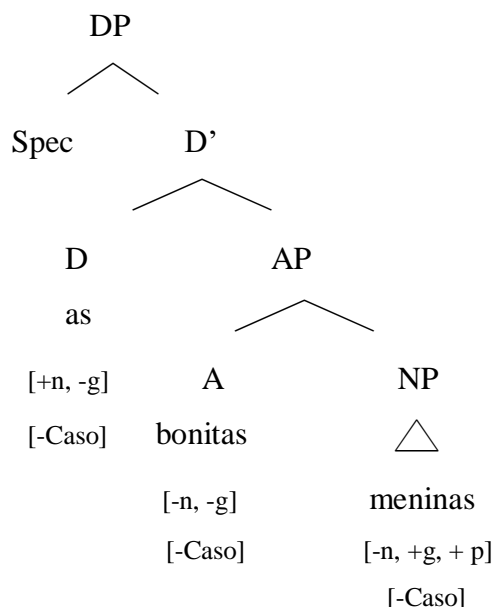
quando o DP estabelecer uma relação de concordância com uma sonda T ou v. Como já foi exposto, se a sonda for T, o caso será nominativo; se for v, o caso do DP será acusativo.

Numa derivação em que T sonda um DP, estabelecem-se duas relações de Agree: a primeira entre T e D, em que D valora o traço de número de T e tem seu traço de Caso valorado; e a segunda entre T e N, em que N valora o traço de pessoa de T e também tem seu traço de Caso valorado. A necessidade de duas relações de Agree se dá em virtude de D não possuir traço de pessoa.

Considerando os casos em que o DP é formado por determinantes e adjetivos, como em (7a), Magalhães (2004) assume a estrutura adotada por Abney (1987) e Cinque (1994), representada em (7b), na qual NP é complemento de A(djetivo), cuja projeção máxima (AP) é complemento de D. Em (7), o determinante possui traços de número interpretáveis e de gênero não interpretáveis {D: +n, -g}, o nome possui traços de gênero interpretáveis e de número não interpretáveis {N: -n, +g} e no adjetivo todos esses traços são não interpretáveis {A: -n, -g}.

7. a. As menina(s) bonita(s)

b.



Inicialmente, o adjetivo, comportando-se como sonda, procura um alvo (nesse caso, o nome) para valorar seus traços de gênero e número. Estabelece-se *Agree* entre eles, mas o

traço de número de A continua não valorado, pois N possui traço de número não interpretável. D tem traço de gênero a ser valorado (logo, é uma sonda) e o alvo mais próximo é A, com traços {-n, -g}. Estabelece-se *Agree* entre eles e o traço de número de A é valorado por D, no entanto, segundo Magalhães (2004), A não pode valorar o traço de gênero de D, pois seu traço de gênero é não interpretável (embora tenha sido valorado por N). Assim, D continua à procura de um alvo que valora seu traço de gênero. D, então, se combina com N, que valora o traço de gênero de D e que tem seu traço de número valorado por D.

Depois de ter todos os seus traços- $\phi$  valorados, o DP deve se combinar com uma sonda (T ou v) para ter o seu traço de Caso valorado. A operação *Agree* vai sendo aplicada repetidamente até que todos os traços- $\phi$  da sonda e os traços de Caso dos elementos que constituem o DP (D, A e N) sejam valorados.

Ao assumir que categorias com traços- $\phi$  defectivos podem valorar traços não interpretáveis, Magalhães (2004) abandona a proposição de Chomsky (1999) de que somente um conjunto de traços- $\phi$  completo seria capaz de valorar traços não interpretáveis.

Para ela, não há efeito de minimalidade para a combinação de T e N no exemplo apresentado, pois D e A possuem traços- $\phi$  defectivos, isto é, não possuem traço de pessoa. Acrescenta também que, seguindo a Condição da Impenetrabilidade de Fase, de Chomsky (1999), o DP não poderia ser considerado uma fase forte, pois, quando a derivação chegasse ao vP, o N seria enviado para PF e, assim, não estabeleceria *Agree* com v nem receberia Caso acusativo.

A proposta de Magalhães (2004) mostra que é possível realizar a checagem/valoração de traços dentro do DP sem estipular outro mecanismo de concordância para tal, pois a operação *Agree* é capaz de valorar os traços formais tanto no nível da sentença quanto no nível do DP.

Uma questão que fica em aberto nessa análise é por que, na derivação representada em (7b), o traço de gênero de A já valorado por N, numa primeira relação de *Agree*, não seria capaz de valorar o traço de gênero de D. Pode-se supor que a autora tenha partido do pressuposto de que somente elementos portadores primários de traços interpretáveis possam valorar traços não interpretáveis. Isso é razoável, embora não esteja explícito na proposta.

### 3.3 A presença da categoria NumP no domínio nominal

A partir da proposta de Abney (1987), passou-se a considerar a existência de projeções intermediárias entre o NP e o DP, seja para derivar relações de ordem e distribuição complementar entre artigos, demonstrativos e possessivos, seja para explicar relações de concordância entre os elementos do DP.

Augusto, Ferrari Neto e Corrêa (2006) sugerem a adoção de uma projeção NumP no domínio nominal, uma vez que número pode ser tomado como um traço que não é necessariamente interpretável em N.

Os autores mencionados, ao analisar as relações de concordância entre os elementos do DP, observam que Ritter (1991) propõe a existência de NumP entre D e N, partindo de dados do hebraico, ao passo que Picallo (1991) propõe a existência da projeção GenP entre o NP e o NumP, sugerindo, assim, que marcas explícitas de gênero e número constituem reflexo do movimento cíclico de N e que a sequência de afixos revela a hierarquia das categorias funcionais.

Chomsky (1995 e trabalhos subsequentes) assume que número, gênero e pessoa compõem um conjunto de traços – os já mencionados traços- $\phi$  –, os quais são associados a categorias lexicais ou funcionais na estrutura sintática e estão relacionados a *Agree* (no nível da sentença) e a *Concord* (no nível do DP), conforme já mencionado. No nível da sentença, a checagem de traços se dá por *Agree* e, no nível do DP, envolve apenas *Merge*.

Para Chomsky (1999), os nomes possuem traços- $\phi$  interpretáveis, enquanto os determinantes possuem traços- $\phi$  não interpretáveis. Diante disso, a concordância interna ao DP ocorre por meio da valoração de traços entre D e N, via *Merge*, estabelecendo *Concord*. Segundo Chomsky, para que haja a valoração de traços, os traços não interpretáveis devem ser combinados com um elemento que carregue um conjunto completo de traços- $\phi$ .

Conforme visto na seção anterior, há propostas que se contrapõem à distribuição adotada por Chomsky, como a de Magalhães (2004), segundo a qual D possui traço de número interpretável e de gênero não interpretável, ao passo que N possui traços de número não interpretável e de gênero e pessoa interpretáveis. Raposo (1998) também discorda da proposta de Chomsky e propõe que os traços interpretáveis de número e pessoa associem-se a D, e não a N.

Augusto, Ferrari Neto e Corrêa (2006), por sua vez, apontam para a possibilidade de que número seja projetado independentemente e investigam as implicações da presença da categoria NumP no DP.

Segundo os autores, há diferentes argumentos que embasam as propostas dessa projeção. Uma evidência morfológica refere-se a morfemas livres de número em línguas como Tagalog (Filipinas) ou Yapese (Micronésia), conforme mostram os dados dessa última língua:

- |    |    |               |                |             |
|----|----|---------------|----------------|-------------|
| 8. | a. | <i>ea rea</i> | <i>kaarroo</i> | <i>neey</i> |
|    |    | sing          | carro          | este        |
|    | b. | <i>ea gal</i> | <i>kaarroo</i> | <i>neey</i> |
|    |    | dual          | carro          | este        |
|    | c. | <i>ea pi</i>  | <i>kaarroo</i> | <i>neey</i> |
|    |    | plural        | carro          | este        |

Outra evidência deve-se à necessidade de uma projeção intermediária entre NP e DP para explicar questões de ordem, como, por exemplo, no que tange à ordem nome e adjetivo. Essa discussão pode ser comparada à análise da ordem verbo e advérbio feita por Pollock (1989) para o inglês e o francês. Segundo ele, a ordem básica seria advérbio e verbo, e a ordem verbo/advérbio identificada no francês seria consequência do movimento do verbo para uma projeção funcional mais alta. Cinque (1994) defende que a ordem básica, no que concerne ao nível nominal, é adjetivo e nome (ordem predominante nas línguas germânicas). Em contrapartida, as línguas românicas apresentam, de modo geral, a ordem verbo e advérbio, bem como nome e adjetivo, o que leva a crer que há uma projeção funcional entre DP e NP para a qual o nome se movimenta.

Evidências de ordem semântica também são levados em conta no que tange a uma categoria independente referente a número. Augusto, Ferrari Neto e Corrêa (2006) citam Bennett (1974) como um dos primeiros a assumir que a marca de plural nos nomes deveria ser interpretável, ao passo que no verbo seria não interpretável, evidenciando um reflexo de concordância com o sujeito.

No alemão, por exemplo, a marca morfológica explícita de plural também aparece no determinante, como observa Sauerland (2003 *apud* Augusto, Ferrari Neto e Corrêa, 2006), o que indica que pode haver outras opções a serem consideradas no que tange ao local de interpretabilidade semântica do traço de número. Sua proposta é de que o número seria o núcleo de sua própria projeção, localizada acima do DP e única responsável pela interpretação semântica dos traços de número. De acordo com Augusto, Ferrari Neto e Corrêa (2006), essa proposta explica a possibilidade de interpretação plural de dois DPs singulares coordenados.

Considerando a proposta de Abney (1987) de que há uma projeção QP (*Quantifier Phrase*) entre DP e NP e também a posterior distinção entre quantificadores existenciais e universais (os últimos ocupam uma projeção acima do DP), Vangsnes (2001 *apud* Augusto, Ferrari Neto e Corrêa, 2006) assume que a afinidade entre quantificadores existenciais e os numerais justifica uma identificação entre o QP mais baixo e o NumP. Para o autor, NumP refere-se à cardinalidade/contagem e distingue leituras massivas e contáveis do nome a que se associa.

Vangsnes (2001) deriva as propriedades referenciais de um DP a partir da presença de categorias funcionais no domínio nominal. As categorias substantivas/lexicais contribuem para a intensão (sentido) do termo, enquanto as categorias funcionais fornecem uma âncora extensional para o termo, isto é, a referência. A operação desempenhada por número remete à definição do tipo de conjunto (átomos ou pluralidades) sendo tomado. (Augusto, Ferrari Neto e Corrêa, 2006, p. 256)

Para Borer (2005 *apud* Augusto, Ferrari Neto e Corrêa, 2006), de acordo com a qual todos os nomes são massivos e devem ser parcelados antes de interagirem com um sistema de contagem, há duas projeções intermediárias entre DP e NP: CL<sub>max</sub>, responsável pela geração da distinção entre massivo e contável, e #P, camada para a definição específica de quantidades.

Um último argumento apresentado por Augusto, Ferrari Neto e Corrêa (2006) é de natureza formal e se refere à arquitetura do sistema computacional adotada por Chomsky (1995 e subsequentes), a qual deve primar pela parcimônia na presença de projeções funcionais. Nesse sentido, projeções funcionais só são aceitáveis se houver valor semântico associado a elas. Diante disso, a existência da projeção intermediária NumP pode ser justificada, pois a noção de número configura-se como um traço semanticamente interpretável, tal como a noção de tempo justifica a assunção de T.

Os autores sugerem ainda a possibilidade de relacionar o caráter intrínseco ou opcional dos traços à projeção de categorias independentes. Aos itens lexicais, como parte da sua entrada lexical, estariam associados os traços de caráter intrínseco, bem como os traços de natureza semântica ou fonológica. Já os traços de caráter opcional fariam parte do léxico da língua em questão, mas não estariam diretamente associados a itens específicos; eles seriam buscados no momento da Numeração, constituindo informação sintática independente que nuclearia uma projeção independente. Mais uma vez, o número se assemelha ao tempo. Dessa forma, traços formais com valor semântico relativo à referência constituiriam núcleos que projetariam categorias funcionais independentes (Augusto, Ferrari Neto e Corrêa, 2006, p. 257).

Considerando-se todos os argumentos apresentados, os autores assumem ser plausível assumir a presença da projeção funcional NumP na estrutura do DP.

Testes experimentais relativos à aquisição de número e elipse nominal realizados com crianças com idade média de 24 meses mostraram que elas são capazes de reconhecer número como traço formal e identificam os valores associados a esse traço. Além disso, revelam que as crianças identificam informação morfológica relativa a número em D, independentemente do dialeto a que estão expostas.

Os autores apresentam outro dado relevante para a discussão sobre o local do traço de número interpretável. Trata-se do fenômeno da elipse, que pode ser observado nas sentenças abaixo, as quais revelam contraste de número e gênero.

9. a. O Pedro e o João são atores e o Paulo também é.
- b. \*Aquele senhor é barão e aquela senhora também é.

Os dados parecem revelar que o traço de número, diferentemente do traço de gênero, não está associado a N. Segundo os autores, a associação da interpretabilidade do traço de número a uma categoria distinta de N parece ser adequada, pois a incompatibilidade entre os traços de número de um antecedente e do material elidido mantém a sentença gramatical (cf. 9a), ao passo que a incompatibilidade entre traços de gênero é inaceitável (cf. 9b).

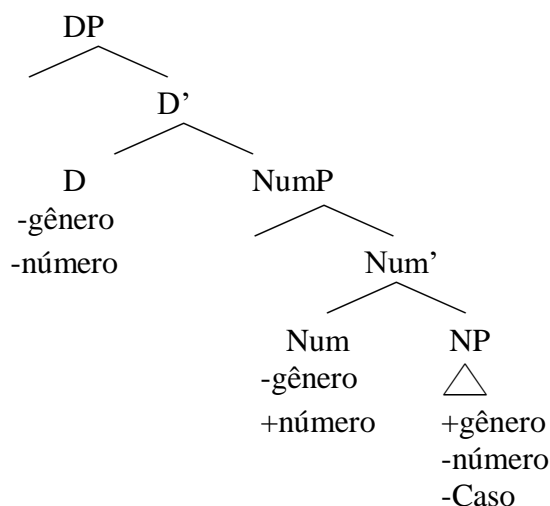
O fato de a elipse nominal alcançar NP parece assegurar que o número não faz parte desse domínio, ou seja, os traços de número não ficam sujeitos à condição de identidade,

diferentemente dos traços de gênero que, por estarem associados a N, devem ser idênticos aos do antecedente na elipse. Diante disso, parece razoável acatar a análise de que o traço de número não está associado a N, mas à projeção NumP.

A assunção de NumP, contudo, deve levar a uma avaliação das consequências da adoção dessa projeção para o mecanismo de checagem/valoração de traços no domínio do DP. Nesse sentido, Augusto, Ferrari Neto e Corrêa (2006) assumem ser mais razoável aos propósitos minimalistas manter a noção de que os traços- $\phi$  são compartilhados pelos elementos presentes no DP e adotar Agree, em vez de Concord, seguindo a proposta de Magalhães (2004). Entretanto, diferentemente dessa proposta, número constituiria uma projeção própria à qual estaria associada a interpretabilidade do traço de número.

Para assumir que Agree possa ocorrer, NumP deve possuir um traço não interpretável que possibilite a relação de concordância com os demais elementos do DP. De acordo com Augusto, Ferrari Neto e Corrêa (2006), no PB, é possível considerar a presença do traço de gênero (não interpretável) associado a NumP devido à manifestação visível de gênero associada a essa projeção nos cardinais, como em “dois/duas”. Diante disso, o traço não interpretável de gênero em NumP permite a atuação de Agree e a estrutura do DP pode ser representada abaixo:

10.



A concordância nessa estrutura é, então, disparada por Num, que atua como sonda para valorar seu traço de gênero. Num e N se combinam e Agree se estabelece, valorando o traço de número de N e de gênero de Num. Em seguida, D se associa a Num para valorar seu traço de número e, depois, a N, a fim de valorar seu traço de gênero. Cabe salientar que, de modo semelhante ao assumido por Magalhães (2004), um traço não interpretável já valorado é incapaz de valorar uma contraparte. Portanto, a busca de D por um traço interpretável de gênero não cessa quando da combinação com Num, pois seu traço de gênero primitivo é não interpretável, embora já estivesse valorado nesse momento. Os autores não discutem o local de interpretabilidade do traço de pessoa no DP, mas assumem que, seguindo Raposo (1998) e Corrêa (2005), sua associação se dá com D, que é o local dos pronomes, elementos inerentemente marcados para pessoa.

### **3.4 Distribuição de traços interna ao DP e Agree como compartilhamento de traços**

Segundo Danon (2011), estudos na área de sintaxe de línguas naturais frequentemente deixam implícita a suposição de que o nível do DP é uma fronteira natural entre dois domínios, o oracional e o nominal. Pesquisas voltadas à sintaxe oracional geralmente consideram irrelevante a estrutura interna dos DPs para a análise das operações que ocorrem no nível oracional e pesquisas sobre estrutura interna de DPs geralmente não envolvem considerações de processos que ocorrem acima do nível do DP.

Para o autor, a concordância constitui uma área onde este tipo de “encapsulamento” é problemático, pois, por um lado, ela desempenha um papel central na estrutura oracional e, por outro lado, envolve traços- $\phi$  que são marcados em vários núcleos dentro do DP, tais como determinantes, nomes e adjetivos. Duas importantes questões que são frequentemente menosprezadas dizem respeito à dúvida quanto ao fato de a concordância sujeito-verbo e fenômenos similares envolverem somente o DP como um todo ou também seus subelementos, bem como quanto se a composição de traços interna ao DP interage com os processos de concordância externos ao DP e com a atribuição de Caso.

Danon (2011) busca demonstrar a incompatibilidade entre duas hipóteses dominantes na literatura atual: a hipótese de Chomsky (2000, 2001) de que Agree só pode ocorrer com sucesso se o alvo é  $\phi$ -completo e a hipótese de que diferentes traços- $\phi$  originam-se em diferentes núcleos dentro da projeção estendida do nome. Seu objetivo é



destacar o que parece ser um “bug” no modelo atual de concordância, com a esperança de que isso leve a modificações benéficas ao *framework*. Para isso, o autor discute possíveis abordagens para solucionar esse problema e argumenta que tal “bug” pode ser resolvido ao se adotar a abordagem de compartilhamento de traços proposta por Pesetsky & Torrego (2007) ou pela proposta similar de Frampton & Gutmann (2006).

De acordo com Chomsky (2000, 2001), os núcleos funcionais T e v entram na derivação com traços- $\phi$  não valorados, que posteriormente serão valorados e apagados quando entrarem numa relação de Agree com um sintagma nominal que carregue um conjunto completo de traços- $\phi$  valorados.

Segundo Danon (2011), uma distinção central no modelo de Chomsky (2000, 2001) é entre os núcleos que são  $\phi$ -completos e aqueles que não são: somente Agree com um conjunto completo de traços- $\phi$  pode resultar em apagamento dos traços não interpretáveis da sonda. Se um núcleo T ou v concorda com um núcleo que é não especificado para alguns traços- $\phi$ , essa concordância não pode apagar os traços- $\phi$  do núcleo funcional. Expletivos do tipo “there”, por exemplo, são  $\phi$ -incompletos, pois carregam apenas o traço de pessoa e, assim, Agree entre T/v e um expletivo não pode valorar e apagar os traços não interpretáveis do núcleo funcional. Isso é essencial para a derivação abaixo convergir:

11. There remain/\*remains several problems.

Nessa construção, Agree entre o T e o expletivo não deleta os traços- $\phi$  de T porque o expletivo é incompleto. Isso torna possível a operação Agree subsequente entre T e “several problems”, que é  $\phi$ -completo. Nessa etapa, Agree apaga os traços- $\phi$  não interpretáveis de T ao passo que valora o traço de Caso do DP. Essa análise, segundo Danon (2011), parece funcionar para uma série de construções, no entanto, a derivação de (11) depende de uma pressuposição a respeito dos traços- $\phi$  do sintagma nominal. Essa pressuposição, que pode ser chamada de “hipótese do encapsulamento do DP”, é definida abaixo:

*Hipótese do encapsulamento do DP:* em todo sintagma nominal não-expletivo, o núcleo mais alto que carrega traços- $\phi$  é  $\phi$ -completo.

Segundo essa hipótese, é essencial a presença de um núcleo único dentro do DP que carregue um conjunto completo de traços- $\phi$  interpretáveis e valorados. Caso contrário, os traços de T não podem ser apagados e a derivação fracassa.

A hipótese do encapsulamento do DP está implícita em grande parte da literatura sobre concordância no quadro minimalista. Chomsky (2001), por exemplo, toma N como o núcleo relevante do sintagma nominal. Entretanto, ao passo que a hipótese do encapsulamento do DP é relativamente pouco problemática quando pronomes são considerados, ela não é trivial no caso de sintagmas nominais sintaticamente complexos.

Danon (2011) argumenta que a hipótese do encapsulamento do DP é falsa, pois nenhum núcleo individual (*single head*) em DPs não pronominais pode ser  $\phi$ -completo.

Segundo ele, desde a metade dos anos 80, sintagmas nominais são geralmente considerados projeções estendidas nas quais vários núcleos funcionais projetam uma estrutura complexa acima do nível lexical NP (cf. Abney, 1987; Valois, 1991; entre outros). Além da incontroversa projeção DP, muitas outras propostas para projeções funcionais adicionais têm sido feitas, como NumP, GenP, etc.

Enquanto a principal motivação para postular múltiplas projeções funcionais decorre da necessidade de explicar diferentes ordens de palavras dentro do quadro conceitual que assume uma estrutura subjacente uniforme, frequentemente isso também está relacionado com a hipótese de que diferentes traços- $\phi$  são originados de diferentes núcleos. O minimalismo requer que todo movimento sintático seja desencadeado pela presença de traços; assim, a possibilidade de movimento dentro de uma projeção funcional sem traços não existe neste quadro. Portanto, sob essa abordagem, qualquer argumento baseado na ordem de palavras para a existência de projeções funcionais internas ao DP pode também ser visto como um argumento para a presença de traços nessas projeções. Danon (2011) destaca algumas das evidências para a hipótese de que traços- $\phi$  são distribuídos ao longo das diferentes projeções funcionais dentro do DP.

Ritter (1991), de acordo com Danon (2011), foi talvez a primeira a propor que, ao menos em algumas línguas, os traços de número e gênero não se originam do mesmo núcleo. Enquanto gênero é específico para cada nome como parte de sua entrada lexical, número não é um traço inerente de nomes. Sua proposta é de que há uma projeção intermediária, entre NP e DP, associada ao número gramatical, tal como assumem Augusto, Ferrari Neto e Corrêa (2006).

Danon (2011), por sua vez, afirma que parece haver evidências empíricas independentes de que número gramatical não é necessariamente um traço que se origina do nome. Talvez a evidência mais direta venha de línguas que marcam a pluralidade por meio da ordem de palavras independente ao invés da morfologia do nome, como o dado do havaiano abaixo (Dryer, 1995 *apud* Danon, 2011, p. 5):

12. 'elua a'u mau i'a  
Two my PL fish  
'my two fish'

Dados da língua Walloon (Bernstein, 1991, 2001 *apud* Danon, 2011) também reforçam a dissociação de número do nome. Nessa língua, não há morfologia plural no nome; a pluralidade é expressa através de um determinante plural, bem como através de um marcador plural, que é encontrado em adjetivos pronominais. Bernstein (1991, 2001) afirma que, em Walloon, não há movimento de N para Num (o que pode explicar a posição pronominal dos adjetivos, como oposto aos adjetivos pós-nominais do hebreu). Ele argumenta que o marcador plural no adjetivo é a realização do núcleo funcional Num.

No âmbito do quadro minimalista, o fato de a morfologia de número estar presente tanto no determinante quanto nos adjetivos é visto como o resultado da concordância de número com um alvo que está mais baixo do que os adjetivos. Para Danon (2011), a questão que ainda permanece sem resposta é se este alvo é N ou uma projeção funcional mais alta.

Ele destaca que o finlandês é uma língua que pode dar evidência em favor da hipótese de que a fonte do traço de número não é N. Nessa língua, se um sintagma nominal contém um numeral, o nome é geralmente singular.

13. kolme auto-a aja-a tiellä.  
Three car-par.sg drive-sg road  
'Three cars drive on the road'

O exemplo revela que esse tipo de sintagma nominal desencadeia concordância singular (cf. Brattico, 2010 *apud* Danon, 2011). Entretanto, se um demonstrativo precede o numeral, o demonstrativo deve ser plural; o sintagma nominal inteiro, nesse caso,

desencadeia concordância plural a despeito de não ter morfologia de plural no nome, como se vê no exemplo abaixo.

14. ne kaksi pien-tä auto-a seiso-ivat tiellä.  
those.pl two.sg small-sg.par car-sg.par stand-past.3pl road.ade  
'Those two small cars stood at the road.'

Isso sugere, conforme Danon (2011), que o traço de número do sintagma nominal como um todo não depende neste caso nem do nome nem do numeral, mas de partes mais altas do sintagma nominal. Essa conclusão é corroborada pelo padrão de concordância de número em adjetivos em finlandês. Brattico (2010 *apud* Danon, 2011) afirma que um adjetivo em finlandês pode tanto preceder quanto suceder um numeral. Adjetivos que vêm entre o numeral e o nome são singulares, como (14) acima, mas adjetivos que vêm entre o demonstrativo e o numeral mostram concordância plural, como mostra o exemplo abaixo.

15. ne pilaantune-et kaksi leipä-ä  
hose.pl rotten-acc.pl two.sg bread-par.sg  
'those two rotten breads'

Assim, observa-se que a concordância de número no adjetivo depende da sua posição relativa ao numeral. Assumindo que a concordância de número não padrão nos adjetivos resulta de concordância com um traço de número no alvo que está estruturalmente mais baixo do que a posição do adjetivo, a generalização então parece ser que um traço de número plural está disponível somente na posição acima do numeral.

A hipótese que surge, diante disso, é a de que o número gramatical é um traço de uma projeção intermediária entre NP e DP.

Já o *status* do traço de pessoa, para Danon (2011), é menos claro, mas, para ele, parece que a afirmação de que pessoa não é um traço de N parece ter alguma base empírica. Em primeiro lugar, parece problemático assumir que pessoa é um traço do próprio nome, dado que o mesmo substantivo poderia dar origem à primeira, segunda ou terceira pessoas nos DPs, como ilustra o exemplo do autor.

## 16. we/you/these linguists

Além disso, em línguas em que as distinções de pessoa são mais refinadas do que nas línguas indo-europeias mais familiares, distinções entre diferentes tipos de 3ª pessoa (tais como próximo *versus* obviativo) são frequentemente codificadas em demonstrativos, que são plausivelmente da categoria D.

O fato de que a concordância de pessoa não é encontrada em elementos que vêm abaixo do nível DP decorre diretamente da hipótese de que traços de pessoa são gerados no núcleo D, junto com a hipótese de que DP domina NumP, NP e qualquer outra projeção funcional associada a adjetivos; de acordo com essas suposições, traços de pessoa não estão disponíveis como alvos para concordância para nada mais baixo que D. Diante disso, Danon (2011) assume, então, que pessoa é um traço de D<sup>19</sup>.

Essa discussão mostra-se relevante, pois tem o intuito de mostrar que considerar todos os traços- $\phi$  nominais pertencentes a um único núcleo pode ser uma abordagem problemática. Para Danon (2011), a despeito da grande quantidade de discordâncias quanto ao exato número e à natureza funcional das categorias funcionais dentro do sintagma nominal, muitos estudos sobre a estrutura do sintagma nominal apontam para uma visão distribuída de traços- $\phi$ .

Dessa forma, assume então que os traços- $\phi$  não são todos gerados no mesmo núcleo dentro do DP; de modo específico, nem N nem D entram na derivação com um conjunto completo de traços- $\phi$  valorados. O autor assume que nomes entram na derivação com seu traço inerente de gênero valorado. Quanto ao traço de número, para fins de simplificação da discussão, assume que é um traço valorado do próprio nome. Esse modelo pode ser comparado à situação no domínio verbal, em que se assume que traços flexionais frequentemente estão associados a projeções funcionais que dominam V ao invés de associados ao próprio núcleo lexical.

---

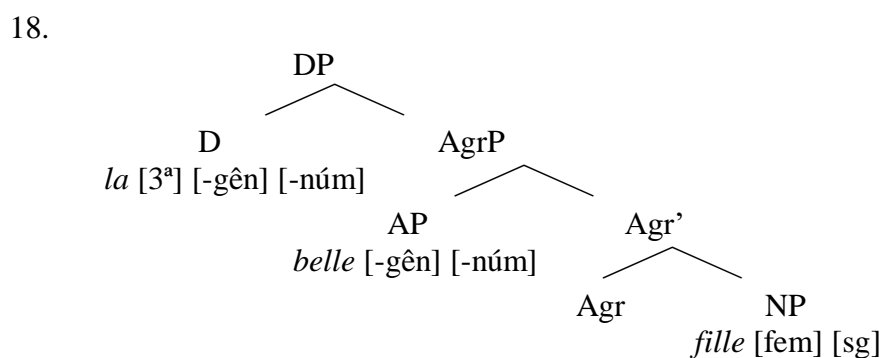
<sup>19</sup> Essa proposta vai de encontro à hipótese de Magalhães (2004), segundo a qual N carrega traço de pessoa interpretável. No entanto, esse detalhe parece não inviabilizar a expansão de Agree para o domínio nominal já que o traço de Caso não interpretável dos elementos do DP o manteria ativo para a sonda T ou v.

Após rever a hipótese de que o *locus* dos vários traços- $\phi$  interpretáveis não é um único núcleo, Danon (2011) passa a considerar algumas questões que envolvem a implementação da concordância com esses traços sob hipóteses minimalistas.

No que tange a Concord, está claro, empiricamente, que os mesmos traços- $\phi$  frequentemente aparecem em mais de um núcleo dentro do mesmo DP, conforme se vê no exemplo em francês, em que artigos definidos e adjetivos concordam com o nome em gênero e número.

17.    la            belle            fille  
           The.FM.SG    pretty.FM.SG    girl.FM.SG

Considerando a derivação desse DP dentro do *framework* de Chomsky 2000, 2001 e, por simplicidade, ignorando projeções funcionais adicionais, Danon (2011) assume que nomes entram na derivação com traços de gênero e número valorados. Artigos e adjetivos, portanto, entram na derivação com esses traços não valorados, como ilustra o exemplo abaixo.



Seguindo Carstens (2000, 2001), deve-se assumir que a concordância interna ao DP (Concord) não requer um mecanismo especializado e que é o resultado das mesmas operações formais que dão origem a outras instâncias de concordância. Assim, os traços não valorados do adjetivo sondam os traços do nome e Agree valora e apaga os traços do adjetivo. De modo semelhante, os traços de gênero e número de D são valorados e apagados via Agree com o nome. Isso leva ao padrão de concordância interna ao DP sem requerer qualquer estipulação especial, tal como proposto por Magalhães (2004).

No entanto, essa derivação tem um número de resultados problemáticos. Colocando o adjetivo de lado, a estrutura resultante tem os seguintes traços- $\phi$  em N e D:

N: gênero e número interpretáveis

D: pessoa interpretável; gênero e número não-interpretáveis apagados

Passando à concordância do mesmo DP com um núcleo funcional externo, considera-se que o núcleo T/v não seria capaz de concordar em gênero ou número com o DP, cujos traços não interpretáveis de gênero e número já foram apagados. Além do mais, não seria possível concordar em pessoa com o NP, o qual não carrega esse traço. Assim, não há núcleo  $\phi$ -completo com o qual T/v possa concordar: traços de gênero e número existem no NP, enquanto traços de pessoa existem somente no DP. A situação seria ainda mais problemática se o número for interpretável em uma projeção funcional intermediária, e não no nome; nesse caso, gênero, número e pessoa estariam disponíveis em três núcleos distintos.

Além disso, mesmo deixando de lado a questão da completude- $\phi$ , a intervenção pelo DP deveria bloquear uma relação de Agree entre T/v e NP: embora os traços de gênero e número do DP tenham sido apagados, eles ainda estão visíveis até o fim da fase forte e, assim, o DP deveria bloquear Agree com NP. Isso significa que a única maneira, sob a análise de Danon (2011), para T/v valorar seus traços de gênero e número é por Agree com os traços apagados (e não interpretáveis) de D. A possibilidade de “concordância cíclica” tem sido explorada por vários autores, mais notavelmente no contexto de análise de concordância a longa distância.

Em suma, a suposição de que vários traços- $\phi$  de sintagmas nominais entram todos na derivação como traços interpretáveis de um único núcleo levanta sérios problemas para a análise da concordância de Chomsky (2000, 2001), tendo em vista que, se um núcleo T/v deve concordar com um único núcleo nominal que carrega um conjunto completo de traços- $\phi$  interpretáveis, nem N nem D parecem ser os candidatos adequados. A previsão, então, seria que toda derivação na qual um DP com estrutura interna, como os investigados nesta tese, ocupasse uma posição de sujeito ou de objeto fracassaria, pois os traços não interpretáveis de T/v não seriam valorados.

Nesse sentido, deve-se considerar que, uma vez que a hipótese do encapsulamento do DP é rejeitada e que DPs não são tomados como elementos atômicos, mas como

estruturas complexas nas quais nem todos os traços- $\phi$  entram na derivação como traços valorados do mesmo núcleo, a teoria de concordância apresentada em Chomsky (2000, 2001) faz algumas previsões erradas, na opinião de Danon (2011).

Intuitivamente, o problema parece ser que, para a sintaxe oracional ser capaz de tratar o DP como uma entidade única, a sintaxe interna do DP deve ter um modo de acumular todos os traços nominais em um nóculo dentro do DP para a derivação prosseguir; mas isso não é possível sob a formulação de Agree de Chomsky, a qual cria uma relação única entre dois traços em vez de estabelecer uma ligação permanente que permitiria diferentes níveis do DP para atuar como uma unidade única para os propósitos da concordância externa.

Esse problema decorre do conflito entre a natureza “distribuída” de projeções estendidas, as quais são hipoteticamente compostas de múltiplas camadas funcionais acima da projeção do núcleo lexical, e a visão da concordância expressa pela noção da completude- $\phi$  e de Agree como “tudo ou nada” (cf. Danon, 2011).

Uma possível solução para tal problema seria abandonar a exigência da completude- $\phi$  como uma condição para Agree ocorrer com sucesso. Para isso também seria necessário abandonar a visão de concordância como uma operação “tudo de uma vez” (*all-at-once*) e assumir, ao invés disso, que cada traço- $\phi$  diferente em T/v pode agir como uma sonda separada, com pessoa, número e gênero cada, concordando com um alvo separado na projeção estendida do nome.

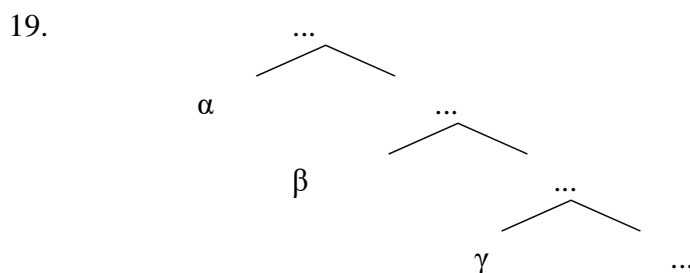
O custo teórico para abandonar a exigência da completude dos traços- $\phi$ , de acordo com Danon (2011), seria a perda da explicação de Chomsky para a diferença entre DPs expletivos e não-expletivos com relação à concordância, Caso e movimento, bem como sua análise de orações infinitivas em termos do T defectivo. Revisões posteriores para a teoria do Caso abstrato também seriam exigidas como uma consequência de se assumir uma operação Agree separada para cada traço, pois, sob essa visão, Caso estrutural já não pode ser considerado um efeito colateral de Agree envolvendo um conjunto completo de traços- $\phi$ .

Danon (2011) afirma que duas recentes propostas do quadro conceitual minimalista questionaram a hipótese de que Agree cria uma ligação transitória entre os dois núcleos concordantes. Frampton & Gutman (2006), bem como Pesetsky & Torrego (2004) argumentam em favor de uma visão de Agree como uma operação de compartilhamento de



traços, que unifica duas ocorrências de traços em duas instâncias de um objeto formal compartilhado. Danon (2011) discute essas propostas a fim de ter fundamentos para solucionar os problemas discutidos sobre o modelo de concordância de Chomsky sem abandonar a hipótese da rica estrutura funcional abaixo do nível DP.

De acordo com Frampton & Gutman (2006) e Pesetsky & Torrego (2004), a operação Agree combina um traço não valorado de uma sonda com um traço de um alvo c-comandado e os liga a duas instâncias de um único objeto formal (ressalte-se que tanto o tipo quanto o valor do traço são compartilhados). Diferentemente da operação Agree de Chomsky (2000, 2001), o alvo nesses modelos não necessariamente carrega um traço valorado; a operação Agree entre dois traços não valorados é permitida contanto que alguma aplicação subsequente de Agree eventualmente forneça o traço compartilhado com um valor. Esse detalhe nos parece fragilizar a análise, pois dá a impressão de se lançar mão do mecanismo de *look-ahead* (olhar adiante), antecipando passos posteriores da derivação.



Supondo que  $\beta$  e  $\gamma$  entrem na derivação com ocorrências não valoradas do mesmo traço, ao passo que  $\alpha$  carregue uma ocorrência valorada do mesmo traço, Agree entre  $\beta$  e  $\gamma$  seguido por Agree entre  $\alpha$  e  $\beta$  resultaria em um único traço compartilhado com três instâncias. O traço de  $\gamma$  nessa derivação é valorado embora o próprio  $\gamma$  não esteja envolvido em uma relação de Agree com um núcleo que carregue uma ocorrência valorada. Esse tipo de derivação é defendida por Frampton & Gutman (2006) para explicar, por exemplo, a concordância com participípios em línguas como o islandês, em sentenças com a estrutura abaixo:

20. We expect them(ACC.pl) to-have been seen(ACC.pl)

A parte crucial da análise de tais estruturas é que o particípio concorda primeiramente com o pronome e, então, a concordância subsequente entre o v matriz e o pronome dá origem à atribuição de Caso não só ao pronome, mas também ao particípio com o qual o pronome está ligado.

Retomando a representação em (19), se  $\gamma$  entra na derivação com um traço valorado, esse traço pode ser compartilhado primeiramente com  $\beta$  e, então, indiretamente com  $\alpha$ , logo depois que  $\alpha$  sonda o traço de  $\beta$  que, nesse ponto, é compartilhado com  $\gamma$ . Danon (2011) afirma que esse tipo de análise pode fornecer os meios para solucionar os problemas com a hipótese do encapsulamento do DP.

A proposta de Pesetsky & Torrego (2004) traz outra inovação que consiste na afirmação de que a valoração de traços é independente da interpretabilidade de traços. Os autores argumentam que um núcleo que entra na derivação com um traço não valorado poderia eventualmente ter seu traço interpretado. Mas o sistema computacional exige a valoração de todos os traços não valorados, sem se preocupar com sua interpretabilidade. Segundo essa abordagem, a interpretabilidade é determinada fora do sistema computacional propriamente dito, com a condição central de interface de que cada traço seja interpretado em algum lugar. Isso significa que o alvo em uma operação Agree não necessariamente carrega traços interpretáveis (ou instâncias deles). Essa hipótese permite que o DP aja como um alvo  $\phi$ -completo.

Com a visão de Frampton & Gutman (2006) e Pesetsky & Torrego (2004) de Agree como compartilhamento de traços, a distribuição de traços- $\phi$  interna ao DP torna-se muito menos problemática no contexto da concordância oracional. Assumindo-se que D entre na derivação com traços de gênero e número não valorados e com o traço de pessoa valorado, D então sondaria os traços- $\phi$  de projeções mais baixas: NP para gênero e NP ou NumP para número. Diferentemente do sistema de Chomsky (2000, 2001), esses traços de D não seriam apagados nesse ponto. Eles continuariam a existir como instâncias de traços compartilhados. Assim, no nível do DP, nós teríamos os seguintes traços, em que o compartilhamento é indicado pela coindexação:

**N:** gênero<sub>*i*</sub> e número<sub>*j*</sub> valorados

**D:** pessoa<sub>*k*</sub>, gênero<sub>*i*</sub> e número<sub>*j*</sub> valorados

O mais importante é que, nesse ponto, DP tem um conjunto completo de traços- $\phi$ . Isso permite que a derivação prossiga essencialmente como proposto por Chomsky, exceto pelo fato de que Agree não implica o apagamento de traços.

Como exemplo, Danon (2011) considera a derivação da sentença do francês a seguir.

21. La fille a parlé.  
the.fm.sg girl.fm.sg has.3.sg spoken  
'The girl spoke.'

Deixando de lado operações de movimento, o autor afirma que os dois passos relevantes na derivação são:

1º: os traços de gênero e número não valorados de D (*la*) sondam os do N (*fille*); após Agree, os traços de gênero e número têm duas instâncias cada, em D e em N;

2º: os traços não valorados de T (*a*) sondam os de D (*la*).

No 2º passo dessa derivação, T sonda os traços de D, que está, nessa etapa, com os traços- $\phi$  completos. Após o 1º passo, os traços- $\phi$  de D estão todos valorados – não como um resultado de ser interpretável (pois os traços de gênero e número são não interpretáveis em D), mas simplesmente como resultado de serem instâncias de traços valorados compartilhados. Os traços do núcleo T, então, também se tornariam parte de cadeias de traço compartilhado: T, D e N todos compartilham um único traço de gênero e um único traço de número; T e D compartilham um único traço de pessoa.

Finalmente, condições de interface, tais como a categoria lexical de cada núcleo, determinam onde cada um dos traços deve ser interpretado: pessoa em D, número em N (ou NumP) e gênero em N. A única estipulação necessária para essa análise funcionar, conforme Danon (2011), é que D tem que carregar traços- $\phi$  até mesmo em línguas como o inglês, em que artigos não se flexionam para gênero ou número. Isso não é despropositado, pois o fato de que o inglês usa somente um artigo indefinido para singulares, por exemplo, poderia ser tomado como evidência para a existência de um traço de número no artigo em inglês. Assim, línguas tais como o francês simplesmente mostrariam um paradigma

flexional mais rico no sistema de artigos, mas pode-se assumir que, translinguisticamente, artigos podem carregar traços- $\phi$  abstratos.

Diante do exposto, uma derivação com compartilhamento de traços permite manter certa semelhança com a hipótese do encapsulamento do DP: mesmo que traços- $\phi$  originem-se em diferentes núcleos no sintagma nominal, eles são todos reunidos no nível do DP. O que torna isso possível, sob a abordagem de Pesetsky & Torrego (2004), é a suposição de que o sistema computacional não distingue entre traços interpretáveis e não interpretáveis e que os traços que entram na derivação não valorados não são apagados depois de Agree. Isso permite que todos os traços de D estejam ativos após as operações de concordância interna ao DP ocorrerem, independentemente de esses traços serem interpretáveis em D ou em outro lugar.

Danon (2011) destaca que a análise de compartilhamento de traços só pode manter uma versão fraca da hipótese da completude- $\phi$ , do que resulta a seguinte hipótese:

*Completude- $\phi$  relativizada*: uma operação Agree leva a um compartilhamento de traços se e somente se o alvo se combina com todos os traços- $\phi$  não valorados da sonda.

De acordo com isso, Agree entre um adjetivo (-gên; -núm) e um nome (-gên; -núm) só pode ocorrer porque todos os traços não valorados da sonda (adjetivo) se combinaram com os do alvo (nome), já que ambos não possuem traço de pessoa; em contrapartida, Agree entre T e N (que não possui traço de pessoa) não pode ocorrer devido ao traço de pessoa não valorado de T. Segundo a hipótese apresentada, o que constitui um conjunto completo de traços- $\phi$  deve ser relativizado para a categoria da sonda ou para os traços não valorados que ela carrega.

Portanto, parece que o fato de a concordância interna ao DP não envolver todos os traços- $\phi$  envolvidos na concordância oracional não é, de fato, um problema para a análise do compartilhamento de traços, mas um importante fato empírico que, segundo Danon (2011), ainda não recebeu atenção adequada na literatura que lida com concordância no Minimalismo. Para o autor, a proposta da completude- $\phi$  relativizada apresenta a vantagem de retirar da sintaxe a estipulação de quais traços particulares são relevantes para a concordância e empurra o problema para o léxico, onde a composição de traços de itens

lexicais particulares é determinada. Além disso, essa hipótese parece trazer um benefício adicional ao tornar mais fácil explicar diferenças translinguísticas no inventário de traços- $\phi$ .

Danon (2011) afirma que a adoção da análise de compartilhamento de traços não acarreta modificações para a Teoria do Caso, pois ainda pode se assumir que Caso seja valorado como um resultado de Agree entre T/v e um DP com um conjunto completo de traços- $\phi$ , embora Frampton & Gutman (2006) e Pesetsky & Torrego (2004), idealizadores da proposta de compartilhamento, rejeitem a ideia de que a completude- $\phi$  seja diretamente relevante para Caso. Entretanto, para Danon (2011), não há incompatibilidade entre o modelo de compartilhamento de traços e o modelo de valoração de Caso como consequência de concordância  $\phi$ -completa. O autor destaca que o fato de que o DP torna-se  $\phi$ -completo por compartilhamento de traços interno ao domínio nominal não faz diferença no que tange ao Caso. Uma importante consequência dessa proposta é que ela prevê que traços de Caso ou pessoa devem estar presentes tanto em N quanto em D para torná-los alvos ativos. O traço em N é exigido para a concordância interna ao DP e o traço em D é exigido para a sintaxe oracional.

Segundo Danon (2011), abandonar a hipótese do encapsulamento do DP e assumir que cada traço realize concordância separadamente requer modificações significativas para a Teoria do Caso. Sendo assim, a abordagem de compartilhamento de traços parece ser uma modificação desejável para o modelo de sintaxe de Chomsky (2000, 2001), que o salva de ser incompatível com a maioria da literatura recente sobre a sintaxe de sintagmas nominais.

### **3.5 Síntese do capítulo**

Neste capítulo, apresentamos diferentes estudos acerca do tratamento da distribuição dos traços internos ao DP, bem como apresentamos visões distintas para a abordagem tradicional da operação Agree formulada por Chomsky (1995, 1999), no intuito de avaliar as possibilidades teóricas que servirão de fundamento para a elaboração do nosso modelo de análise da dupla concordância com sujeitos complexos. Discorreremos sobre os mecanismos de concordância propostos por Chomsky (1995, 1999) e Magalhães (2004), a qual propõe uma simplificação da abordagem chomskyana no sentido de se adotar uma única operação de concordância para os domínios nominal e oracional. Apresentamos a

proposta de que número constitui um núcleo nominal independente no domínio do DP (cf. Augusto, Ferrari Neto e Corrêa, 2006) por considerar que tal abordagem pode ser relevante na formulação de nossa hipótese de trabalho. Por fim, apresentamos a proposta de Danon (2011) sobre a distribuição de traços interna ao DP e as consequências disso para a operação Agree a ser adotada. O autor assume a hipótese da *completude- $\phi$  relativizada*, segundo a qual uma operação Agree leva a um compartilhamento de traços somente se o alvo se combinar com todos os traços- $\phi$  não valorados da sonda. Tal operação de compartilhamento de traços segue as análises de Frampton & Gutman (2006) e Pesetsky & Torrego (2004), abordagem que também será adotada na formulação do modelo de análise da dupla concordância com sujeitos complexos, a ser apresentada no próximo capítulo.

## CAPÍTULO 4 AGREE COM SUJEITOS COMPLEXOS

### Introdução

Neste capítulo, apresentaremos algumas análises e discussões teóricas acerca de sujeitos complexos que nos guiaram para a elaboração do nosso modelo de análise que explica formalmente a dupla concordância com sujeitos complexos no PB. Para chegarmos à solução formal para nosso problema de pesquisa, seguimos a linha de raciocínio apresentada na ordem das seções a seguir. Na seção 4.1, discutiremos a questão da ordem linear e da estrutura hierárquica das construções investigadas, o que gera muita controvérsia nos estudos linguísticos sobre o tema. A seção 4.2 trará a análise de Den Dikken (2001) para o fenômeno da concordância por atração a partir do comportamento de pronomes nulos e fracos do inglês. Na seção 4.3, apresentaremos uma proposta inicial de análise, baseada na abordagem de Kayne (2000), de que DPs complexos como os investigados aqui são gerados num sintagma semelhante a uma *small-clause* e de que preposições (e complementizadores) são introduzidas acima desses sintagmas, e não diretamente com seus complementos. Na seção 4.4, será apresentada a proposta de Den Dikken (2006) para as estruturas de predicação, na qual um núcleo *Relator* estabelece a relação entre dois constituintes. Em seguida, considerando as propriedades semânticas e sintáticas dos sujeitos complexos do PB, discutidas no capítulo 2, que revelam haver mais que uma relação trivial de adjunção ou complementação entre os DPs que constituem tais sujeitos, será necessária a assunção de uma estrutura especial que seja capaz de captar tais propriedades. Assumiremos a estrutura predicado-especificador, admitindo que o núcleo *Relator* é realizado fonologicamente pelo conectivo “de”. Assumiremos também que a concordância plural com sujeitos complexos decorre da configuração estrutural desse tipo de sujeito, expressa sob a forma de um Sintagma Relator (RP), no qual o DP1 e o DP2 são equidistantes da sonda T, bem como implica uma leitura *multiple token*. Além disso, a operação Agree será compreendida como compartilhamento de traços, seguindo a visão de Frampton & Gutman (2006) e Pesetsky & Torrego (2004), a fim de explicar a valoração do traço de Caso do DP que foi preterido quando da sondagem com T. Por fim, discorreremos sobre as vantagens da adoção do modelo proposto, o qual pode ser estendido também à análise das construções partitivas no PB. Por fim, na seção 4.5, apresentaremos a derivação completa da oração que dá título a esta tese e que exemplifica o fenômeno que a motivou.

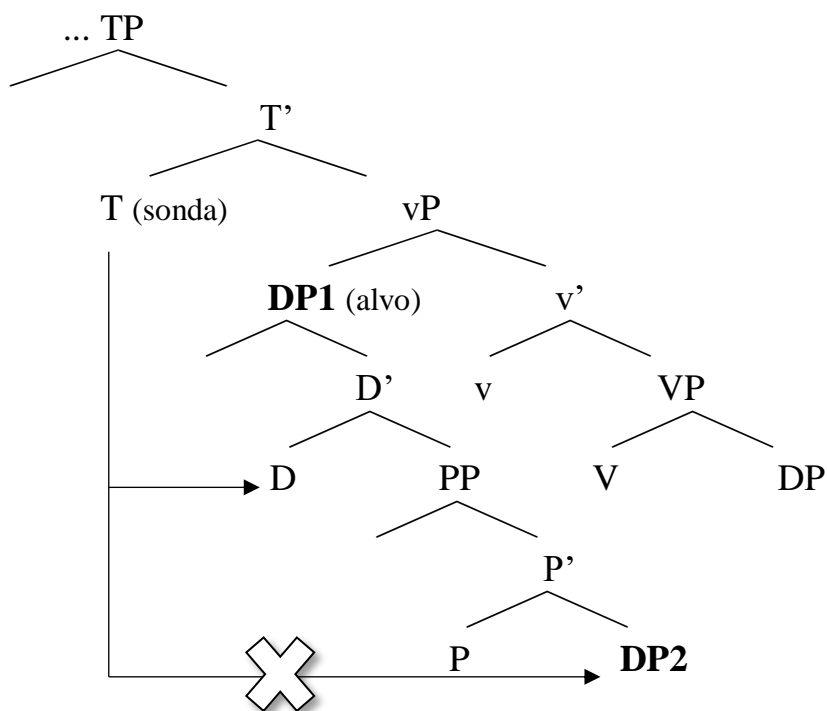
Retomando o objetivo principal deste trabalho, procuramos compreender, no que tange ao quadro teórico adotado, por que a concordância do verbo com sujeitos complexos ora ocorre com o DP1 (núcleo singular), ora se dá com o DP2 (modificador plural). Dito de outro modo, buscamos saber como o sistema computacional viabiliza a concordância parcial identificada nos exemplos abaixo.

1. a. O endereço das vítimas **caíram** em mãos erradas.
- b. A nota dos alunos **foram** péssimas.
- c. A utilização das plantas **são** para curar doenças.
- d. O impacto das denúncias **influenciaram** na decisão dos parlamentares.
- e. A política de bagagem das companhias aéreas **são** bem rígidas.
- f. A fala dos vídeos iniciais **sintetizam** a ideia do projeto.
- g. A compra das passagens não **apareceram** pra mim.
- h. A diferenciação dos níveis de avaliação **geram** dúvidas.
- i. Kit flagrante de PMs **são** legitimados pelo nosso sistema de justiça.

Conforme visto no capítulo 2 desta tese, no Programa Minimalista, Chomsky (1995, 1999) assume que há dois mecanismos de concordância entre elementos sintáticos, Concord e Agree. Assumimos que a concordância no domínio nominal não acontece por meio de Concord, mas via Agree, o que ainda assim não explica formalmente nosso problema de pesquisa, tendo em vista a configuração sintática do sujeito complexo, que impede a sondagem do DP2 pela sonda T em virtude do princípio da endocentricidade, como pode ser observado na estrutura arbórea a seguir.



2.



A única derivação possível com base na estrutura em (2) é a que viabiliza a concordância canônica, ou seja, a que o verbo concorda com a informação de número do núcleo do sujeito complexo, que é singular.

Ainda com base na discussão apresentada no capítulo 2, faz-se necessário retomar aqui algumas das características sintáticas e semânticas das sentenças com sujeitos complexos e concordância variável. Entre elas, destacamos aqui as seguintes: tipo de núcleo; emprego e tipos de determinantes; referencialidade e grau de concretude do DP1; *status* argumental; precedência ontológica e leitura *single token* X leitura *multiple token*.

O estudo do tipo de núcleo dos sujeitos complexos mostrou-se essencial, uma vez que núcleos quantitativos e coletivos não podem ser analisados da mesma forma que os nomes que constituem o DP1 em análise nesta tese em vista das especificidades semânticas dos primeiros. Propostas de análise de sentenças partitivas discutidas no capítulo 1, por exemplo, não puderam ser estendidas às sentenças em questão neste estudo, pois baseiam-se justamente nas especificidades dos núcleos quantificacionais.

Já o emprego e os tipos de determinantes nos sujeitos complexos mostraram que parece haver uma diferenciação na relação estabelecida por diferentes determinantes e na

posição em que eles ocupam (DP1 ou DP2). Possessivos e demonstrativos especificam/determinam mais o DP1, não permitindo o licenciamento da concordância plural, ao passo que o uso de tais determinantes no DP2 parece, inclusive, facilitar a concordância plural do verbo.

Com relação à referencialidade e ao grau de concretude dos DPs, foi possível observar que núcleos (DP1) com alto grau de referencialidade ou concretude, como nomes próprios ou epítetos, dificultam a concordância plural com o verbo.

Por outro lado, o *status* argumental dos sintagmas preposicionados (PPs) dos sujeitos complexos não se mostrou relevante para a determinação da concordância plural. Isto é, independentemente de se identificar o PP como um argumento ou um adjunto, a concordância plural é licenciada.

Outra propriedade interessante observada refere-se à precedência ontológica, que trata de uma precedência existencial do DP2 com relação ao DP1.

Finalmente, um aspecto muito importante que foi observado nas sentenças com sujeitos complexos refere-se ao tipo de leitura que se faz do DP1: *single token* ou *multiple token*. Assumimos que a possibilidade de leitura única ou múltipla do núcleo do sujeito (DP1) parece ser uma propriedade essencial no que se refere à concordância verbal, o que revela que a ideia de singularidade ou pluralidade associada ao DP1 está intimamente associada à expressão da informação de número do verbo da sentença.

Portanto, diante do impasse teórico e da inexistência de tratamento formal do problema apresentado no âmbito do quadro teórico adotado, bem como das características especiais que os sujeitos complexos parecem apresentar, buscamos formular uma proposta de análise que explique como o sistema computacional licencia a concordância plural com sujeitos complexos. Para isso, tomamos como base algumas discussões sobre o tema, as quais serão apresentadas a seguir.

#### **4.1 Ordem linear X estrutura hierárquica**

Ao considerarmos a ordem linear das construções em análise nesta tese, seria possível supor que a proximidade entre o DP plural e o verbo pudesse acarretar a concordância plural.

Estudos desenvolvidos em outras perspectivas teóricas têm afirmado que a proximidade pode ser um fator relevante para a variação na concordância. Scherre & Naro (1993), por exemplo, afirmam que, na língua falada, o traço de número nos últimos elementos do sujeito plural de 3ª pessoa (de natureza não quantitativa e formados ou não por sintagmas preposicionados) constitui um dos fatores de controle da concordância verbal.

Trata-se do efeito do paralelismo linguístico no plano da oração, uma das manifestações de um princípio cognitivo mais geral, subjacente à tendência de formas semelhantes ocorrerem juntas no discurso, que funciona ao lado de outros princípios de uso, como o da economia linguística de base funcionalista (Scherre & Naro, 2014, p. 33).

A atração entre o modificador do núcleo do sujeito e o verbo é caracterizada por Woodworth (1938 *apud* Bock & Miller, 1991) em termos do efeito de atmosfera, segundo o qual o verbo concorda com a atmosfera singular ou plural do sintagma sujeito em vez de concordar com o número do núcleo nominal. Nesse sentido, o estudo de Mann (1982 *apud* Bock & Miller, 1991) confirma a hipótese de que quanto maior o número de plurais antecedendo o verbo, maior é a possibilidade de uma forma verbal plural ser usada, o que corrobora a hipótese do paralelismo linguístico de Scherre & Naro (1993).

A distância linear entre o núcleo do sujeito complexo e o verbo também foi um fator considerado no estudo de produção induzida de erros de Bock & Miller (1991), as quais manipularam o tamanho do modificador do núcleo nominal, bem como o tipo de modificador (sintagma preposicionado ou oração relativa). As autoras não observaram na concordância efeito significativo do fator distância linear entre o núcleo do sujeito e o verbo, isto é, a ocorrência do que elas chamam de “erros de concordância” não foi afetada pelo tamanho do modificador do DP núcleo. Já os resultados obtidos por Rodrigues (2006), num experimento semelhante, sugerem ser esse um fator que favorece a ocorrência de erros de atração.

Entretanto, assumindo-se uma perspectiva formalista, ao se levar em conta a hierarquia subjacente às construções com sujeitos complexos, que pode ser verificada na representação arbórea em (2), observa-se que, na verdade, o verbo está mais distante do DP plural encaixado que do DP singular, que está mais alto na estrutura. Tal constatação

reforça a hipótese de que a distância linear entre o núcleo do sujeito e o verbo não é um fator determinante para a marcação de número no verbo nas construções com sujeitos complexos.

Nesse sentido, Kayne (1998 a, b *apud* Den Dikken, 2001) propõe que esse fenômeno não é somente um efeito de adjacência linear uma vez que tal concordância também pode ser desencadeada por genitivos pronominais, em que mesmo que o núcleo contíguo ao verbo seja singular, como em (3b), tem-se a concordância plural do verbo, conforme discussão apresentada anteriormente.

3. a. The participant's **identity is** to remain a secret.  
'A identidade dos participantes deve permanecer em segredo.'
- b. !The **participant's** identity **are** to remain a secret.  
'A identidade dos participantes devem permanecer em segredo.'

Retomo aqui também a observação de Den Dikken (2001) de que a adjacência linear entre o elemento plural que parece deflagrar a concordância e o verbo não é essencial para a atração ocorrer, pois também pode ocorrer em construções de inversão como (5).

4. Is/!are the helicopter for the **flights** safe?  
O helicóptero é/são seguro para os voos?

Isso também pode ser observado no PB, embora seja mais difícil encontrarmos dados com inversão e concordância parcial. Apesar disso, é possível supor que a proximidade linear entre o DP2 e o verbo não é determinante para a flexão de plural do verbo.

5. a. **Crescem** [o número de imigrantes no país].  
b. Para os filhos das mulheres pobres e pretas **são negados** [o direito aos cuidados na infância].

Considerando os argumentos acima mencionados, assumimos que a distância linear entre o DP plural e o verbo não interfere na definição de número do verbo, uma vez que, considerando-se a estrutura hierárquica da construção, ilustrada em (2), há uma distância

menor entre o núcleo nominal e o verbo do que entre o verbo e o DP encaixado no PP. Além disso, esta tese, por partir dos pressupostos gerativistas, busca desenvolver uma proposta que explique, sob o ponto de vista do sistema computacional da Faculdade da Linguagem, o mecanismo de concordância nas línguas naturais.

Vale a pena salientar que, sob o ponto de vista puramente fonológico, de fato, há proximidade entre o verbo e o DP2. E, de acordo com os resultados de estudos supramencionados (cf. Bock & Miller, 1991), pode ser que, em certas línguas, esse seja um fator realmente relevante. No entanto, essa não será a linha de investigação que adotaremos nesta tese, por considerarmos haver motivações sintáticas suficientes para investigar o fenômeno da concordância plural com sujeitos complexos no PB como resultado de processos sintáticos, e não meramente fonológicos.

#### 4.2 Abordagem como Movimento em LF

Den Dikken (2001), que nomeia o fenômeno analisado nesta tese como “concordância por atração”, apresenta uma proposta de análise para ele a partir do comportamento de pronomes nulos e fracos do inglês. Diferentemente de sintagmas nominais plenos, pronomes nulos e fracos não podem procrastinar, ou seja, não se movem em LF, o que os força a realizar todos os movimentos em sintaxe manifesta. Nesses termos, o autor assume que a concordância por atração deva ser analisada em termos de movimento em LF do sintagma nominal encaixado, o que explica o fato de que pronomes não podem desencadear concordância por atração em sentenças como *\*the identity of them are to be kept a secret*.

O autor afirma que pronomes nulos e fracos têm uma propriedade intrínseca de serem invisíveis a *Attract* em LF, o que os força a realizar todos os movimentos em sintaxe manifesta (cf. Chomsky, 1993 e Boškovic, c.p., *apud* Den Dikken, 2001, p.19), como mostram os exemplos abaixo.

- 6 John looked up **the information**/**\*it**.
7. John looked **the information**/it up.

Nesse sentido, pronomes nulos e fracos são como expletivos, os quais devem alçar em sintaxe manifesta (cf. (8), from Boškovic 1997 *apud* Den Dikken, 2001, p. 21).

8. a. \*I alleged John to have stolen the documents.  
b. I alleged him to have stolen the documents.  
c. I alleged there to be stolen documents in the drawer.

Os dados mostram que sintagmas nominais plenos (e também pronomes fortes), ao realizar movimento encoberto, comportam-se de maneira diferente dos pronomes nulos e fracos, que não podem sofrer movimento em LF, ou seja, não podem realizar movimento encoberto.

Den Dikken toma isso como ponto de partida para a investigação do comportamento dos pronomes (fracos e nulos) do inglês no domínio do fenômeno da concordância. Essa investigação o leva a três domínios: (i) fenômeno de concordância por atração (*the identity of the participants is!/are to be kept a secret*), (ii) sintagmas nominais coletivos (chamados de “plurilinguals” por serem híbridos de sintagmas nominais singular e plural (*the committee is/%are holding a meeting in the room*) e (iii) construções com *there* expletivo (*there are/’s lots of people in the room*).

No que tange mais especificamente ao objeto de interesse desta tese, o autor aponta uma das propriedades gramaticais observadas por Kayne (1998 a, b *apud* Den Dikken, 2001) quando da análise desse fenômeno, a qual se refere ao fato de que, no inglês, um pronome não pode desencadear atração, independentemente de sua posição no sintagma nominal complexo, como ilustram as sentenças a seguir.

9. a. \*The identity of **them are** to remain a secret.  
b. \***Their** identity **are** to remain a secret.

Kayne (1998b *apud* Den Dikken, 2001) também chama atenção para o fato de que a concordância por atração é sensível ao escopo, como ilustrado em (10).

10. a. The key to all the doors is missing.  
b. !The key to **all the doors are** missing. [wide scope  $\forall$  only: many keys]

O fato de que (10b), na medida em que é aceitável, permite somente uma interpretação de escopo amplo para “all the doors” sugere uma explicação do fenômeno de concordância por atração em termos de movimento em LF – em particular de alçamento de quantificador (QR – *Quantifier Raising*). Tal abordagem é reforçada pelo fato de que quantificadores que não podem ter escopo amplo invertido conseqüentemente são restritos a leituras de escopo estreito, não conseguindo desencadear atração: *\*the key to few doors are missing*.

Den Dikken (2001) adota uma perspectiva na qual QR toma os traços formais de uma expressão quantificada de alguma posição de operador – minimamente para o D local, da qual o movimento cíclico sucessivo para posições de operadores mais altas é possível. A adjunção dos traços formais de “all the doors” ao núcleo D do sujeito complexo em (10b) para ganhar escopo sobre “key” resulta numa configuração na qual os traços formais do QP (incluindo seus traços- $\phi$ ) vêm c-comandar os traços formais do sujeito inteiro (cf. 10b’ abaixo).

10. b.’ [IP [DP [D <FF<sub>NP2</sub>> [D the+FF<sub>NP1</sub>>]]] [NP<sub>1</sub> key<sub>NP1</sub> [to [NP<sub>2</sub> all the doors<sub>NP2</sub>]]]]  
[I’ are missing]]

Considerando isso como resultado, esses traços podem (mas não têm de, já que (10a) também é gramatical em uma leitura de escopo amplo para “all the doors”) assumir a liderança na determinação da concordância com o verbo finito. A leitura de escopo amplo único para “all the doors” em (10b) segue então: os traços de QP ganham acesso àqueles de Infl como um resultado de movimento em LF, que, por sua vez, resulta no escopo amplo para o QP. A explicação transitará para construções como (11) abaixo, segundo o pressuposto de que sintagmas nominais não quantitacionais podem promover seus traços formais para um núcleo D mais alto também (cf. Heim and Kratzer, 1998).

11. ![The identity of **the participants**] **are** to remain a secret.

Para Den Dikken (2001), a agramaticalidade da concordância por atração em (9) é inteiramente simples, pois a abordagem de movimento em LF para tal fenômeno, motivada independentemente pelos fatos de escopo em (10), explica-o à luz da conclusão de que

pronomes não podem sofrer movimento em LF. Diante disso, então, a abordagem baseada em QR para o fenômeno de atração do inglês dá suporte à conclusão sobre pronomes fracos.

A proposta de Den Dikken (2001) de que a concordância por atração deva ser analisada em termos de movimento em LF do sintagma nominal encaixado, o que explicaria o fato de que pronomes não podem desencadear concordância por atração em sentenças como *\*the identity of them are to be kept a secret*, não pode ser estendida ao PB, uma vez que temos orações como em (11), em que o pronome desencadeia concordância.

12. a. [A identidade deles] devem ser mantidas em segredo.
- b. [O carro deles] são mais bonitos que o do meu pai.
- c. [A música delas] são muito boas.
- d. [O cachorro deles] sumiram.

Uma proposta baseada em movimento em LF com base no comportamento de pronomes não encontra respaldo empírico em nossa língua. Ainda que a proposta de Den Dikken (2001) seja plausível e trate da sintaxe interna ao DP, ela não abarca os dados do PB, que, a partir do que se observa em (12), admite a concordância plural do verbo com sujeitos complexos com modificador pronominal.

Considerando a impossibilidade de explicarmos o fenômeno do PB sob essa ótica, seguimos adiante em busca de uma outra proposta de análise que explique o problema que motivou esta tese.

### **4.3 A proposta de Kayne (2000)**

Uma outra proposta que parece nos abrir um caminho de análise para o fenômeno por vezes chamado de concordância por atração, e que nos parece uma análise plausível para o PB, é a de Kayne (2000), segundo a qual complementizadores preposicionados, preposições e complementizadores em geral são introduzidos acima do VP ao invés de concatenados diretamente com seus complementos, conforme ilustra o exemplo (14), em que “of” entra na derivação após “John’s friends”.



13. friends of John's  
'amigos de John'
14. friends<sub>i</sub> [of [John's t<sub>i</sub>]  
'amigos de John'

Kayne (2000) estende essa análise também para o “de” do francês e o “di” do italiano em sentenças com infinitivos.

15. *Jean a essayé de chanter.*  
John has tried de sing.-inf
16. *Gianni ha tentato di cantare.*  
John has tried di sing.-inf

O autor sugere que a visão tradicional que assume que “de/di” formam um constituinte junto com o infinitivo não está correta, e propõe que a derivação de (15) e (16) envolve mais movimento sintático do que geralmente se supõe.

Segundo o autor, os complementizadores “de/di” entram na derivação depois do VP já formado (fr.: *essayé chanter*; it.: *tentato cantare*), ou seja, não são concatenados diretamente com o IP infinitivo ao qual estão associados. O autor assume que a relação entre complementizador e IP é estabelecida preferencialmente por movimento (atração).

Para Kayne (2000), o inglês tem um traço +w (uma forma mnemônica para “word order” – ordem de palavras) que deve ser checado em sintaxe aberta por outro núcleo. Consequentemente, deve haver um núcleo logo acima dele para o qual possa ser atraído. O autor chama esse núcleo abstrato de W. Para ele, W é abstrato no sentido de que não é um dos núcleos funcionais já conhecidos como T (Kayne, 2000, p. 239).

Considerando a análise para os dados em (14), (15) e (16), o autor admite que seria natural estendê-la para o caso em (17).

17. a picture of John

Aplicando a análise de (14) para (17), ainda que “of” geralmente seja tido como licenciador de Caso de John, John não parece estar em Spec,*of*, conforme Kayne (2000, p. 315). Isso é resolvido ao se admitir que “of” entra em duas operações de atração. Dessa forma, a derivação ocorre como em (18).

18. John a picture → merge de *of*  
of [John a picture] → atração do possuidor para Spec,*of*  
John<sub>i</sub> of [ t<sub>i</sub> a picture] → merge de W e alçamento de *of* para W  
of<sub>j</sub> + W John<sub>i</sub> t<sub>j</sub> [t<sub>i</sub> a picture] → atração para Spec,W  
[t<sub>i</sub> a picture]<sub>k</sub> of<sub>j</sub> + W John<sub>i</sub> t<sub>j</sub> t<sub>k</sub>

Importa esclarecer que o sintagma movido para Spec,*of* + W é um constituinte semelhante a uma *small-clause*, [t<sub>i</sub> a picture], e não um VP, como nos exemplos (15) e (16). Kayne (2000, p. 324) destaca, em nota, que é possível que a estrutura interna desse constituinte seja [a picture t<sub>i</sub>], e que esse constituinte tenha um núcleo foneticamente não realizado que não está indicado.

Ainda que o autor não discorra sobre os detalhes que envolvem a implementação completa dessa proposta, em especial quando se trata de DPs de número diferente e de concordância parcial, consideramos que essa análise pode contribuir para nosso estudo da concordância com sujeitos complexos no PB. Conforme discutido por Danon (2011), pesquisas sobre a estrutura interna de DPs geralmente não envolvem considerações de processos que ocorrem acima do nível do DP, o que deixa muitas questões em aberto.

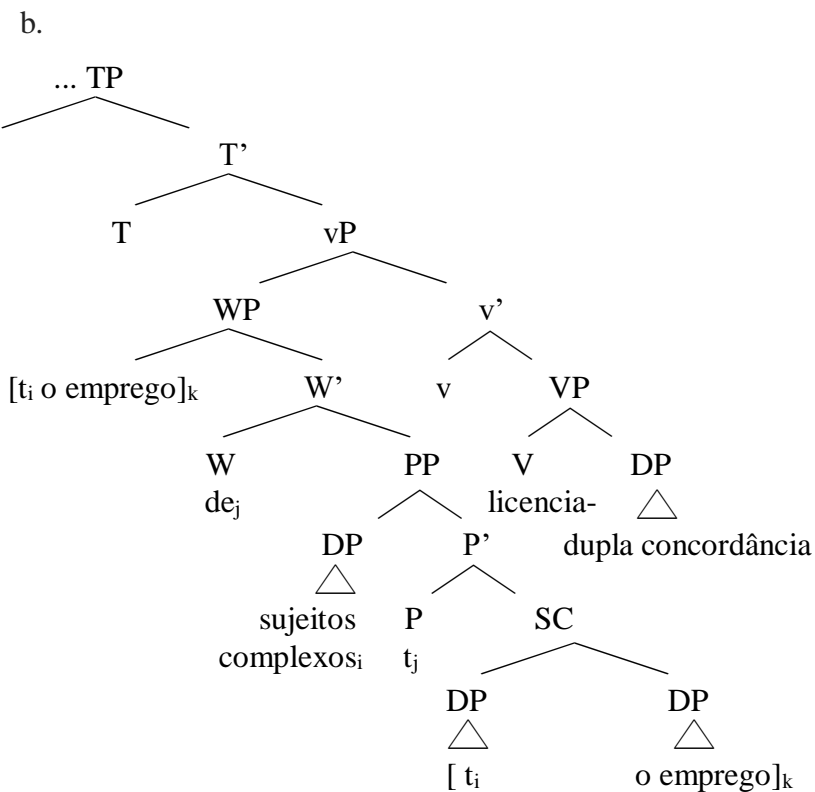
Um aspecto atraente na proposta de Kayne (2000) é a ideia de que o DP complexo seja formado como uma *small-clause*, o que parece captar a relação de predicação existente entre os constituintes que compõem os sujeitos complexos em questão nesta tese, bem como a posição inicial do DP<sub>2</sub>, que está mais alto na estrutura hierárquica (considerando-se a ordem [John a picture]), o que torna tal DP (que, no nosso caso, é plural) mais acessível à sonda T, quando do estabelecimento de Agree.

Dessa forma, nas sentenças com sujeitos complexos em questão, admitindo-se que o sintagma mais próximo hierarquicamente do verbo seja plural, teríamos uma solução para a possibilidade do uso do plural na forma verbal ainda que o núcleo do sujeito seja singular.

19. ‘O cabo das plantas’  
 as plantas o cabo → merge de *de*  
 de [as plantas o cabo] → atração do possuidor para Spec,*de*  
 as plantas<sub>i</sub> de [ t<sub>i</sub> o cabo ] → merge de W e alçamento de *de* para W  
 de<sub>j</sub> + W as plantas<sub>i</sub> t<sub>j</sub> [t<sub>i</sub> o cabo] → atração para Spec,W  
 [t<sub>i</sub> o cabo]<sub>k</sub> de<sub>j</sub> + W as plantas<sub>i</sub> t<sub>j</sub> t<sub>k</sub>

A implementação da derivação completa das sentenças com sujeitos complexos e concordância plural, entretanto, coloca algumas dificuldades relativas, por exemplo, à localização do núcleo W no domínio nominal e ao movimento da “*small-clause*” sujeito, incluindo o vestígio do DP2. Uma derivação parcial da sentença (20a), sob a abordagem de Kayne (2000), pode ser observada em (20b).

20. a. O emprego de sujeitos complexos licenciam dupla concordância.



Inicialmente, no domínio nominal, os sintagmas “sujeitos complexos” e “o emprego” são concatenados formando uma *small clause* (SC), à qual será concatenada a preposição “de”. Em seguida, o DP “sujeitos complexos” move-se para o Spec,PP por atração, de acordo com Kayne (2000), passo que é sucedido pelo movimento da preposição para o núcleo W.

O constituinte formado pelo vestígio do DP plural “sujeitos complexos” e pelo DP “o emprego” é, então, atraído pelo Spec,WP, produzindo a ordem do sintagma que será encaminhado para *Spell-out* antes do fim da fase forte: “o emprego de sujeitos complexos”. Como o sintagma sujeito ainda está com o traço de Caso não valorado, uma vez que as operações que ocorreram no domínio nominal não foram capazes de valorar tal traço, ele torna-se ativo para a sonda T, que tem seus traços- $\phi$  valorados e valora o traço do sintagma sujeito como Nominativo. O traço de número de T é valorado como plural, em virtude do traço de número do vestígio do DP plural “sujeitos complexos”. Tal análise consiste numa possibilidade de explicação da concordância plural com sujeitos complexos formados por núcleo singular e modificador plural.

De acordo com essa proposta, a concordância canônica seria explicada com base no movimento apenas do DP “o emprego” para o Spec,WP. Nesse caso, o traço de número singular do DP valoraria o traço de T, fazendo com que o verbo fosse flexionado no singular.

A decisão de movimentar apenas o DP ou todo o constituinte [ $t_i$  o emprego] decorreria de aspectos semânticos relacionados à leitura do sujeito. Quando o sujeito for *single token*, apenas o DP singular é movimentado, o que acarreta a concordância singular. No caso de o sujeito ser *multiple token*, é movimentado todo o constituinte, que é formado pelo vestígio do DP plural mais o DP singular, [ $t_i$  o emprego], o que implica a concordância plural em virtude do traço de número plural do vestígio.

Ainda que, à primeira vista, a proposta delineada possa ser plausível, há detalhes que acabam inviabilizando sua implementação num quadro teórico que se pretende minimalista. A vantagem inicial apresentada de se ter o DP2 mais alto na estrutura determinando a marcação de plural do verbo não pode ser considerada se a existência do núcleo W for admitida. Voltando à estrutura arbórea de (20), é possível observar que Merge de W altera a ordem dos constituintes, o que nos leva de volta ao nosso problema de pesquisa: como a sonda T consegue “enxergar” um alvo, com número plural, fora do seu domínio de busca?

A suposição de que o movimento de todo o constituinte contendo o vestígio do DP plural e a conseqüente assunção de que o vestígio carrega a informação de número deixada pelo seu sintagma, bem como a proposição de que ora o constituinte se move como um todo, ora só parte dele é movido, consistem em recursos de uma engenharia que não parece

econômica, o que acaba tornando a análise estipulatória. Além disso, assumir que o PB possui o núcleo W traria consequências a diversas análises formais já constituídas no âmbito da linguística brasileira. Dessa forma, abandonamos essa hipótese apesar de considerar que ela apresenta mais aspectos positivos do que negativos. Seguimos, então, nosso percurso em busca da análise mais adequada para a dupla possibilidade de concordância com sujeitos complexos. Nesse sentido, o estudo de Den Dikken (2006) sobre estruturas de predicação parece nos abrir um horizonte.

#### **4.4 Estrutura de predicação mediada pelo núcleo *Relator***

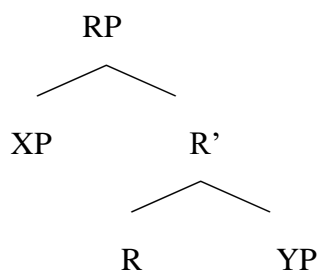
Den Dikken (2006), em seu estudo sobre a predicação, defende que, na sintaxe das línguas naturais, há elementos sem carga semântica que desempenham um papel essencial no estabelecimento e na manipulação sintática das relações de predicação. Esses elementos são nomeados pelo autor de *relators* e *linkers*.

O *relator* estabelece a relação entre um predicado e seu sujeito em estruturas de predicação e é originado no núcleo funcional de *small clauses*, chamado de núcleo *Relator*. O *Relator* tem a função de mediar a relação entre o predicado e seu sujeito na estrutura sintática, tomando-os como seus dependentes. Já o *linker* resulta de restrições sintáticas impostas pelo processo de inversão do predicado em relação ao seu sujeito. Não nos deteremos na apresentação desse elemento por estar além do escopo desta tese.

Den Dikken (2006) compreende o termo predicado como o constituinte sintático que denota a propriedade atribuída ao sujeito, o que se assemelha ao predicado gramatical aristotélico (*kategorouímenon*). Já o termo sujeito é compreendido como o constituinte sintático do qual o predicado predica, e não pode ser igualado à noção de argumento externo. Essa noção é muito importante para a definição da estrutura a ser adotada para as construções em foco nesta tese, uma vez que há duas estruturas de predicação sugeridas por Den Dikken (2006), como veremos mais adiante.

A hipótese central do estudo de Den Dikken (2006) é a de que toda relação de predicação é representada sintaticamente com base em uma estrutura (apresentada em (21)) na qual os constituintes que denotam o sujeito e o predicado são dependentes de um *Relator* (R) que estabelece a relação entre esses dois constituintes (2006, p. 11).

## 21. Configuração sintática da predicação



Segundo a estrutura sintática apresentada por Den Dikken (2006), toda relação de predicação é mediada por um *Relator*, um conectivo funcional abstrato, que pode não ser realizado foneticamente ou pode ser representado, entre outros elementos, por uma cópula (cf. 22), por uma preposição (cf. 23) ou até mesmo por T (cf. 24)<sup>20</sup>.

22. The Earth must **be** round.

23. They take him **for** a fool.

24. a. John walks.

b. [<sub>RP</sub> [<sub>NP</sub> *John*] [<sub>R'</sub> **Relator** = **T** [<sub>VP</sub> *walk*]]]

A proposta de Den Dikken (2006) não postula que haja cópulas abstratas para todas as sentenças não copulares, diferentemente de outras propostas (cf. Arnauld e Lancelot, 1660), o que, sem dúvida, é uma vantagem no que tange à adequação explicativa e aos princípios do Programa Minimalista.

Uma observação que deve ser feita é que, quando o autor trata de relações de predicação, não se deve considerar apenas a predicação geralmente conhecida nas estruturas de sujeito-predicado. Segundo o autor, há uma variedade de formas em que a estrutura sujeito-predicado ocorre. Algumas são oracionais e incluem tempo e são chamadas de predicação primária, conforme (24) acima, e outras ocorrem em contextos sem tempo – as denominadas predicações secundárias, que podem aparecer, por exemplo, como o complemento de verbos epistêmicos, como o trecho em destaque no exemplo abaixo.

---

<sup>20</sup> Para Den Dikken (2006, p. 15), “the relator in the structure of predicational relationships [...] is an abstract functional head – not a novel lexical category, not even a specific functional element (like T or D or some such), but a placeholder for any functional head in the structure that mediates a predication relation between two terms [...]”.

25. João considera Maria inteligente.

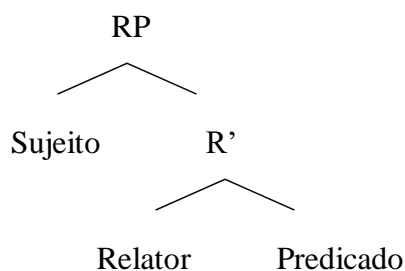
Quanto à localidade da predicação, Den Dikken (2006, p. 12) estabelece que o *Relator* deve acomodar o predicado e o sujeito em seu domínio mínimo<sup>21</sup>, como definido em (26), diferentemente da proposta clássica de Williams (1980), na qual a predicação era estabelecida via c-comando mútuo e podia ser realizada numa estrutura ternária (e, portanto, não assimétrica).

26. Localidade da predicação: o Relator acomoda o predicado e o sujeito em seu Domínio Mínimo.

Assumindo tal pressuposto sobre a localidade da predicação, a hipótese de Den Dikken (2006) não prioriza a direcionalidade nas relações de predicação. Ainda que essas relações na sintaxe sejam configuracionais, em conformidade com (21), a proposta apresentada considera as relações de predicação fundamentalmente como não direcionais e assimétricas, do que decorre a possibilidade de duas estruturas diferentes, a depender da posição em que o predicado é gerado/concatenado:

27.

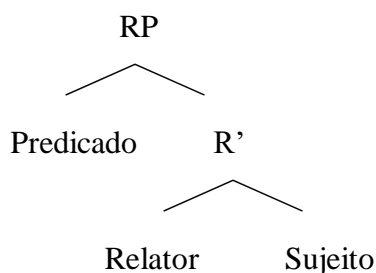
a. **Estrutura predicado-complemento**



---

<sup>21</sup> A noção de Domínio Mínimo de um núcleo é definida com base em Chomsky (1995) e é considerada como o conjunto de nós que compõem a posição do complemento e o especificador desse núcleo.

## b. Estrutura predicado-especificador



Den Dikken (2006) considera que (27a) é a estrutura de predicção mais conhecida e a denomina de predicção canônica ou direta. Já (27b) é a estrutura de predicção reversa (*reverse predication*), o que ele diferencia de construções de predicção inversa (*inverse predication*), nas quais o predicado não é gerado na posição de especificador, como em (27b), mas assume tal posição após uma operação de movimento.

A estrutura de predicção reversa (ou estrutura predicado-especificador) é menos familiar, mas, de acordo com o pesquisador, desempenha um importante papel na sintaxe da predicção nominal, adjetival e adverbial.

No que tange ao alcance das estruturas de predicção propostas, o autor afirma que “relações de predicção não são, de forma alguma, privilégio ou prerrogativa de orações, podendo acontecer também no domínio nominal” (Den Dikken, 2006, p. 162), como nos casos dos Sintagmas Nominais Qualitativos Binominais (*Qualitative Binominal Noun Phrases – QBNP*) ilustrados abaixo<sup>22</sup>:

28. a. *a jewel of a village*

‘uma joia de uma vila’

b. *an idiot of a doctor*

‘um idiota de um médico’

A proposta de Den Dikken (2006) para a sintaxe da predicção é muito abrangente e abarca uma base empírica bastante diversificada e, embora o autor não tenha tratado nesse estudo de construções equivalentes às investigadas aqui, nos pareceu razoável tentar

---

<sup>22</sup> Sobre análise de expressões qualitativas como essas, ver Foltran & Nóbrega, 2016.



estender sua proposta para as estruturas com sujeitos complexos em análise nesta tese, uma vez que, em virtude das características sintáticas e semânticas dessas estruturas, se pode admitir haver uma relação de predicação<sup>23</sup> entre os termos nominais que as constituem, mediada pelo conectivo “de”, que seria a lexicalização do *Relator* nesse contexto<sup>24</sup>.

Vejamos os exemplos:

29. a. [O **cabo** das plantas] são verdes.  
b. [A **forma** das palavras] estão fixadas na língua.  
c. [O **resultado** das provas] não foram divulgados ainda.  
d. [A **escolha** dos pratos] não foram as melhores.  
e. [A **utilização** das plantas] são para curar doenças.  
f. [A **grama** dos vizinhos] são sempre mais verdes do que a nossa.  
g. [A **política** de bagagem das companhias aéreas] são bem rígidas.  
h. [A **descrição** dos cargos] não são tão complexos assim.  
i. [A **compra** das passagens] não apareceram pra mim.  
j. [O **homem** das cavernas] viviam em sociedade.

Retomando as definições de que o predicado é o constituinte sintático que denota a propriedade atribuída ao sujeito, o qual, por sua vez, é o constituinte sintático do qual o predicado predica, é possível afirmar que, nos sujeitos das sentenças acima, considerando a hipótese de Den Dikken (2006), o DP1 seria o predicado e o DP2, o sujeito.

Vale ressaltar que a noção de sujeito adotada pelo autor não corresponde ao que tradicionalmente se reconhece como sujeito gramatical no sentido de ser o constituinte que está na posição de sujeito da sentença. Para ele, em um sintagma como *a beautiful flower*, o nome *flower* é o sujeito de *beautiful*, mesmo não sendo um sujeito gramatical (Den Dikken, 2006, p. 10).

---

<sup>23</sup> Andrew Nevins (c.p.) observou que as estruturas em estudo parecem não se enquadrar no tipo tradicional de estruturas de predicação. No entanto, devido ao fato de não ser possível explicar as propriedades das estruturas com sujeitos complexos e concordância plural tomando por base as estruturas tradicionais de adjunção ou complementação, optamos por manter a estrutura proposta por Den Dikken (2006) uma vez que ela se mostra como a mais apropriada e capaz de captar as propriedades sintáticas e semânticas das construções em análise nesta tese. Heloisa Salles (c.p.) chamou a atenção para o fato de que a relação de predicação observada não é atributiva, mas sim de predicação de entidades. Essa intuição será refinada em trabalhos futuros.

<sup>24</sup> Andrade & Galves (2014) adotam o mesmo tipo de estrutura para construções de tópico sujeito no PB.

Nesse sentido, em (29a), por exemplo, pode-se considerar ‘as plantas’ como o sujeito e ‘o cabo’ como o predicado do sintagma complexo [o cabo das plantas]. Nos demais exemplos, também é possível observar que os DPs2 configuram-se como o sujeito da estrutura e os DPs1 equivalem aos predicados. Retornando aos dados, podemos notar que, de fato, o sujeito é o constituinte sintático do qual o predicado predica, o que parece estar relacionado à noção de precedência ontológica, já mencionada no capítulo 2.

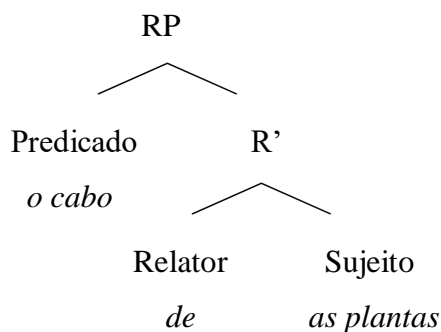
E por que não assumir o inverso com relação a (29a), isto é, admitir ‘o cabo’ como o sujeito e ‘as plantas’ como o predicado?

“Plantas” não denota uma propriedade atribuída a “cabo”, mas o oposto é verdadeiro: “cabo” remete a uma propriedade de “plantas”, uma característica. “Plantas” é o elemento que dá substância semântica ao sintagma e que a partir do qual se estabelece a relação com o predicado “cabo”. A existência de “plantas” precede a de “cabo”. Tal constituinte é a essência de todo o sintagma, elemento do qual não se pode prescindir, como se observa nos demais dados em (29).

Embora os termos em negrito em (29) sejam tradicionalmente classificados como núcleos do sujeito, ou seja, os elementos mais importantes do sujeito, os quais definem a concordância com o verbo, são os termos sublinhados que seriam, na proposta de Den Dikken (2006), o sujeito do sintagma complexo.

Dessa forma, temos, então, um sintagma com a ordem linear predicado-*Relator*-sujeito, que é compatível com a estrutura predicado-especificador proposta por Den Dikken (2006) e também com a propriedade de precedência ontológica.

### 30. Estrutura predicado-especificador



Adotando essa estrutura, devemos passar para a análise relativa à concordância plural nas construções com sujeitos complexos. No entanto, antes de iniciar a análise propriamente dita, é necessário apresentar aqui as noções de equidistância e domínio mínimo, essenciais para a discussão a ser empreendida.

A noção de domínio mínimo capta as configurações que permitem o estabelecimento de relações temáticas, bem como de relações de checagem/valoração de traços e de modificação, com projeções de um determinado núcleo.

31. *Domínio Mínimo*: O domínio mínimo de  $\alpha$  é o conjunto de categorias imediatamente contidas<sup>25</sup> ou imediatamente dominadas<sup>26</sup> por projeções do núcleo  $\alpha$ , excluindo projeções de  $\alpha$ . (Hornstein, Nunes & Grohmann, 2005, p. 149)

Já a noção de equidistância desenvolvida nos estudos minimalistas (Chomsky, 1993, 1995; Hornstein, Nunes & Grohmann, 2005), além de estar vinculada à ideia de Domínio Mínimo, relaciona-se também com os efeitos da condição de minimalidade, que estabelece que movimentos devem ser tão curtos quanto possíveis. Ou seja, o movimento necessário para atender a alguma demanda de uma projeção mais alta deve ser realizado pelo elemento mais próximo que, em princípio, pode atender a esse requisito.

32. *Equidistância*: Se duas posições  $\alpha$  e  $\beta$  estão no mesmo Domínio Mínimo, elas são equidistantes de qualquer outra posição. (Hornstein, Nunes & Grohmann, 2005, p. 163)

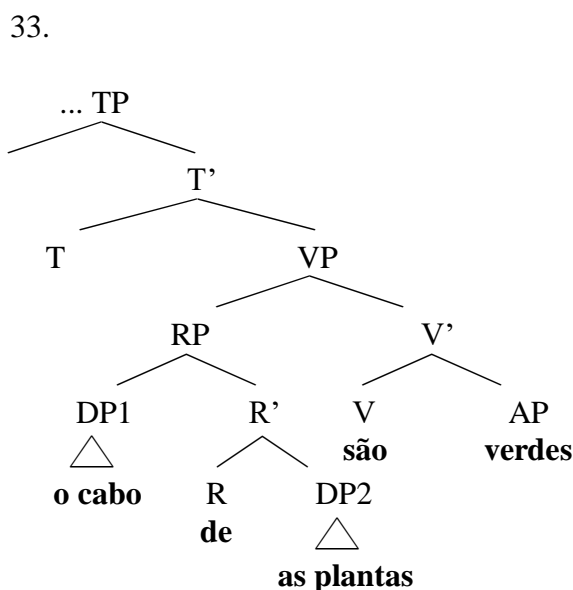
Para formular a proposta de análise, convém relembrar que o problema que motivou esta tese é o fato de construções com sujeitos complexos com DPs de números diferentes (mais especificamente DP1 singular e DP2 plural) ocorrerem com o verbo flexionado no plural, concordando com o DP2, ao invés de concordar com o DP1, tradicionalmente

---

<sup>25</sup> Relação de Continência: Uma categoria  $\alpha$  contém  $\beta$  sse algum segmento de  $\alpha$  domina  $\beta$  (Hornstein, Nunes & Grohmann, 2005, p. 148).

<sup>26</sup> Relação de Dominância: Uma categoria  $\alpha$  domina  $\beta$  sse todo segmento de  $\alpha$  domina  $\beta$  (Hornstein, Nunes & Grohmann, 2005, p. 148).

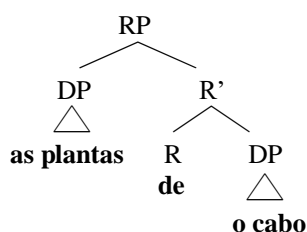
considerado como o núcleo do sintagma. A estrutura a seguir, que adota a proposta de Den Dikken (2006), ilustra o fenômeno (ainda de modo sintético):



Conforme já mencionado, com base em Agree (Chomsky, 1995, 1999), a formalização da concordância com o DP2 é inviável em decorrência da propriedade do periscópio, induzida pelo princípio da endocentricidade, segundo a qual a concordância sujeito-predicado pode olhar para o NP sujeito e ver apenas seu núcleo, mas nada mais (Hornstein, Nunes & Grohmann, 2005, p. 178).

Entretanto, assumindo a estrutura predicado-especificador de Den Dikken (2006) para o tipo de sujeito complexo em análise nesta tese, esse problema não mais se coloca, uma vez que os elementos nominais que compõem o RP (*Relator Phrase*) estão no mesmo domínio mínimo e estão equidistantes da sonda T, o que permite que haja concordância com qualquer um deles, ou seja, com o DP1 (singular) ou com o DP2 (plural)<sup>27</sup>.

<sup>27</sup> Caso optássemos por adotar a estrutura predicado-complemento, na qual o sujeito está na posição de especificador do RP e o predicado na posição de complemento, teríamos um problema relativo à linearização do RP sujeito da sentença. Não é possível obter a ordem linear desejada sem lançar mão de outros artifícios formais para tal:



Embora a representação arbórea em (33) pareça revelar uma proximidade maior do DP1 com T, a noção de Domínio Mínimo tem o efeito de “esticar” as estruturas, tornando-as equidistantes de um dado núcleo (nesse caso, de T), o que não acarreta violação de minimalidade.

A adoção dessa hipótese permite explicar a dupla possibilidade de concordância com sujeitos complexos como em (29). A concordância singular ocorre quando o DP1 funciona como alvo para a sonda T, valorando seu traço de número e fazendo com que o verbo seja flexionado no singular. Quando a relação é estabelecida entre T e o DP2 (plural), a concordância plural se manifesta e, conseqüentemente, leva a uma leitura *multiple token*.

Considerando a sentença (29a), repetida abaixo acompanhada da sua versão com concordância canônica, observamos que a leitura *multiple token* permite a referência a vários cabos de plantas.

34. a. [O cabo das plantas] são verdes.  
b. [O cabo das plantas] é verde.

A produção dessa sentença, inclusive, se deu no momento em que a pesquisadora e sua filha pintavam um livro de colorir, com figuras de diversas plantas, e a criança produziu a oração dada, escolhendo a cor que deveria ser usada para colorir o cabo das plantas.

É possível supor que o PB tivesse (e ainda tenha, para muitos falantes) as duas leituras (*single* e *multiple token*) para sentenças como (34b) e que, de modo inovador, a concordância plural passou a marcar a leitura *multiple token*.

Nesse sentido, podemos admitir que sentenças como (34b) são ambíguas, pois podem ter também uma leitura *multiple token*, ainda que o verbo seja flexionado no singular. No entanto, quando o verbo encontra-se no plural, defendemos que a interpretação está restrita a uma leitura *multiple token*. Ou seja, a novidade no PB seria o fato de a leitura *multiple token* licenciar a concordância plural com o verbo<sup>28</sup>.

---

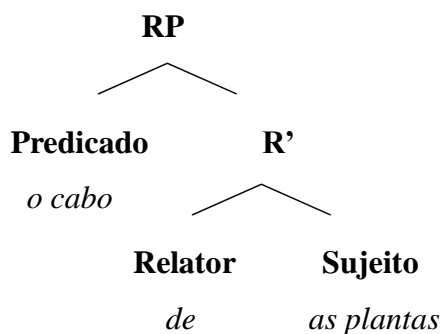
<sup>28</sup> Estudos experimentais para confirmar nossa hipótese mostram-se como uma possibilidade de trabalho futuro. Nesse caso, seria relevante contrastar a intuição de falantes jovens e idosos, preferencialmente sem instrução escolar, para verificar se, de fato, a concordância plural está estritamente vinculada à leitura *multiple token*, revelando ser uma inovação da língua no contexto analisado.

Na seção seguinte, apresento, de modo mais detalhado, a formalização do modelo proposto.

#### 4.5 Modelo de análise da dupla concordância com sujeitos complexos sob a perspectiva de um Relator Phrase (RP)

Diante do que foi discutido na seção anterior, assumimos, então, que os sujeitos complexos em análise nesta tese podem constituir uma estrutura de predicação devido à relação estabelecida entre os constituintes nominais (DP1 e DP2) e o conectivo “de” e adotamos a estrutura predicado-especificador proposta por Den Dikken (2006), na qual o núcleo Relator é realizado fonologicamente por “de”, o sujeito da estrutura é o DP2 e o predicado é o DP1, como representado abaixo:

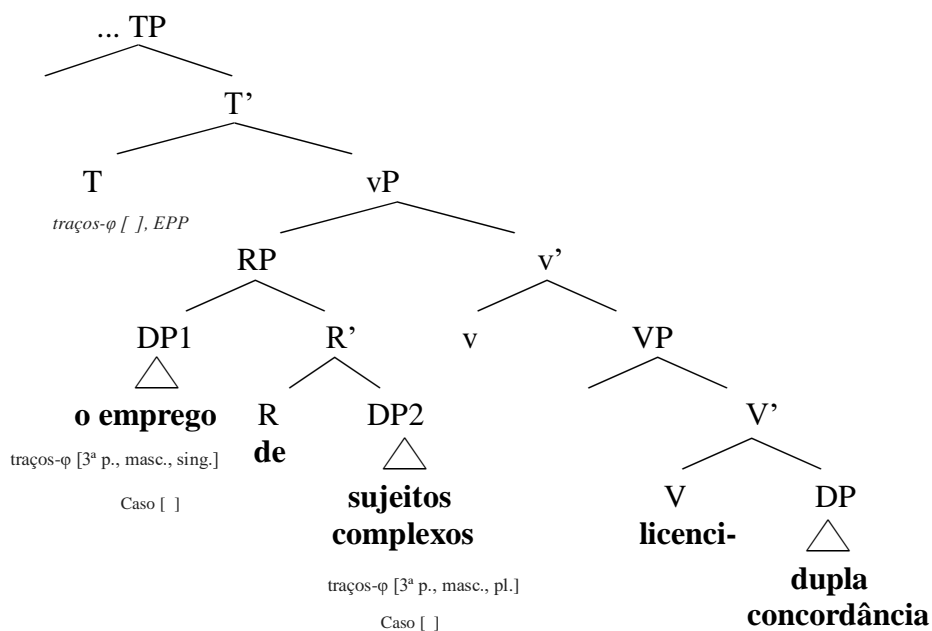
##### 35. Estrutura predicado-especificador



Já a estrutura arbórea da sentença em (36a), com dupla concordância, pode ser ilustrada em (36b), no que diz respeito ao modelo teórico de análise que propomos:

36. a. O emprego de sujeitos complexos licencia(m) dupla concordância.

b.



Após a formação do RP, no qual “de” tem a função apenas de mediar a relação entre o sujeito e o predicado do sintagma, sem valorar traço de Caso de nenhum item lexical, T passa a atuar como sonda em busca da valoração de seus traços-φ. Os DPs que compõem o RP estão ativos por possuírem traço de Caso não interpretável e não valorado. Importa recordar que ambos os DPs estão no domínio de T e são equidistantes dele. Dessa forma, a depender da interpretação desejada da sentença no que diz respeito à leitura atribuída ao sujeito (*single* ou *multiple token*), a operação Agree se estabelecerá com o DP1 ou com o DP2.

Caso o alvo selecionado para valorar os traços-φ da sonda seja o DP1, o traço de número de T será marcado como singular, o que levará à concordância canônica, com a forma verbal “licencia”. Nesse caso, poderemos ter uma leitura *single token*, denotando “o emprego” como um termo genérico.

Caso o alvo selecionado seja o DP2, o traço de número de T é marcado como plural, o que acarretará a forma verbal “licenciam”, levando ao fenômeno conhecido como concordância parcial ou concordância por atração. Nesse caso, evidenciaremos uma leitura *multiple token*, na qual “o emprego” é compreendido como um referente múltiplo, o que dá a ideia de pluralidade à sentença.

Independentemente de qual DP tenha sido selecionado como alvo, a sonda T valoriza o traço de Caso do seu alvo como nominativo. O DP preterido terá seu traço de Caso

valorado por compartilhamento de traços com o DP completo, uma vez que assumimos a proposta de Agree como compartilhamento de traços, com base em Frampton & Gutman (2006) e Pesetsky & Torrego (2004). De acordo com essa abordagem, Agree como uma operação de compartilhamento de traços é capaz de unificar duas ocorrências de traços em duas instâncias de um objeto formal compartilhado. Dessa forma, os DPs que compõem o sujeito complexo da sentença em questão têm todos os seus traços valorados antes do fim da fase forte (vP) e são enviados para *Spell-Out* sem que haja qualquer problema quanto à linearização.

Uma vez que assumimos a visão de Frampton & Gutman (2006) e Pesetsky & Torrego (2004) de Agree como compartilhamento de traços, a distribuição de traços- $\phi$  interna ao DP torna-se menos problemática no contexto da concordância oracional e, qualquer que seja a hipótese assumida, nosso modelo de análise poderá ser aplicado, inclusive no que se refere à análise de construções partitivas, já que essas também podem conformar-se ao padrão das estruturas de predicação de Den Dikken (2006) formuladas sob a mediação de um núcleo Relator, com seu elemento mais referencial (DP2) ocupando a posição de sujeito e o nome partitivo na posição de predicador da estrutura.

Importa destacar ainda que os dados em (12), repetidos abaixo, corroboram nossa hipótese no que diz respeito à posição dos elementos nominais dentro do RP, uma vez que os pronomes ocupam a posição de sujeito da estrutura predicado-especificador.

37. a. [A identidade deles] devem ser mantidas em segredo.
- b. [O carro deles] são mais bonitos que o do meu pai.
- c. [A música delas] são muito boas.
- d. [O cachorro deles] sumiram.

Nesse sentido, nossa proposta leva vantagem com relação à apresentada por Den Dikken (2001) por ser mais simples e mais abrangente, não precisando lançar mão da estratégia de alçamento de quantificador.

Em suma, a assunção de uma estrutura de predicação para sujeitos complexos (incluindo os partitivos) tal qual a proposta por Den Dikken (2006) revela ter um amplo alcance explicativo e empírico, sobretudo no que tange ao licenciamento, no sistema



computacional, da dupla possibilidade de concordância, que era um problema no âmbito de uma abordagem mais tradicional da teoria. Dessa forma, constata-se que nosso modelo proposto contribui para os propósitos teóricos do minimalismo.

#### 4.6 Síntese do capítulo

Neste capítulo, apresentamos algumas hipóteses de análise das construções com sujeito complexo e concordância variável. Observamos que a ordem linear nas construções com sujeitos complexos não é determinante para a definição do número verbal uma vez que, no âmbito da Teoria Gerativa, é a estrutura hierárquica que deve ser levada em consideração. Vimos também que a análise de Den Dikken (2001), que propõe uma abordagem como movimento em LF com base no comportamento de pronomes nulos e fracos do inglês não pode ser estendida para o PB, tendo em vista dados empíricos do PB com comportamento distinto de dados equivalentes em inglês. Apresentamos uma hipótese inicial, com base na abordagem de Kayne (2000), de que os DPs que compõem os sujeitos complexos formam uma *small-clause* com Merge do conectivo “de” acima desse sintagma, tal como proposto para as infinitivas com *de/di* do francês e do italiano. Em vista do maquinário robusto exigido para a implementação dessa proposta, como a postulação de um núcleo W e de informação de número no vestígio do DP, optamos por abrir mão dessa hipótese. Ao considerarmos as propriedades semânticas e sintáticas observadas no capítulo 2 desta tese, que revelam haver mais que uma relação trivial de adjunção ou complementação entre os DPs que formam os sujeitos complexos, tornou-se necessária a assunção de uma estrutura especial que fosse capaz de captar tais propriedades. Nesse sentido, para explicar formalmente o fenômeno que motivou este estudo, tomamos como ponto de partida a proposta de Den Dikken (2006) para as estruturas de predicação, na qual a relação entre dois sintagmas nominais é mediada por um núcleo Relator, realizado, nas construções em análise, pelo conectivo “de”. Assumimos que a dupla possibilidade de concordância decorre da configuração estrutural do Sintagma Relator (RP), no qual o DP1 e o DP2 são equidistantes da sonda T, e que a concordância parcial, emergindo como uma inovação da língua, implica uma leitura *multiple token*. Assumimos ainda a operação Agree como compartilhamento de traços, seguindo a visão de Frampton & Gutman (2006) e Pesetsky & Torrego (2004), a fim de explicar a valoração do traço de Caso do DP que foi preterido quando da sondagem com T. Por fim, discorreremos sobre as vantagens da adoção

do modelo proposto, o qual pode ser estendido também à análise das construções partitivas no PB.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O fenômeno que motivou este trabalho de pesquisa é a dupla possibilidade de concordância com sujeitos complexos de núcleo singular seguido de modificador plural, exemplificado nas sentenças abaixo.

- 1 a. [O endereço das vítimas] **caiu/caíram** em mãos erradas.
- b. [A nota dos alunos] **foi/foram** péssima(s).
- c. [A utilização das plantas] **é/são** para curar doenças.
- d. [A grama dos vizinhos] **é/são** sempre mais verde(s) do que a nossa.
- e. [A política de bagagem das companhias aéreas] **é/são** bem rígidas.
- f. [A compra das passagens] não **apareceu/apareceram** pra mim.
- g. [O homem das cavernas] **vivia/viviam** em sociedade.

Nosso objetivo principal consistiu em investigar, sob a perspectiva da Teoria Gerativa – com base nos desenvolvimentos mais recentes do Programa Minimalista (Chomsky, 1995, 1999, 2000, 2001) –, o fenômeno em questão a fim de avaliar o modo como ocorre, no sistema computacional, o licenciamento sintático da concordância plural com sujeitos complexos, uma vez que a concordância canônica com esse tipo de sujeito não constituía um problema teórico.

A presente tese foi dividida em quatro capítulos, introduzidos, inicialmente, pela apresentação do problema de pesquisa e pela breve discussão acerca da falta de consenso teórico sobre o tema no âmbito de diversas áreas da linguística.

No primeiro capítulo, discutimos a impossibilidade de a operação Agree (cf. Chomsky, 1995, 1999) licenciar a concordância plural com sujeitos complexos, mostrando que os mecanismos formais do minimalismo não são capazes de explicar tal fenômeno em virtude da configuração estrutural do DP2 (encaixado em um PP) e do princípio da endocentricidade. Em seguida, apresentamos o estado da arte acerca da pesquisa sobre a concordância com sujeitos complexos, com base em estudos prévios sobre o tema. Apresentamos a análise sociolinguística de Scherre & Naro (2014), que leva em conta não uma posição sintática específica no controle da concordância verbal, mas os traços dos elementos que compõem o sujeito, em especial, o traço referencial. Na sequência, apresentamos a proposta de Rodrigues (2005, 2006), no âmbito da Psicolinguística, que trata do fenômeno aqui discutido como erro de atração decorrente de fatores sintáticos e

semânticos. Trazemos também a análise de Bock & Miller (1991) para o fenômeno da concordância variável com sujeitos complexos no inglês e a discussão sobre sua proposta fonológica, a qual não pôde ser estendida ao PB. Em seguida, estabelecemos uma distinção entre as construções com sujeitos complexos e as construções partitivas e pseudopartitivas, apresentando, para isso, as análises de Cerqueira (2009) para as construções partitivas no PB e de Demonte & Jimenéz (manuscrito) para as construções partitivas e pseudopartitivas no espanhol, a fim de verificar se tais análises poderiam ser estendidas para o fenômeno da concordância plural com sujeitos complexos de núcleo singular no PB. Embora essas propostas tenham lançado luz sobre a importância da composição de traços dos nomes que compõem tais estruturas, elas não contribuíram diretamente para a análise formal do fenômeno da dupla concordância com sujeitos complexos por se basearem exclusivamente na especificidade dos nomes partitivos.

No segundo capítulo, apresentamos uma análise descritiva das construções com sujeitos complexos no PB, considerando suas propriedades sintáticas e semânticas relevantes para o licenciamento sintático da dupla concordância. Foram realizados testes em que consideramos os seguintes aspectos: i) tipo de núcleo; ii) emprego e tipos de determinantes; iii) referencialidade e grau de concretude dos DPs; iv) adjacência linear entre o DP encaixado e o verbo; v) modificação dos DPs; vi) relação de posse entre os DPs; vii) *status* argumental; viii) precedência ontológica; ix) leitura *single token* X leitura *multiple token*. Depois dessa verificação, testamos as leituras *single* e *multiple token* com alguns dos aspectos já avaliados para avaliar sua relevância no que se refere à determinação da concordância plural com sujeitos complexos, o que foi atestado. A base empírica deste capítulo foi composta por dados reais da língua escrita, na modalidade formal, bem como da língua oral, na modalidade formal e coloquial. Também compuseram o *corpus* dados de base intuitiva, os quais passaram por testes informais de aceitabilidade por outros falantes.

No terceiro capítulo, apresentamos diferentes estudos acerca do tratamento da distribuição dos traços internos ao DP, bem como apresentamos visões distintas para a abordagem tradicional da operação Agree formulada por Chomsky (1995, 1999), no intuito de avaliar algumas possibilidades teóricas que poderiam servir de fundamento para a elaboração do nosso modelo de análise da dupla concordância com sujeitos complexos. Discorreremos sobre os mecanismos de concordância propostos por Chomsky (1995, 1999) e Magalhães (2004), a qual propõe que se adote uma única operação de concordância para os domínios nominal e oracional. Apresentamos também a proposta de que número

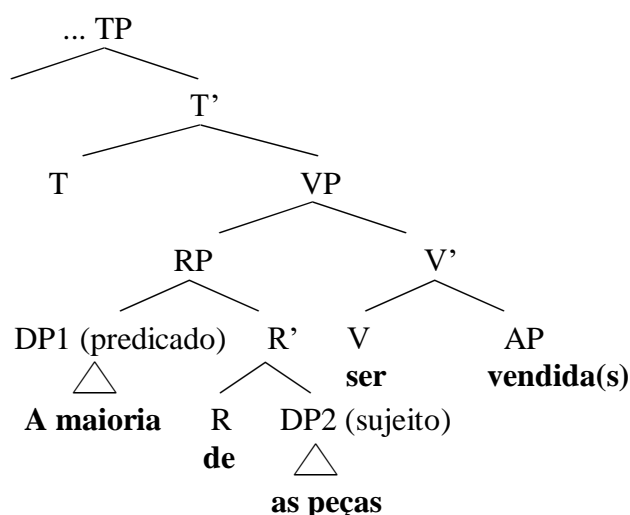
constitui um núcleo nominal independente no domínio do DP (cf. Augusto, Ferrari Neto e Corrêa, 2006) por considerar que tal abordagem pudesse ser relevante na formulação de nossa hipótese de trabalho. E, finalmente, apresentamos a proposta de Danon (2011) sobre a distribuição de traços interna ao DP, que assume a hipótese da *completude- $\phi$  relativizada*, de acordo com a qual uma operação Agree leva a um compartilhamento de traços somente se o alvo se combinar com todos os traços- $\phi$  não valorados da sonda. Ele propõe que tal operação de compartilhamento de traços segue as análises de Frampton & Gutman (2006) e Pesetsky & Torrego (2004), abordagem que também foi adotada na formulação do nosso modelo de análise da dupla concordância com sujeitos complexos.

No quarto capítulo, apresentamos algumas análises e discussões teóricas acerca de sujeitos complexos, as quais nos guiaram para a elaboração do nosso modelo de análise para a dupla concordância com sujeitos complexos no PB. Para chegarmos à solução formal para nosso problema de pesquisa, discutimos inicialmente a questão da ordem linear e da estrutura hierárquica das construções investigadas, o que tem gerado muita controvérsia nos estudos linguísticos sobre o tema. Em seguida, vimos que a análise de Den Dikken (2001), que propõe uma abordagem como movimento em LF com base no comportamento de pronomes nulos e fracos do inglês, não pode ser estendida para o nosso fenômeno, tendo em vista o comportamento dos dados do PB, que permite pronomes na posição do DP2 de sujeitos complexos, o que é bloqueado no inglês. Apresentamos ainda uma proposta de análise, baseada na abordagem de Kayne (2000), de que DPs complexos como os investigados aqui são gerados num sintagma semelhante a uma *small-clause* e de que preposições são introduzidas acima desses sintagmas, e não diretamente com seus complementos. Embora tal análise tenha se mostrado atraente, o maquinário robusto exigido para sua implementação, como a postulação de um núcleo W e a informação de número carregada pelo vestígio do DP, optamos por abrir mão dessa hipótese. Em vista das especificidades dos sujeitos complexos discutidas no capítulo 2, tais como a precedência ontológica e o tipo de leitura atribuída ao DP1, que parecem exigir uma estrutura especial que dê conta de tais propriedades, adotamos a proposta de Den Dikken (2006) para estruturas de predicação, mais especificamente a estrutura predicado-especificador, nas quais um núcleo *Relator* estabelece a relação entre dois constituintes e é realizado fonologicamente pelo conectivo “de”. Propomos que a dupla possibilidade de concordância verbal decorre da configuração estrutural do Sintagma Relator (RP), em que o DP1 e o DP2 são equidistantes da sonda T. Como uma inovação do PB, a concordância plural implica

uma leitura *multiple token*. Além disso, foi necessário assumir a operação Agree como compartilhamento de traços, seguindo a visão de Frampton & Gutman (2006) e Pesetsky & Torrego (2004), para explicar a valoração do traço de Caso do DP que foi preterido quando da sondagem com T.

Além de cumprir o objetivo central desta tese, nosso modelo proposto também pode ser estendido às construções partitivas, uma vez que tais construções também podem conformar-se ao padrão das estruturas de predicação de Den Dikken (2006) formuladas sob a mediação de um núcleo *Relator*, com seu elemento mais referencial (DP2) ocupando a posição de sujeito e o nome partitivo (núcleo quantificacional) na posição de predicador da estrutura, como mostra o exemplo abaixo.

2. [A **maioria** das peças] **foi/foram** vendida(s).



Nossa análise, com base na estrutura predicação-especificador de Den Dikken (2006), parece captar a noção intuitiva de que o núcleo das construções partitivas é, de fato, o nome mais referencial (o DP2), e não os elementos nominais quantificacionais, como “maioria”.

Além do que já foi exposto, cabe salientar que os objetivos específicos desta tese também foram atingidos. Comparamos as características sintáticas e semânticas entre estruturas com sujeitos complexos e estruturas partitivas e pseudopartitivas, conforme discussão no capítulo 1, identificando suas particularidades. Investigamos e apresentamos

as características sintáticas e semânticas de orações com sujeitos complexos e concordância variável no PB, conforme foi exposto no capítulo 2, o que nos levou a adotar uma estrutura especial de predicação que levasse em conta as propriedades sintáticas e semânticas dessas estruturas. Além disso, observamos que o fenômeno ocorre no Português Europeu, embora seja tratado como agramatical (cf. Peres & Mória, 1995), e também em inglês, conforme as propostas, apresentadas de Bock & Miller (1991) e Den Dikken (2001)<sup>29</sup>. Por fim, elaboramos uma proposta teórica para explicar o fenômeno em questão, tendo como base o Programa Minimalista (1995 e suas versões mais recentes).

Importa destacar ainda que os dados abaixo corroboram nossa hipótese no que diz respeito à posição dos elementos nominais dentro do RP, já que suas características nos levam a crer que os pronomes só podem ocupar a posição de sujeito da estrutura predicado-especificador.

3. a. [A identidade deles] devem ser mantidas em segredo.
- b. [O carro deles] são mais bonitos que o do meu pai.

Nesse sentido, nossa proposta parece mais abrangente do que a apresentada por Den Dikken (2001) para a concordância plural com sujeitos complexos por ser mais simples e não precisar lançar mão da estratégia de alçamento de quantificador.

Para concluir, a assunção de uma estrutura de predicação para sujeitos complexos (incluindo os partitivos), tal qual a postulada por Den Dikken (2006), revela ter um amplo alcance explicativo e empírico, sobretudo no que tange ao licenciamento, no sistema computacional, da dupla possibilidade de concordância, que era um problema no âmbito de uma abordagem mais tradicional da teoria. Dessa forma, constata-se que nossa hipótese contribui para os propósitos teóricos do minimalismo, bem como para a percepção de que um fenômeno tão natural no PB, embora muitas vezes considerado como erro ou como um exemplo de agramaticalidade, é regido por propriedades sintáticas e semânticas específicas que reforçam o fato de que devemos ver a(s) língua(s) como um sistema vivo, capaz de ser

---

<sup>29</sup> Falantes nativos de espanhol da Argentina também atestaram a ocorrência do fenômeno; no entanto, por falta de referências bibliográficas, não incluímos tais dados na nossa análise. Isso ficará como uma perspectiva de trabalho futuro.

inovado de modo surpreendente, e não como uma amarra social ou um instrumento de poder a quem detém o conhecimento de sua modalidade formal.

Para além das considerações teóricas, defendemos que o fenômeno de dupla concordância com sujeitos complexos deve constituir um forte argumento no combate ao preconceito referente a certas escolhas linguísticas, a fim de que alcancemos uma ética linguística em favor de um mundo melhor.

E que [o poder dessas palavras] **atinja(m)** o ensino de língua portuguesa!



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABNEY, S. P. *The English noun phrase in its sentential aspect*. Ph.D. thesis, MIT, Cambridge MA, 1987.
- ALMEIDA, Napoleão Mendes de. *Gramática Metódica da Língua Portuguesa*. São Paulo: Saraiva, 2009.
- ANDERSON, Stephen R. *A-Morphous Morphology*. New York: Cambridge University Press, 1992.
- ANDRADE, A. de, & GALVES, C. A Unified Analysis for Subject Topics in Brazilian Portuguese. *Journal of Portuguese Linguistics*, 13(1), 2014, p. 117–147.
- ARNAULD, Antoine & LANCELOT, Claude. *Grammaire générale et raisonnée*. Port Royal. 1660.
- AUGUSTO, Marina; FERRARI NETO, José; CORRÊA, Letícia M. Sicuro. Explorando o DP: a presença da categoria NumP. *Revista Estudos Linguísticos*. Belo Horizonte, v.14, n. 2, p. 245-275, jun./dez. 2006.
- AVELAR, J. O. Constituintes preposicionados, derivação por fase e critérios de interpretação temática. *Estudos Linguísticos XXXV*, p. 1033-1042, 2006.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BÉJAR, S. *Phi-Syntax: a theory of agreement*. PhD Thesis. University of Toronto, Canada, 2003.
- BOCK, Kathryn & MILLER, Carol A. Broken Agreement. *Cognitive Psychology* 23, p. 45-93. 1991.
- BORER, H. *Structuring Sense. Volume I: In Name Only*. Oxford: Oxford University Press. 2005.
- BORGES NETO, J. O empreendimento gerativo. In.: MUSSALIN, F.; BENTES, A. C. (Orgs). *Introdução à lingüística: fundamentos epistemológicos*. 2. Ed. V. 3 São Paulo: Cortez, 2005.
- BOŠKOVIC, Željko. *The Syntax of Non-Finite Complementation*. Cambridge, MA: MIT Press. 1997.
- CERQUEIRA, Mirian Santos de. *Operação Agree e Construções Partitivas no Português Brasileiro e no Português Europeu*. Tese de doutorado. UFAL. 2009.
- CINQUE, G. On the evidence for partial N-movement in the Romance DP. In: CINQUE, G.; KOSTER, J.; POLLOCK, J.-Y.; RIZZI, L.; ZANUTTINI, R. (Ed.). *Paths towards Universal Grammar*. Washington DC: Georgetown University Press, 1994. p. 85-10.
- CHOMSKY, Noam. *Aspects of the theory of syntax*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1965.
- \_\_\_\_\_ On Binding. *Linguistic Inquiry*. v. 11, n. 1, 1980. p. 1-46.

- \_\_\_\_\_. *Lectures on Government and Binding*. Dordrecht: Foris, 1981.
- \_\_\_\_\_. *Knowledge of language: its nature, origin and use*. New York: Praeger, 1986.
- \_\_\_\_\_. *The Minimalist Program*. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 1995. [O Programa Minimalista. Tradução, Apresentação e Notas à tradução de RAPOSO, Eduardo. Lisboa: Caminho, 1999.].
- \_\_\_\_\_. *Minimalist inquiries: the framework*. *MIT Working Papers in Linguistics*. Cambridge, n. 15, Cambridge, Mass.: The MIT Press, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Derivation by phase*. *MIT Working Papers in Linguistics*, n. 18, Cambridge, Mass.: The MIT Press, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Beyond Explanatory Adequacy*. In: BELLETTI, A. (Ed.). *Structures and Beyond: The Cartography of Syntactic Structure*. Vol. 3. Oxford: Oxford University Press, 2004. pp. 104-131.
- \_\_\_\_\_. *On Phases*. In: FREIDIN, R.; OTERO, C. P.; ZUBIZARRETA, M. L. (Eds.). *Foundational Issues in Linguistic Theory: Essays in Honor of Jean-Roger Vergnaud*. Cambridge, MA: MIT Press, 2008. pp. 133-166.
- CORBETT, Greville G. *Agreement*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
- COSTA, João & FIGUEIREDO SILVA, Maria Cristina. Nominal and verbal agreement in Portuguese. In J. COSTA & M. C. FIGUEIREDO SILVA (ed.). *Studies on Agreement*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2006. 25-46.
- CUNHA, Celso & CINTRA, Lindley. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- DANON, Gabi. *Agreement and DP-Internal Feature Distribution*. *Syntax* 14(4), p. 297-317. 2011.
- DEMONTÉ, Violeta & JIMÉNEZ, Isabel Pérez. *Construcciones partitivas y pseudopartitivas em español: concordancia híbrida y variación em la interfície sintaxis-semântica*. Manuscrito. Disponível em: <[http://www.lineas.cchs.csic.es/lycc/sites/lineas.cchs.csic.es/lycc/files/construcciones\\_partitivas\\_y\\_pseudopartitivas\\_en\\_espanol.pdf](http://www.lineas.cchs.csic.es/lycc/sites/lineas.cchs.csic.es/lycc/files/construcciones_partitivas_y_pseudopartitivas_en_espanol.pdf)>. Acesso em 23 de jun. 2014.
- DEN DIKKEN, Marcel. Plurilinguaries, pronouns and quirky agreement. *The Linguistic Review* 18, p. 19-41, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Relators and linkers: The Syntax of Predication, Predicate Inversion, and Copulas*. Cambridge, MA: MIT Press, 2006.
- DUARTE, Maria Eugênia L. Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no português do Brasil. In I. ROBERTS & M. A. KATO (orgs.). *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1993. p. 107-128.
- \_\_\_\_\_. *A perda do princípio “Evite Pronome” no português brasileiro*. Tese de Doutorado, UNICAMP, Campinas, SP, 1995.

- FOLTRAN & NÓBREGA. Adjetivos intensificadores no Português Brasileiro: propriedades, distribuição e reflexos morfológicos. *Alfa*. São Paulo, 60 (2): 319-340, 2016.
- FRAMPTON, J. & S. GUTMANN. *Agreement is feature sharing*. Northeastern University, ms. 2000.
- GALVES, Charlotte. O enfraquecimento da concordância no português brasileiro. In I. ROBERTS & M. A. KATO (orgs.) *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1993. p. 387-408.
- HAEGEMAN, L. (Ed.). *The New Comparative Syntax*. London, New York: Longman, 1997.
- HEIM, Irene & KRATZER, Angelika. *Semantics in generative grammar*. Oxford: Blackwell. 1998.
- HORNSTEIN, N.; NUNES, J.; GROHMANN, K. *Understanding Minimalism*. New York: Cambridge, 2005.
- KAYNE, Richard. *The Antisymmetry of Syntax*. Cambridge, MA: MIT Press. 1994.
- \_\_\_\_\_. *Parameters and Universals*. New York: Oxford University Press, 2000.
- KENNEDY, Eduardo. *Curso básico de linguística gerativa*. São Paulo: Contexto, 2013.
- LOBATO, Lúcia. A concordância nominal no Português do Brasil à luz da Teoria de Princípios e Parâmetros e da Sociolinguística Variacionista. *DELTA*, 10, 1994, p. 173-212.
- MAGALHÃES, Telma M. V. A valoração de traços de concordância dentro do DP. *DELTA*, 20:1, p. 149-170, 2004.
- MANN, J. W. *Effects of number: Experimental studies of the grammatical atmosphere effect*. Johannesburg: Witwatersrand Univ. Press. 1982.
- MIOTO, C.; SILVA, M. C. F.; LOPES, R. E. V. *Novo Manual de Sintaxe*. 3. ed. Florianópolis: Contexto, 2013.
- MÜLLER, Ana Lúcia. A expressão da genericidade nas línguas naturais. In A. L. MÜLLER, E. V. NEGRÃO & M. J. FOLTRAN (orgs.). *Semântica Formal*. São Paulo: Contexto, 2003. 153-172.
- NARO, Anthony J. & SCHERRE, Maria Marta Pereira. Restrições sintáticas e semânticas no controle da concordância verbal em português. *Fórum Linguístico*, Florianópolis, n. 1, p. 45-71, jul.-dez. 1998.
- PEREIRA, B. K. Exclamatives and interrogatives with ‘ques’: the CP/DP hierarchy and the plural marking in Brazilian Portuguese. *Signótica*, Goiânia, v. 28, n. 2, p. 581-612, jul./dez. 2016.
- PERES, J. A. & MÓIA, T. *Áreas críticas da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho, 1995.
- PESETSKY, D. & TORREGO, E. *The syntax of valuation and the interpretability of features*. MIT/Umass, ms. 2004.

- PICALLO, C. Nominals and nominalization in Catalan. *Probus* 3 (3), p. 279-316, 1991.
- QUIRK, R.; GREENBAUM, S.; LEECH, G. & SVARTVIK, J. *A Grammar of Contemporary English*. England: Longman Singapore Publishers Pte Ltd., 1972.
- RAPOSO, E. Some observation on the pronominal system of Portuguese. *CatWPL* 6, p. 59-93, 1998.
- RITTER, E. Evidence for number as a nominal head. In: GLOW Newsletter. Paper presented at GLOW-14, 1991.
- RODRIGUES, Érica dos Santos. O processamento da concordância verbal em construções partitivas no português brasileiro. *Linguística*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 147-170, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Processamento da concordância de número entre sujeito e verbo na produção de sentenças*. Tese de doutorado. PUC Rio de Janeiro. 2006.
- SANDOVAL, A. N.; ZANDOMENICO, S. C. M. R. A Manifestação da Concordância Verbal em Redações do ENEM: O Caso de Goiás e do Distrito Federal.. In: I Encontro Internacional e VII Encontro Nacional do GELCO, 2014, Goiás. Anais do I Encontro Internacional e VI Encontro Nacional do GELCO, 2014. v. único. p. 392-399.
- SANDOVAL, A. N. & PILATI, E. N. S. “O valor das coisas mudam constantemente”: variação na concordância verbal com DPs complexos. In E. N. S. PILATI (org.). *Temas em Teoria Gerativa: Homenagem a Lucia Lobato*. Brasília: Blanche, 2016. 51-57.
- SANDOVAL, A. N. & ZANDOMENICO, S. C. M. R. Concordância verbal em redações do Exame Nacional do Ensino Médio produzidas por alunos da Educação de Jovens e Adultos no Brasil. *AGALIA (A Corunha)*, volume 114. 2017. (ISSN 1130-3557)
- SANDOVAL, A. N. Concordância verbal com sujeitos complexos: uma operação sintática. In PILATI, Eloisa & MOREIRA, Bruna Elisa (orgs.). *Estudos formalistas das línguas naturais*. Vol. 2. p. 137-159. Campinas, SP: Pontes. 2018.
- SCHERRE, Maria Marta Pereira. Uma reflexão sociolinguística sobre o conceito de erro. In: BAGNO, Marcos (org.). *Linguística da Norma*. São Paulo: Loyola. 2002.
- SCHERRE, M. M. P. & NARO, Anthony J. A variação da concordância verbal na escrita monitorada. In M. C. PAIVA & C. G. ABREU (orgs.). *Dinâmica da variação e da mudança na fala e na escrita*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2014. p. 21-43.
- STICKNEY, H. *The Pseudopartitive and its Illusory Projections*. Ms., University of Massachusetts, Amherst, 2004.
- VALOIS, D. *The Internal Syntax of DP*. PhD thesis, UCLA. 1991.
- VIGLIOCCO, G. & NICOL, J. N. Separating hierarchical relations and word order in language production: Is proximity concord syntactic or linear? *Cognition* 68: 13-29. 1998.
- WILLIAMS, Edwin. Predication. *Linguistic Inquiry* 11, 1980, p. 203-238.

WOODWORTH, R. S. *Experimental psychology*. New York: Holt. 1938.